

ARQUEOLOGIA SOCIAL DOS SEPULCROS MEGALÍTICOS ATLÂNTICOS: CONHECIMENTOS E PERSPECTIVAS ACTUAIS*

por Vítor Oliveira Jorge

0. INTRODUÇÃO

0.1 *Sepulcros megalíticos atlânticos: sua variabilidade tipológica, cronológica, ritual e de enquadramento social*

Os sepulcros megalíticos atlânticos, em número de dezenas de milhar, que ocorrem desde o Sul da Suécia à Península Ibérica, entre o Neolítico pleno e os inícios da Idade do Bronze, não constituem, segundo a maioria dos autores, um fenómeno unitário; assim, seria profundamente erróneo procurar encontrar para eles uma explicação única, simples (Renfrew, 1981: 73). Burenhult (1984: 146) acentua essa ideia quando escreve: «(...) a variabilidade, mais do que a uniformidade, parece ter um papel importante na compreensão da actividade megalítica, tanto no que diz respeito à morfologia dos túmulos como aos sistemas de subsistência e de povoamento inerentes.» Nós próprios afirmámos (Jorge, 1983: 12-13) que o megalitismo «é um fenómeno plural, cujas soluções têm de ser também plurais: no plano meramente arqueológico, no plano pré-histórico e no plano da sua significação sócio-económica e ideológico-religiosa (nível antropológico)». Mas acrescentámos (Jorge, 1986: 235): «Esse facto, todavia, não deve fraccionar a nossa visão numa

* Este texto constitui a base da lição, integrada em provas de agregação do autor, proferida na Faculdade de Letras do Porto a 27 de Junho de 1989.

série de dados de significação puramente local, diferente de zona para zona. Uma perspectiva comparativa vai sendo possível, justamente à medida que dispomos de boas análises regionais, e dessas perspectivas ressaltam certas linhas de força, se não comuns a todo o megalitismo europeu, pelo menos de amplo significado. Só que essas linhas de força não apontam para um difusionismo, nem para a procura de raízes culturais comuns, mas situam-se num plano muito mais abstracto, paleoantropológico.» Trata-se de uma concepção que, por ex., Darvill (1982: 89) também exprime, ao falar de «(...) paralelos surpreendentes ao nível das tendências (em oposição a paralelos no plano das características específicas) (...)». Por seu turno, Mohen (1984: 1538) afirma que «os monumentos sagrados da pré-história da Europa ocidental resultam provavelmente de um movimento unitário no fundo, mas com expressões muito variadas».

Unidade ou não de fundo — já que com a variabilidade de manifestações todos estão de acordo — eis pois o problema. Ou, por outras palavras: a questão que se põe é se o fenómeno megalítico, embora extremamente complexo e diversificado nas suas várias concretizações «arqueológicas», e nas «culturas» e sociedades pré-históricas em que pode ter emergido independentemente, possui apesar de tudo certos traços comuns, a um nível de grande generalidade e abstracção, tanto no que toca ao seu sentido social e ideológico, como às grandes linhas de força da sua evolução (estas em evidente relação com o desenvolvimento diacrónico do primeiro aspecto). Só nesse caso terá logicamente sentido abordar o problema como tal. Mas abordá-lo globalmente não significa optar à partida por explicações difusionistas, ou de inspiração evolucionista (fenómenos de convergência): nem recorrer às tradicionais concepções culturalistas, nem a noções redutoras de carácter «processual», ou «pós-processual» (estas últimas, que tanto insistem no particular e no «contextual», acabam afinal por vezes por se ficar no plano das generalizações, se não, mesmo, da pura especulação). O grande desafio que se põe aqui — como em tantos outros aspectos da Pré-história actual — é o de encontrar a metodologia correcta de abordagem e explicação de fenómenos transculturais, com largo âmbito cronológico e geográfico, sem recorrer em exclusivo a cada um dos instrumentos conceptuais enunciados, mas procurando conjugá-los todos, consoante a escala e o nível de abordagem das questões em cada momento. Porque é claro que o nosso objectivo não é encontrar uma qualquer «quarta via» que seria finalmente a grande explicação do fenómeno. A nossa primeira recusa é a dessa «grande explicação», acrescentando mais uma vez que a questão básica é a dos níveis de integração do problema: sucessivamente «arqueológico», «pré-histórico» e «paleontológico».

Para evitar ambiguidades, esclareçamos desde já que a área a que nos vamos reportar nesta exposição inclui dois núcleos da Irlanda (Carrowmore e vale do Boyne), duas zonas da Grã-Bretanha (ilhas Órcades e região de Cotswold-Severn), duas do Ocidente da França (Sul da Bretanha, ou seja, golfo do Morbihan e estuário do Loire, e Centro-Oeste — núcleos de Champ-Châlon e de Bougon) e duas no Noroeste peninsular (serras de Barbanza e Aboboreira).

Num plano tipológico, encontramos monumentos cujas estruturas externas («mamoas») podem ser circulares ou afins (Carrowmore, vale do Boyne, Órcades, Bretanha, Centro-Oeste francês, Noroeste peninsular), quadrangulares ou afins (Órcades) e trapezoidais ou afins (Cotswold-Severn, Centro-Oeste). No que toca às estruturas internas (câmaras sepulcrais), podemos distinguir os pequenos sepulcros sem corredor (dólmens, cistas megalíticas, ou cistas mais pequenas), os sepulcros com corredor (de câmara simples ou de câmara complexa) e os sepulcros de grande câmara e corredor secundarizado ou inexistente. Dólmens sem corredor, de tendência circular, quadrangular ou poligonal, ocorrem em Carrowmore, Cotswold-Severn, Bretanha e Noroeste peninsular. As cistas megalíticas aparecem na Bretanha e no Noroeste peninsular. As cistas mais pequenas são um fenómeno universal na área considerada, muitas vezes com um carácter intrusivo ou tardio. Os sepulcros de corredor com câmara simples (circular, quadrangular ou trapezoidal) estão presentes na Bretanha, Centro-Oeste e Noroeste peninsular. Os de câmara complexa podem tê-la interiormente compartimentada (Órcades, Bretanha, Centro-Oeste), ou apresentar câmaras secundárias (células) saíndo da câmara principal (Órcades, Boyne, Bretanha), ou abrindo-se do corredor, de forma simétrica (em transepto) (Cotswold-Severn, Bretanha), ou ainda serem constituídos por um corredor que dá acesso a câmaras múltiplas (ausência de câmara principal) (Bretanha). Quanto aos sepulcros em que o corredor não existe ou está reduzido a um simples esboço, temos os monumentos em ângulo ou esquadro (Bretanha), os indiferenciados ou em V (Boyne, Bretanha), os de entrada lateral (Bretanha) e as áleas cobertas (Bretanha também).

À variabilidade tipológica enunciada há que acrescentar um leque cronológico muito diversificado também. Utilizaremos sempre, aqui, datas convencionais de C14, e referir-nos-emos às fases de construção, lembrando que a utilização de certos túmulos se pode ter estendido muito para lá da sua edificação. A cronologia de Carrowmore é assunto de debate; se nos baseássemos em locais habitados que podem estar relacionados com os sepulcros, apontaríamos um período que vai do 2.º quartel do III.º milénio a.C. até ao primeiro quartel do II.º milénio a.C. A necrópole do vale do Boyne deve ter sido construída em torno dos

meados do III.º milénio a.C. O conjunto de Cotswold-Severn estende-se dos fins do IV.º milénio a.C. até aos finais do III.º milénio a.C. A Bretanha arranca nos inícios do IV.º milénio a.C., para concluir o seu megalitismo nos fins do III.º milénio a.C. A Serra de Barbanza não dispõe de datas de radiocarbono nem de escavações sistemáticas; baseando-nos na Serra da Aboboreira, seríamos tentados a sugerir um período que vai de um momento indeterminado do IV.º milénio até aos inícios do II.º. Quanto à Aboboreira, balizamos a sua evolução entre os meados do IV.º milénio a.C. e c. de 1.600/1.400 a.C. Vemos assim que, de todas as áreas que vamos observar, é a Bretanha, o Centro-Oeste francês e o Noroeste peninsular que têm uma mais longa diacronia. Na Grã-Bretanha o fenómeno pertence basicamente ao III.º milénio, situação que se não distancia aparentemente muito da da Irlanda, embora a necrópole de Carrowmore pareça mais remota e mais dilatada no tempo do que a do Boyne.

Variabilidade idêntica se nota ao nível dos rituais funerários, sempre que a conservação de ossos ou outros elementos os permite reconstituir. A cremação é algo que diferencia profundamente a Irlanda das outras regiões. De qualquer forma, torna-se evidente a desproporção entre os grandes túmulos do vale do Boyne e o número de defuntos que continham: o mesmo se verificou noutras áreas, como nas câmaras «em estábulo» das Órcades, em Cotswold-Severn ou na necrópole de Bougon, no Centro-Oeste francês. Neste último caso, Mohen (1984: 1532) acentua que as sepulturas mais antigas contêm poucos esqueletos (uma dúzia em média), e normalmente incompletos. Em geral há indícios, como veremos, de uma complexa manipulação dos defuntos, sendo frequente a prática da descarnação, o que permitia a utilização dos ossos dos antepassados, como escrevem Thomas e Whittle (1986: 148), como «artefactos portáteis com um considerável poder simbólico». Mohen (1984: 1534) chama ainda a atenção para um facto que acompanha a tendência para o alongamento das câmaras no III.º milénio, e que consiste nos ritos funerários parecerem «mais colectivos», acrescentando: «os esqueletos são muito mais numerosos no fim do Neolítico (...) do que no período precedente e não é raro existirem duas ou três centenas num mesmo sepulcro.» Enfim, é de ter cautela na imediata ligação ao enterramento colectivo de qualquer sepulcro megalítico, pois a realidade é muito variável de zona para zona da Europa, e de acordo com o factor tempo, como teremos ocasião de referir mais adiante.

Como vimos, os sepulcros megalíticos têm, em certas das áreas consideradas, uma diacronia de pelo menos dois milénios. Estendem-se em latitude, desde o Norte da Escócia ao Noroeste peninsular, onde a Europa atlântica se encontra com a mediterrânica, pertencendo pois a

ambientes ecológicos e culturais muito diversos. Ligam-se intimamente às comunidades que os construíram, e que podem ter sido (para utilizar uma terminologia neo-evolucionista, redutora, mas útil) de tipo igualitário ou já hierarquizadas. Assim, embora este seja o aspecto mais especulativo dos nossos estudos, é de pressupor que as sociedades dos construtores megalíticos tenham sido muito diferentes entre si, no espaço e no tempo, quanto a recursos económicos, circulação da riqueza, formas de assegurar a coesão dos grupos, etc, etc. O polimorfismo «megalítico» existe, pois, a todos os níveis, desde a tipologia dos túmulos até à das sociedades que neles fossilizaram uma parte do seu comportamento.

0.2 Objectivos e estratégia de uma arqueologia social e simbólica dos monumentos megalíticos

«Arqueologia social» e «arqueologia simbólica» são denominações que visam rotular uma atitude de reacção contra a ideia cepticista, muito expandida durante a primeira metade do nosso século, e ainda hoje seguida por certos arqueólogos, de que ao pré-historiador está definitivamente vedada a compreensão do todo social, incluindo a estrutura da sociedade e do comportamento simbólico, dada a exclusiva natureza material dos dados que utiliza. Esta atitude também se opõe à noção ingénuo, partilhada por numerosos estudiosos dos princípios do século, de que as entidades arqueológicas resultantes da classificação de artefactos, agrupadas sob a designação de «culturas» ou até de «indústrias», correspondiam a povos cuja evolução e movimentação no espaço seria possível abordar como se se tratasse de populações ou etnias históricas. Essa identificação de entidades arqueológicas com agrupamentos étnicos era suportada por uma concepção monolítica das culturas (Gallay, 1986: 65) e por uma visão normativa destas, consideradas como um conjunto de valores e de padrões de comportamento que se fossilizavam nos artefactos, e se transmitiam de geração em geração em regiões determinadas.

Ultimamente a «arqueologia social», também designada «processual», e a «arqueologia simbólica», também apelidada de «pós-processual», corporizadas em dois autores da Univ. de Cambridge, respectivamente Renfrew e Hodder, têm dado origem a intensa polémica, que revela uma «crise de amadurecimento» da Arqueologia e que, como tal, só tem resultados benéficos para a disciplina. Aqui interessa-nos muito mais aquilo que une, do que o que aparta, as posições dos dois autores e seus seguidores, nomeadamente quando aplicado à «arqueologia da morte» e em especial à interpretação das práticas funerárias de sociedades

segmentárias ou em processo de complexificação, que são aquelas que correspondem ao Neolítico da Europa ocidental atlântica. E isto porque, de um ponto de vista da prática da pesquisa do megalitismo, tais perspectivas, quando conjugadas com equilíbrio, permitem uma visão muito mais rica do fenómeno e abrem efectivamente o campo à obtenção de novos dados capazes de o esclarecerem. Esquemáticamente, em poucas palavras, iremos enunciar apenas alguns dos princípios que decorrem dessas perspectivas, tais como pessoalmente os entendemos, e sem nos preocuparmos se provêm desta ou daquela «escola»:

1. Nada substitui uma análise exaustiva, região a região, caso a caso, dos monumentos funerários, como todo o potencial de informações que contêm. Quanto mais estruturada e contextualizada for essa documentação, em todos os aspectos (nomeadamente o estudo exaustivo de necrópoles articuladas com uma rede de outras estações e com o paleo-ambiente), mais virtualidades tem de permitir uma compreensão das sociedades que a produziram. O estudo casuístico de monumentos, mesmo imponentes ou fornecedores de um espólio rico, é menos importante do que a dissecação completa de conjuntos, que permita estabelecer relações entre todas as informações disponíveis numa área delimitada. Só a partir de boas monografias de necrópoles se pode caminhar com segurança para um comparativismo a uma escala mais alargada.

2. Em comunidades arcaicas (nomeadamente segmentárias ou em vias de hierarquização), estruturadas em função de laços de parentesco, vizinhança, ou associativismo, os mortos não são um elemento exterior à sociedade, e conseqüentemente os rituais funerários apresentam-se como «(...) o culminar intencional do comportamento consciente (...)», (O'Shea, 1981: 39), potencialmente revelador de aspectos fundamentais da organização social e dos valores que à mesma presidem. De facto, neste tipo de sociedades pré-históricas, e tal como a Antropologia nos sugere, os defuntos «eram parte integrante da vida quotidiana», verificando-se uma indivisibilidade da «paisagem dos mortos» e da «paisagem dos vivos» (Cooney, 1983: 189). Os sepulcros não eram simples túmulos, mas, de facto, «centros públicos» (Renfrew, 1983: 159); daí, todo o seu interesse como documentos fulcrais para o estudo de um comportamento que se não deve isolar como puramente «ritual», mas que se encastrava nas práticas da vida quotidiana (Whittle, 1988: 149).

3. Mais de 50.000 monumentos megalíticos existentes na Europa ocidental, mau grado o nosso deficiente conhecimento dos povoados

coevos, e porque tais monumentos funcionaram manifestamente como o pólo organizador dos territórios das populações que os construíram, constituem uma informação arqueológica de primeira grandeza para a reconstituição do Neolítico e do início da Idade dos Metais da mesma. Como escreve Renfrew (1979: 223) a propósito destas comunidades, elas «(...) estão entre as sociedades segmentárias melhor documentadas arqueologicamente para qualquer período em todo o mundo.» Um momento capital da evolução do homem terá sido «fossilizado» por esta arquitectura monumental europeia: o trânsito de sociedades segmentárias para sociedades hierarquizadas, pelo que estamos perante uma documentação que deveria ser considerada de estudo prioritário.

4. A existência de um espaço formalmente destinado à colocação dos mortos, no qual é investida toda uma energia e força de trabalho, passa a constituir uma marca perdurável de categorização do território, que pode relacionar-se com a demarcação de limites ou fronteiras e/ou com a existência de grupos constituídos praticando uma descendência linear e reivindicando-se desses antepassados. Do mesmo modo, os vários aspectos do cerimonialismo funerário, em relação ao qual os túmulos monumentais constituem cenários apropriados, podem articular-se com a função de legitimação ou de «naturalização» de práticas sociais. No entanto, como acentua Hodder (1982: 199-201), não devemos esperar que uma sociedade espelhe na morte a sua estrutura real, mas tão só a sua estrutura imaginária, havendo no limiar traumático vida-morte todo um conjunto de transformações do papel dos defuntos, transformações essas que funcionam como um filtro e que têm a ver com a ideologia dos protagonistas dos rituais. O momento da morte, em qualquer sociedade, e particularmente naquelas que investem uma energia especial na formalização dos cenários funerários, é um dos nódulos fundamentais da estruturação das mesmas sociedades. Nesse sentido é capital desenvolver uma etno-arqueologia da morte em sociedades de tipo tribal ou de chefe, por forma a tentar compreender quais as regularidades das transformações acima enunciadas, procurando depois aplicá-las às comunidades «megalíticas» da Europa ocidental. Para já, estudos como os de Bloch (1971: 1982) entre os Merina de Madagáscar são extremamente ilustrativos da complexa teia de funções e de símbolos em que os túmulos megalíticos se podem integrar numa sociedade viva.

5. A construção de monumentos fechados, como eram os dólmenes, mesmo os de corredor (em que apenas uma estreita e por vezes baixa passagem assegurava a comunicação com o interior) permitia a realização de todo um conjunto de cerimónias vedadas a um mais vasto público, em

contraste com outras que teriam lugar em átrios ou diante de fachadas propícias à observação por uma certa audiência. Esta dicotomia interior-exterior, vincada por Whittle (1988: 164-185), bem como o secretismo do que se passaria no sepulcro, permitia a criação de um espaço de inacessibilidade e a manipulação desse «saber» por aqueles que o possuíam. Como diz também aquele autor, um mesmo monumento, devido à sua complexidade, permitiria a comunicação de diferentes mensagens a diversos tipos de audiências. De uma maneira geral, a importância que tiveram estes monumentos na criação, manutenção e transformação (através das vicissitudes que sofreram) da ordem social não foi ainda cabalmente compreendida (v. Bradley, 1985).

Enfim, os sepulcros megalíticos devem ser encarados através de uma perspectiva «eclectica», de que fala Darvill (1982: 13), ou seja, aberta a toda a potencialidade de dados que podem fornecer sobre a utilização do meio, o investimento de energia a longo prazo, a circulação de informação entre comunidades, o jogo modular de elementos arquitectónicos, a criação de dispositivos cénicos, a manipulação dos restos mortais ou de objectos como produtores de mensagens, a legitimação de transformações sociais, etc, etc. Obviamente que a inserção no tecido social de que fizeram parte passa também pelo estudo de povoados conexos e de todo o meio em que se inserem, e que ajudaram a transformar numa «paisagem cultural», socializada. Agora e sempre quanto menos isolarmos o megalitismo do seu contexto, melhor o poderemos entender no seu significado histórico pleno. «Arqueologia social» e «simbólica» são apenas expressões convencionais para expressar esse desiderato.

1. CASOS EM ANÁLISE

1.1 *A Irlanda*

1.1.1 *O cemitério de Carrowmore*

No dizer de Burenhult (1980: 10), a necrópole de Carrowmore, no Noroeste da Irlanda, «(...) é uma das maiores concentrações de túmulos megalíticos da Europa». De facto, nos meados do séc. XIX conteria ainda entre 65 e 80 monumentos, e mesmo esse número seria uma pálida

imagem do que inicialmente teria existido (talvez o dobro). Actualmente só restam 32 monumentos, em diferentes estados de conservação (Burenhult, 1984: 46), ameaçados por pedreiras.

A necrópole cobre uma área de c. de 0,5 km² e a sua parte central mede c. de 1 km de comp. (sentido N-S) por c. de 600 m. de largo. Encontra-se a baixa altitude absoluta: entre c. de 36 e 50 m.

O projecto sueco de Carrowmore estendeu-se de 1977 a 1982, envolvendo no total mais de dois anos de trabalho útil. Para nos apercebermos da sua importância, temos de ter em mente o facto de até então nunca se ter feito um trabalho moderno de investigação nessa área. Adentro da perspectiva difusionista tradicionalmente prevalecente no estudo do megalitismo irlandês, e dos dólmenes de corredor em particular, os monumentos de Carrowmore eram colocados no fim da sequência evolutiva de tais dólmenes, a partir de grandes protótipos do vale do Boyne, considerados produtos da influência directa do continente (por ex., Herity e Eogan, 1977).

Os monumentos de tipo megalítico remanescentes em Carrowmore incluem-se em três grupos básicos: 1) dólmenes com ou sem um círculo lítico periférico conservado — 7; 2) diversos outros tipos de câmaras (incluindo cistas) com círculos líticos periféricos — 4; 3) círculos líticos sem câmara interior — 18. De entre os quatro monumentos escavados, interessam-nos os n.ºs 7, 27 e 4 (Burenhult, 1980: 19-82). O *túmulo n.º 7* é uma pequena câmara poligonal constituída por cinco esteios (blocos polidos de origem glaciária, tal como a maioria dos grandes elementos pétreos utilizados nas construções megalíticas, tanto das câmaras, como dos círculos periféricos) e com dois blocos demarcando a entrada, voltada a leste; não existe propriamente corredor. Também não há quaisquer restos de *tumulus*, ou indícios de que tenha existido. O círculo lítico tem 12,5 m. de diâmetro. Nos cantos da câmara, entre os ortostatos, foram encontrados quatro enterramentos (incinerações); continham conchas de moluscos não consumidos, consideradas como oferendas funerárias pelo escavador (Burenhult, 1980: 32). O nível de base da câmara estava intacto, e nele foi escavado um buraco de poste cujos carvões foram datados de 3.290 ± 80 a.C. Interpretando tal poste como a base geométrica a partir da qual o monumento foi delineado, Burenhult tomou aquela data como a da construção do sepulcro, interpretação que tem sido contestada. Caulfield (1983: 208) considerou a data como um mero *terminus post quem* para o túmulo em causa e ApSimon (1985/6: 9), na mesma linha, escreveu que «(...) este buraco de poste fazia parte de uma estrutura muito mais antiga do que o túmulo (...)». O *monumento n.º 27* apresenta uma câmara cruciforme sem corredor, construída com 11 blocos (originalmente 12), e tendo outros dois a marcar a entrada, desta

vez voltada a WNW. Possui um círculo lítico com um diâmetro de 23 m. Entre câmara e círculo periférico existe um *cairn* muito baixo. A câmara possuía três sectores de enterramento, mas nenhum deles estava intacto. As datas de C14 obtidas — 3.090 ± 60 a.C. 3.050 ± 65 a.C. e 2.990 ± 85 a.C. — referem-se a amostras «recolhidas entre e sob o nível inferior de pedras do amontoado pétreo que rodeava a câmara central.» (Burenhult, 1980: 67). É difícil, pois, relacioná-las com a construção da sepultura, como pretende Burenhult, sendo mais óbvio que se trate de carvões provenientes de actividades anteriores no local (incluindo desflorestações); estamos portanto de novo perante *termini post quos* (Cf. Caulfield, 1983 e ApSimon, 1985/86, *ibidem*). O túmulo n.º 4, finalmente, é constituído por uma câmara formada por quatro blocos (provida de tampa), mas que se prolonga para SSW através de um «corredor» também com quatro blocos (um deles muito fragmentado), antecedido por sua vez por uma «entrada» com quatro outros elementos pétreos. O autor acentua que a baixa altura do «corredor» não teria permitido o acesso à câmara; trata-se pois de um mero prolongamento daquela, ou de um dispositivo simbólico. Este monumento tem também um *cairn* baixo, circunscrito por um anel lítico periférico, existindo círculos internos e cistas secundárias. A principal data obtida é de 3.800 ± 85 a.C. Ela refere-se a carvões provenientes da fossa de implantação de um dos ortostatos da câmara e, por várias razões, não é relacionável com a construção do monumento; ApSimon diz-nos que «é provável que o carvão se articule com actividades realizadas no local e datando do Neolítico inicial da área, cerca de um milénio antes do túmulo ter sido construído.» (*Op. cit.*, *ibidem*). Admite assim pois uma data para o mesmo adentro da primeira metade do III.º milénio a.C. Por seu turno, Caulfield valoriza uma segunda datação para carvões provenientes do *cairn* (interior do círculo interno), de 2.370 ± 75 a.C.; neste caso o túmulo seria da segunda metade do III.º milénio a.C. (*Op. cit.*, 209). No nosso entender, quaisquer conclusões cronológicas, perante as datas expostas, são duvidosas, a começar pelas de Burenhult, que, valorizando a data dos inícios do IV.º milénio a.C., não só via o monumento n.º 4 como um dos mais antigos da Europa, como também admitia a ligação dos sepulcros mais antigos de Carrowmore (n.ºs 4 e 7) a uma estratégia de subsistência de tipo mesolítico.

A sequência proposta por Burenhult (1984: 139-140) para o desenvolvimento socio-económico das populações locais era, *grosso modo*, a seguinte: 1.ª fase — 5.000-3.000 a.C. — Modo de vida mesolítico; elevado grau de sedentarização; desenvolvimento demográfico. 2.ª fase — 3.800-3.200 a.C. — Estratégias complexas de caça-recolocção; aumento da população; necessidade de marcação de territórios, com desenvolvimento indígena de túmulos construídos em pedra. Abertura

de clareiras. Construção dos túmulos 4 e 7. 3.^a fase — 3.200-3.000 a.C. — Declínio do olmo. Aculturação das populações locais através de contactos com comunidades neolíticas. Criação de gado; alguns cereais, raros. Cerâmica. Desflorestação mais ampla. Construção dos primeiros monumentos megalíticos (n.º 27). 4.^a fase — 3.000-2.400 a.C. — Desenvolvimento da criação de gado. Continuação do aproveitamento dos recursos marinhos e da caça. Utilização de sepulcros megalíticos, cuja construção provavelmente havia cessado; construção de cistas secundárias. Possível erecção do grande *cairn* de Maeve's Grave no topo da montanha de Knocknarea (as cabanas 1 e 2 de Knocknarea, talvez relacionáveis com o túmulo próximo, deram as datas de 2.300 e 2.525 a.C. respectivamente). A última parte desta fase corresponderia ao período de Newgrange e ao florescimento dos dólmenes de corredor, com a sua arte característica, noutros pontos da Irlanda.

Apesar de todas as suas deficiências no que toca à utilização quiçá precipitada de datações em interpretações de grande alcance, o projecto de Carrowmore representou um estímulo ao desenvolvimento da problemática da origem do megalitismo na Irlanda, até então bloqueado pelo conservadorismo das noções difusionistas. Importava agora continuar o trabalho iniciado por Burenhult, em Carrowmore e em necrópoles de sepulcros de corredor como Carrowkeel, e tentar testar a própria hipótese evolutiva que Renfrew esboçou no Seminário de Carrowmore realizado em 1982 (Burenhult, 1984: 392). É em princípio verosímil que monumentos simples como os de Carrowmore (sejam eles mais ou menos remotos do que o que as datas C14, se aceites sem crítica, pareceriam indicar) tenham dado origem aos dólmenes de corredor, e que o máximo desenvolvimento destes se encontre de facto nos grandes monumentos do vale do Boyne que, nos meados do III.º milénio a.C., representariam o auge da construção «dolménica».

1.1.2 *O conjunto monumental do vale do Boyne*

Constitui um dos mais famosos conjuntos arquitectónicos da Europa pré-histórica, contendo, no total, cerca de quarenta mamoas circulares. Situa-se para norte de Dublin, e é envolvido por um meandro que o rio Boyne descreve entre as localidades de Slane e Drogheda. De oeste para leste, encontramos aí os três grandes monumentos de Knowth (com os seus 17 túmulos periféricos), Newgrange (com três sepulturas próximas) e Dowth (com dois sepulcros também nas suas imediações).

Knowth fica a cerca de 1.200 m. para NW de Newgrange; Dowth a c. de 1.900 m. para NE. Todos se encontram instalados em saliências do terreno e são visíveis uns dos outros. Newgrange e Knowth (e seus «satélites») foram alvo de escavações modernas, dirigidas por O'Kelly e G. Eogan, respectivamente.

Newgrange (O'Kelly, 1982) é um gigantesco *tumulus* de forma subcircular ou ovóide, com um «diâmetro» que varia entre cerca de 79 m. e de 85 m; antes da escavação a sua altura máxima (em média 11 m.) ultrapassava os 13 m., embora originalmente fosse maior. É rodeado por um anel basal periférico de 97 lajes, na sua maior parte decoradas com gravuras. Para o exterior do *tumulus* existe um círculo de menires, muito incompleto (só doze restam) e não concêntrico em relação àquele; pode ser contemporâneo do monumento ou até anterior. O «corpo» do montículo é constituído por grandes seixos rolados de rio intervalados com níveis de turfa. A única estrutura interna abre-se a SE e é composta por um corredor com cerca de 19 m., ladeado por ortostatos; dá acesso a uma câmara cruciforme (ou seja, provida de três células laterais E. e W.) e com uma falsa cúpula com 6 m. de altura. A câmara é rodeada por um «*cairn*» interior, espécie de contraforte. Acima da entrada do corredor existe uma estrutura aberta, do tipo «bandeira de porta», que permite que a luz solar incida sobre o centro da câmara na aurora do solstício de inverno (21 de Dezembro). Quatro das cinco datas existentes para Newgrange (uma é anómala) centram-se em torno de 2.500 a.C. Para leste do monumento principal foi escavado um dólmen de corredor indiferenciado: e, para oeste, dois outros monumentos-satélite, um de corredor indiferenciado; e outro de câmara «cruciforme».

Dowth tem cerca de 85 m. de diâmetro por mais de 13 m. de altura. A cintura periférica contém 115 blocos. Possui duas sepulturas de corredor abertas a WSW e SW, respectivamente, uma com câmara «cruciforme», e outra com câmara circular.

Knowth (Eogan, 1984; 1986) tem uma planta genericamente subcircular, mais propriamente elíptica, com eixo maior e menor de 95 e 80 m., respectivamente, e c. de 10 m. de altura. Este monumento possui duas sepulturas de corredor, que se abrem de lados opostos, para se encontrarem perto do centro. A ocidental tem um longo corredor que forma um ângulo obtuso com a câmara, sub-trapezoidal alongada; o seu comprimento total é de cerca de 34 m. A sepultura oriental tem também um corredor alongado e uma planta «cruciforme», com 40 m. de comprimento no total; a largura máxima na zona das câmaras laterais é de 8 m. Esta sepultura é muito semelhante à de Newgrange. É de destacar a profusão das gravuras deste monumento de Knowth, nomeadamente

no anel externo de contenção, que possuía originalmente 127 blocos. Nas imediações existem 17 túmulos de corredor, cinco dos quais com uma câmara «cruciforme» e dez com câmara e corredor indiferenciados (em dois não foi possível esclarecer a planta que teriam), incluídos em mamoaas circulares. Pelo menos os túmulos n.ºs 13 e 16 são anteriores ao monumento principal.

Embora as datas disponíveis não permitam estabelecer uma sequência para os monumentos do «Bend of the Boyne», e sobretudo saber qual a exacta posição relativa dos grandes e dos pequenos, a verdade é que na sua generalidade as construções parece centrarem-se em torno dos meados do III.º milénio a.C. Uma data de 2.845 ± 185 a.C. para Knowth 17 provém do solo subjacente (considerado um nível de ocupação), sendo portanto um *terminus post quem* para o monumento. Para Knowth 9 há a data de 2.465 ± 50 a.C. (cremação). Relativamente a Knowth 1 temos 2.795 ± 165 a.C. para turfa da base do *tumulus* (outro *terminus post quem*) e 2.540 ± 60 a.C. (carvões existentes na superfície do solo antigo considerados contemporâneos da construção), 2.515 ± 40 a.C. (nível de base da mamoa, ao lado do corredor leste), etc. Seja como for, é de registar aqui as seguintes palavras de O'Kelly (1982: 128): «É agora claro que vários dos túmulos de corredor pequenos e simples, alguns dos de Knowth, por exemplo, e talvez os sítios K e L em Newgrange, são mais antigos do que os grandes monumentos, e se alguma sequência evolutiva existe, ela tem de ser do simples para o complexo».

De acrescentar que na área da grande mamoa de Knowth foram detectadas estruturas habitacionais neolíticas, associadas a paliçadas; uma dessas estruturas e as paliçadas são anteriores a cinco dos túmulos pequenos e ao túmulo maior. Finalmente, há a assinalar uma intensa presença campaniforme nesta zona do vale do Boyne, com vestígios de actividade doméstica, e reutilizações de alguns túmulos (por exemplo, Knowth 15). Tal actividade localiza-se em torno de 2.000 a.C.

ApSimon (1985/86) sugeriu recentemente uma cronologia para o conjunto dos monumentos megalíticos irlandeses, em número de c. de 1.200 (O'Kelly, 1981: 177), que começaria com os «portal dolmens» (dólmens com portal), num Neolítico antigo (entre c. de 3.500 e 3.000 a.C.), prosseguiria com os «court tombs» (túmulos com «pátio») e as cistas de tipo Linkardstown num Neolítico médio (c. de 3.000 a 2.500 a.C.) e assistiria ao desenvolvimento dos túmulos de corredor e dos «wedge tombs» (túmulos em cunha) durante o Neolítico tardio (2.500-2.000 a.C.). Um Neolítico final decorreria nos primeiros séculos do II.º milénio a.C. (até c. de 1.700 a.C.), ligado ao campaniforme. Durante tal período poderiam ter-se reutilizado túmulos anteriores de corredor, e poderiam ter ocorrido cistas, bem como os últimos «túmulos em cunha».

Esta visão parece-nos, no geral, relativamente lógica e ultrapassa as velhas concepções derivadas do difusionismo; há que reconhecer que o caminho foi desbloqueado pelo polémico artigo de O'Kelly publicado em 1981 na homenagem a Glyn Daniel.

1.2 A Grã-Bretanha

1.2.1 Os túmulos das Ilhas Órcades

No extremo norte da Escócia, as ilhas Órcades são, no dizer de Sharples (1985: 60), provavelmente a segunda área mais bem estudada do Neolítico britânico, após a região de Wessex. Os seus túmulos megalíticos podem incluir-se em quatro categorias básicas: monumentos com câmaras tripartidas, monumentos com câmaras «em forma de estala» (ou «estábulo»), grupo de Bookan e grupo de Maes Howe. De notar que os dois primeiros tipos constituem aquilo a que Henshall (por ex., 1985: 85 e seg.) chama o grupo das Órcades-Cromarty (de que o tipo de Bookan seria uma mera variante), e que Renfrew (1979: 201) não considera um grupo de Maes Howe, mas, separando este túmulo de todos os outros que lhe são aparentados, chama a estes últimos «grupo de Quanterness-Quoyness». De qualquer modo não é nosso objectivo perdermo-nos nestas discussões tipológicas de pormenor. O que importa desde já dizer é que, tal como parece acontecer com o vale do Boyne, também aqui tudo indica existir uma evolução arquitectónica do pequeno e simples para o grande e complexo (Sharples, 1985: 64); isto em termos gerais e necessariamente esquemáticos.

Os túmulos de câmara tripartida têm um pequeno *cairn* circular, e são constituídos por um corredor e por uma câmara onde lajes simétricas septais, encaixadas nos lados maiores da câmara, a dividem em três compartimentos (ex.: Bigland, Rousay). As câmaras «em estábulo» são com certeza um desenvolvimento do tipo anterior, no sentido do alongamento da câmara: chegam a possuir catorze compartimentos alinhados, cobertos por um *cairn* rectangular (ex.: Knowe of Ramsay, Rousay; Midhowe, Rousay). O tipo de Bookan tem câmaras pequenas, rodeadas de um *cairn* circular de modestas dimensões, mas os compartimentos das câmaras tendem a dispor-se radialmente em torno de um espaço central (ex.: Calf of Eday, Eday). Por vezes, há soluções particulares, como em Taversoe Tuick (Rousay), ocorrendo duas câmaras sobrepostas, sendo a inferior, de tipo Bookan, escavada na

rocha de uma colina, e a superior, tripartida; à segunda acede-se pelo lado mais elevado da mesma colina, à primeira, pela parte situada mais abaixo. Como vemos, todos os tipos referidos até aqui são modalidades de câmaras interiormente segmentadas, de forma mais ou menos acentuada. No grupo de *Maes Howe* os *cairns* são circulares, ou ligeiramente ovais, de grande porte, apresentando os túmulos um corredor longo que conduz a uma ampla câmara central de onde se abrem câmaras laterais.

Em 1979, Renfrew publicou os resultados de um projecto de trabalho nas Órcades, que teve como ponto fulcral a escavação de um dos monumentos deste grupo, o de Quanterness (Mainland), caracterizado por um *cairn* circular com c. de 30 m. de diâmetro, e c. de 3,5 m. de altura (que após a construção seria de uns 4,5 m.). O comprimento original do corredor ultrapassaria os 11 m. A câmara principal é rectangular e tem c. de 6,40 por 1,80 m. De cada um dos seus lados maiores abrem-se duas câmaras laterais, e uma de cada um dos lados menores; a planta destas câmaras laterais é também rectangular. As mais antigas datas obtidas para o monumento, de 2.640 ± 75 e 2.590 ± 110 a.C., indicam, na opinião de Sharples (1985: 63), que a sua construção se deve situar por volta de 2.600 a.C. O ritual funerário praticado era em regra o da prévia descarnação (decomposição do corpo) e posterior inumação no túmulo. Para Renfrew, que identificou 157 indivíduos entre os restos ósseos que exumou (correspondentes talvez a c. de 394 pessoas ali enterradas no total — o sepulcro não foi inteiramente escavado), Quanterness era um «equal access tomb» (Renfrew, 1979: 171), ou seja, não haveria «selecção» de inumados segundo critérios de idade, sexo, ou categoria social. Tratar-se-ia do jazigo de um «grupo local, talvez definido basicamente em termos territoriais pelo lugar de residência, bem como pela sua descendência». (Renfrew, 1979: 172). Tal grupo teria entre 13 e 20 pessoas.

Em 1983 Hedges dedicou um livro às escavações de um monumento híbrido, com características das câmaras «em estábulo» (lajes septais) e das de tipo *Maes Howe* (com câmaras laterais). Trata-se do túmulo de Isbister (South Ronaldsay). Apresenta um corredor de que restam actualmente c. de 4 m. (muito destruído por pedreiras) e uma câmara alongada, rectangular, sub-dividida em três «compartimentos» (de forma quase apenas simbólica) por lajes septais que pouco se destacam das paredes. Em cada uma das extremidades da câmara existe um compartimento, e dos lados maiores dela abrem-se três câmaras laterais, duas a WSW, uma a ENE. As datas C14 obtidas indicam que o monumento data de c. de 2.500 a.C. e que esteve em uso até c. de 1.900 a.C. Continua cerca de 341 enterramentos, uma cifra bastante semelhante à calculada para Quanterness, e em manifesto contraste com o número

de indivíduos presente no grupo das câmaras «em estábulo»: 25 em Midhowe, 2-3 em Knowe of Ramsay e 29 em Knowe of Yarso (Sharples, 1985: 68).

Maes Howe é uma das obras-primas da arquitectura megalítica europeia. Ao contrário dos outros monumentos descritos, é coberto por uma mamoa de turfa e argila, sub-circular ou sub-elíptica, com uns 35 m. de diâmetro e com mais de 7 m. de altura. Está instalada sobre uma plataforma rodeada de um fosso, no exterior do qual há um valado em turfa, parcialmente recente, parcialmente contemporâneo da abertura do fosso, c. de 2.100 a.C. (Renfrew, 1979: 38). Renfrew considera a construção da mamoa desta época, mas tal é contestado por Sharples (1985: 61), que escreve: «Não há provas de que este fosso seja de facto uma característica primária do monumento, e do nosso ponto de vista ele integra-se no quadro de alterações a túmulos anteriores realizadas durante o Neolítico final.» Originalmente o corredor poderia ter tido mais de 15 m., abrindo-se a SW e dando acesso a uma câmara perfeitamente quadrada, com cerca de 5 m. de lado, coberta pelo sistema da falsa cúpula, e «fechando» a c. de 4,5 m. de altura. Dos três lados que não o do corredor abrem-se, a c. de 70 cm. do solo da câmara principal, câmaras laterais, rectangulares, cobertas por uma laje (Henshall, 1963: 219-222).

Portanto, nas Órcades temos, nos inícios do III.º milénio a.C., pequenas câmaras bipartidas ou tripartidas e o tipo Bookan. Estes *cairns* pequenos e circulares, insertos em terras hoje consideradas marginais do ponto de vista agrícola, seriam sucedidos, 200 ou 300 anos mais tarde (2.700-2.400 a.C.) pelas grandes câmaras alongadas «em estábulo» e pelos túmulos do grupo de Maes Howe. Estes estão localizados em terras agricolamente férteis, em sítios de onde se avistam vastos territórios, e parecem querer destacar-se em relação aos anteriores (Sharples, *op. cit.*). Por fim, no término do III.º milénio a.C., construir-se-iam os «henges» e círculos líticos, ligados a um investimento de trabalho muito superior ao dos *cairns* e, provavelmente, segundo a sugestão de Renfrew, a uma sociedade de tipo chegado. Enquanto os primeiros monumentos, mais pequenos, do primeiro quartel do III.º milénio a.C., se relacionam com comunidades que através deles exprimem uma relação com os antepassados e com um troço de terra que é sua pertença, os túmulos maiores, do grupo de Maes Howe, dos meados do III.º milénio a.C., situados no centro da terra arável e já não na sua periferia, implicam novos rituais funerários, mais complexos, e já não são simples marcas territoriais de pequenas comunidades segmentárias. Devem ter funcionado como mecanismos integradores de unidades sociais mais vastas, unindo talvez mesmo grupos de parentesco anteriormente distintos (daí possivelmente um ritual menos individualizador de cada pessoa, simbolizando a forte

coesão social) (Sharples, 1985: 71), e tornando-se verdadeiros focos da actividade de um território, o que é exaltado pelo seu carácter monumental. É um fenómeno que recorda, entre outras, a paisagem do vale do Boyne, na Irlanda.

1.2.2 *Os monumentos da região de Cotswold-Severn*

O grupo de Cotswold-Severn abrange o Sudoeste do País de Gales e, já no Ocidente da Inglaterra, os Cotswold Hills (Gloucestershire) e alguns túmulos nas regiões próximas de Somerset, Wiltshire e Oxfordshire. Para Corcoran (1969), os monumentos característicos deste grupo são *cairns* alongados providos de estrutura megalítica interna, e sub-dividem-se em três grupos principais: um com câmaras simples situadas numa das extremidades, outro com câmaras de planta em transepto também terminais, e outro, finalmente, com câmaras laterais; o autor considera ainda um grupo de monumentos híbridos ou de natureza vária. Relativamente aos três primeiros grupos, e ao contrário das teses tradicionais, Corcoran não apontava uma derivação de uns a partir de outros, de acordo com uma linha diacrónica, mas antes considerava que as origens de cada um deles se podiam encontrar facilmente no exterior da área de Cotswold-Severn. Torna-se evidente que os túmulos megalíticos desta zona não constituem um grupo homogéneo nem fechado, mas antes complexo, polimórfico. A partir de uma metade do número total dos túmulos conhecidos que é diagnosticável tipologicamente, Darvill (1982: 6-7) propõe seis grupos, sendo os três primeiros correspondentes aos três principais de Corcoran: *túmulos com câmaras laterais*; *túmulos com câmaras simples terminais*; *túmulos com câmaras complexas (em transepto) terminais*. Os três seguintes são os *tumuli com câmaras de tipo cista*, normalmente rectangular; os «*dólmens com portal*» semelhantes aos do Leste da Irlanda e um grupo heterogéneo de Gloucestershire, as *câmaras «em forma de colmeia»*. Seg. Darvill (*op. cit.*), os monumentos desta região de Cotswold-Severn teriam sido globalmente construídos e/ou utilizados entre c. de 3.100 a.C. e 2.000 a.C. isto é, basicamente durante o III.º milénio.

Vamo-nos concentrar exclusivamente nos três primeiros grupos, referindo-nos de forma sucinta a apenas alguns exemplos de cada um.

1.º grupo — *Belas Knap* (Gloucestershire) é um *cairn* trapezoidal com átrio e entrada cega no topo norte, e quatro câmaras, duas (C e D) abrindo-se simetricamente na parte central, uma de cada um dos lados,

uma outra(B) situada no lado leste, próxima do topo sul, e a última abrindo-se neste topo(E). As câmaras C e D são definidas lateralmente por ortostatos, e devem ter sido antecedidas por um corredor; é possível que fossem cobertas por falsas cúpulas. A câmara B é sub-rectangular, de construção inteiramente megalítica; dá-lhe acesso um corredor sub-rectangular de pedra vã e falsa cúpula. A forma exacta da câmara E é desconhecida, devido a escavações e restauros já antigos. Todavia, é muito importante referir a opinião dos primeiros escavadores, segundo a qual cada uma das câmaras deveria ter tido primitivamente o seu próprio *cairn*, antes da edificação do *tumulus* maior. *Ty Isaf* (Brecknockshire) é um outro monumento característico deste grupo de túmulos com câmaras laterais, ilustrando o carácter multi-periodal frequente nestas construções.

2.º grupo — O conjunto de *cairns* com câmaras terminais simples apresenta normalmente pequenas câmaras quadradas ou sub-rectangulares na extremidade dos característicos *tumuli* alongados. Randwick (Gloucestershire) tem uma mamoa trapezoidal com uma câmara terminal simples a NE; Tinkinswood (Glamorgan), outro monumento-tipo deste grupo, possui um *tumulus* sub-rectangular e uma câmara terminal simples a ENE. Estes *cairns* formam um átrio fronteiro à câmara, definido por duas saliências laterais do próprio *tumulus*.

3.º grupo — Os *cairns* com câmara terminal em transepto podem apresentar um par de câmaras ou células laterais (Wayland's Smithy II), dois (West Kennet) ou três (Stoney Littleton, Somerset).

Wayland's Smithy (Berkshire) é uma estrutura multi-periodal, como acentua Corcoran (1969: 54). A câmara transeptada foi enxertada secundariamente num *tumulus* anterior talvez com câmara em madeira, o qual foi então alargado. Não possui átrio.

Um dos mais imponentes *tumuli* do grupo é o do monumento de *West Kennet* (Wiltshire, na região de Avebury), o qual contém um corredor central que dá acesso à câmara axial (câmara W), que é a maior das cinco que o sepulcro encerra. Recentemente, Thomas e Whittle (1986) fizeram uma revisão dos dados fornecidos por este importante monumento. Segundo os autores, ele pode ter sido construído durante uma fase tardia do Neolítico inicial (se é que não resulta do alongamento de um monumento anterior), ou seja, nos finais do primeiro quartel do III.º milénio a.C. Seria o túmulo de uma fracção proeminente de uma comunidade local; os mortos seriam ali inumados sucessivamente, podendo ter ocorrido a descarnação prévia dos cadáveres. Na fase

neolítica subsequente (Neolítico tardio) a função do túmulo teria sido outra, em relação com uma mais acentuada hierarquização social. A ligação mortos-vivos ter-se-ia tornado mais distante, sendo assegurada por uma minoria que deporia no sepulcro determinados objectos. O monumento pode ter sido alongado nesta fase. Nos finais do III.º, inícios do II.º milénio a.C., quando se dá a elaboração das grandes construções cerimoniais de Avebury e Silbury Hill, o túmulo é intencionalmente fechado, ou com o fim de proteger definitivamente uma realidade, relacionada com antepassados de que ainda a elite se reivindicava, ou porque esta pretendia afirmar-se através de construções de tipo novo e/ou do uso de artefactos de excepção (como a cerâmica campaniforme). Ter-se-ia passado, pois, nas palavras de Thorpe e Richards (1984) que os autores citam, de uma estrutura de autoridade ritual a um sistema de bens de prestígio. Essa transformação é patente em toda a Europa ocidental no fim do processo de evolução do megalitismo.

1.3 *O Ocidente da França*

1.3.1 *Bretanha: os sepulcros do golfo do Morbihan e do estuário do Loire*

O Morbihan é um dos departamentos da região da Bretanha, no Noroeste da França; na zona costeira sul, abre-se o golfo do mesmo nome, com numerosas ilhas, criadas pela transgressão flandriana, que submergiu o que seria, no Neolítico, uma planície irrigada. É uma das regiões mais famosas da Europa pelo seu megalitismo, tanto em quantidade, como em qualidade. Imediatamente a SE, o estuário do rio Loire localiza-se numa área que é o natural prolongamento geológico e geográfico da Bretanha, uma vez que faz parte do Maciço Armoricano. As duas zonas devem abordar-se em conjunto, tal a sua unidade em termos de Pré-história e especialmente de sepulcros megalíticos.

Torna-se hoje evidente existir uma neolitização, nesta área, muito mais remota do que se pensava ainda há alguns anos atrás. Por um lado, parece que os concheiros «mesolíticos» de Téviec, Höedic e outros são contemporâneos dessa fase, datando de meados a fins do V.º milénio a.C. (4.625 a.C. para Höedic, por ex.), e podendo sobreviver no IV.º milénio; estas populações, quiçá «marginais», possuíam alguns animais domésticos e praticavam uma forma de enterramento colectivo, que pode ser uma das raízes do megalitismo (Helgouach, 1979: 158). Por outro lado, um paleossolo encontrado sob o *cairn* de Dissignac (Saint-Nazaire) (com

dois dólmenes de corredor, um «em p» com câmara semi-circular, o outro com câmara rectangular) foi datado da segunda metade do V.º e dos inícios do IV.º milénio a.C. (4.300-3.830 a.C.), tendo revelado pólenes de cereais (trigo), micrólitos geométricos, e uma cerâmica parecida com o estilo de Cerny, o que sugere uma derivação danubiana. Há assim pois, nesta região, um Neolítico pré-megalítico, que é ainda mal conhecido, e que parece testemunhar influências do Leste da França (Hibbs, s/d.), embora nele possam ter entroncado outras «correntes» neolíticas. Recentemente, Giot (1988: 53) chegou mesmo a escrever: «A Armórica situa-se na região de convergência das duas principais correntes de difusão e de extensão dos géneros de vida neolítica, a corrente mediterrânea, e a corrente dita «danubiana» (...). Assim, a cerâmica mais antiga tradicionalmente ligada aos primeiros dólmenes bretões, chamada de «tipo Carn», é completamente diferente da acima mencionada; praticamente lisa, ela articula-se já com um Neolítico médio local, que é quando o fenómeno megalítico se desenvolve, aqui como em toda a parte testemunhando uma fixação mais permanente do homem ao solo.

Os primeiros megalitos são monumentos de corredor, relativamente simples, normalmente com a câmara coberta em falsa cúpula, de planta circular ou aparentada. Os exemplares mais bem datados situam-se no Norte da Bretanha, e remontam aos inícios do IV.º mil a.C. Pode-nos parecer estranho que sejam já monumentos da envergadura de Barnenez I (Finistère), com múltiplas câmaras abrindo de uma fachada. Não nos esqueçamos porém do que escreveu Helgouach (1979: 164): «Haveria talvez já no seio do conjunto primário de Barnenez uma evolução e não é absolutamente certo que os cinco dólmenes tenham sido construídos simultaneamente; de qualquer maneira eles não foram imediatamente edificadas na sua forma actual». Podemos estar perante um acoplamento sucessivo de túmulos, que, num processo que designámos «de monumentalização» (Jorge, 1986), acabaram por dar um *cairn* alongado onde é difícil discernir as «junturas» dos túmulos individuais, que podem ter ficado «disfarçadas» sob a construção final. E, ainda recentemente, Giot (1988: 59) admitia: «(...) os monumentos já muito complexos que datamos podem ter tido protótipos anteriores, em relação a eles, em alguns séculos». A Bretanha não parece ser excepção, afinal, a uma linha de força que vimos constatando no megalitismo europeu: a evolução do simples para o complexo (que genialmente os Leisner entreviram na Península Ibérica).

Normalmente considera-se que os sepulcros com câmara quadrangular seriam imediatamente posteriores aos descritos, e ligar-se-iam à plena afirmação da construção dolménica propriamente dita. Helgouach e Le Roux declaram-no expressamente, ainda em estudo recente relativo a

todo o Ocidente da França (1986: 189): «Com base no exame das formas das suas câmaras sepulcrais, os túmulos megalíticos podem ser agrupados em duas categorias, os que têm câmaras circulares que aparecem precocemente e têm uma distribuição muito extensa, e os que têm câmaras quadrangulares, que na sua maioria devem ser mais recentes e entre os quais se definem grupos regionais». Parece porém que se não deve insistir demasiadamente no linearismo de tal evolução, uma vez que ambas as técnicas e plantas coexistem por vezes no mesmo *cairn*, a começar por Barnenez. No interior do Morbihan, os monumentos de *Larcuste* (Colpo) são bem ilustrativos desta imbricação de tipos e de técnicas, tanto mais que apesar de serem independentes, têm as suas fachadas alinhadas. O *cairn* I apresenta dois sepulcros de corredor com câmaras circulares, uma coberta com falsa cúpula, a outra com tampa dolménica. O *cairn* II, que pode datar dos meados do IV.º milénio a.C. (data C14 para o corredor de 3.540 ± 120 a.C.), é já um monumento de câmaras múltiplas, quadrangulares ou sub-circulares, abrindo-se do corredor, tipificando um dos «regionalismos» de que falavam os autores citados acima (Helgouach e Le Roux, 1986: 186-187), regionalismos esses que também parece terem-se gerado precocemente. Em Carnac, o dólmen de *Kercado*, com câmara sub-quadrangular, deu uma data de 3.890 ± 300 a.C., o que o tornaria aproximadamente contemporâneo de Guennoc ou Barnenez; infelizmente os carvões provêm de escavações antigas e a data tem um desvio-padrão enorme.

Seja como for, durante a primeira metade do IV.º milénio assistimos no conjunto da Bretanha à diversificação dos primeiros protótipos simples, com câmara e corredor bem diferenciados, no sentido, por um lado, da indiferenciação câmara-corredor, e, por outro, da descentralização daquele último em relação à câmara, o que vai dar uma planta em «q» ou em «p». A segunda metade do mesmo milénio irá por seu turno assistir ao nascimento de câmaras múltiplas ou em transepto (ex.: *cairn* de Les Mousseaux em Pornic, Loire-Atlantique), e a sepulturas indiferenciadas longas em V. A evolução subsequente, durante o III.º milénio, produzirá dólmens de corredor com câmaras segmentadas, tipos em V mais complexos — muito próximos tipologicamente das áleas cobertas, e por vezes quase indistinguíveis delas, como em Liscuis (Laniscat) — e o alongamento das câmaras dos dólmens de corredor descentrado, o que conduzirá aos tipos «em cotovelo» (Les Pierres Plates, Locmariaquer) ou «em esquadro» (Göerem, Gâvres) e, em última análise, por retracção do corredor, às sepulturas de entrada lateral, também muito próximas das áleas cobertas. Estes dois últimos tipos, tardios, são já produtos do Neolítico final, na segunda metade do III.º milénio a.C. Acrescente-se brevemente que, à semelhança do que se

verifica em todo o Noroeste europeu, também a tradição dos *tumuli* alongados não megalíticos está presente na Bretanha, quer sob a forma de monumentos baixos, contendo por vezes pequenas cistas, quer de mamoaas gigantescas, alongadas, típicas da área do golfo do Morbihan, e de que o *tumulus* de Saint-Michel é o exemplo mais conhecido; é possível que uns e outros sejam coevos da «segunda geração» dos dólmenes de corredor; a verdade é que com frequência revelaram elementos chasseurenses (Helgouach, 1979: 212-225).

Concentremo-nos porém na área do golfo do Morbihan e do estuário do Loire, onde nos últimos anos se têm feito descobertas de excepcional interesse. Em particular, como escreve Giot (1988: 32), «entre a entrada do golfo do Morbihan e a ribeira de Etel encontra-se a mais importante concentração de dólmenes de corredor. Muito densa em volta da região de Locmariaquer, Carnac e Quiberon (...), esta espécie de «necrópole» difusa deve ter agrupado várias centenas de túmulos de uma certa diversidade, de que se conservou uma boa centena». E, mais adiante (*ibidem*) acrescenta: «Em geral, os dólmenes de corredor desta região estão nitidamente instalados de preferência no cimo de pequenas colinas ou elevações arredondadas, formando pequenos núcleos neste vasto cemitério descontínuo». Começemos por observar um monumento com câmara e ante-câmara de Locmariaquer, o de *Mané-Rutual*. Ele alerta-nos para um fenómeno para o qual Helgouach chamou há anos a atenção (Helgouach, 1983), qual seja o da existência de grandes «estelas» ou menires insculturados, que depois foram reaproveitados em sepulcros megalíticos. De facto, a laje que cobre e maior parte das duas câmaras, e cuja superfície restante repousa sobre o *tumulus*, tem um comprimento de quase 12 m., perfeitamente despropositado para o simples fim de servir de tampa; apresenta na face inferior um enorme «ídolo escutiforme» gravado. Trata-se, na verdade, de uma daquelas «estelas» reaproveitada, facto que se repete com outras duas tampas do monumento (Helgouach, 1983: 60-61). Esta circunstância tem-se observado em diversos casos, dos quais vamos destacar dois, escavados nos últimos anos: *Gavrinis* (Larmor-Baden) e *Table des Marchand* (Locmariaquer).

O dólmen de *Gavrinis*, cujas gravuras constituem uma das obras-primas da arte europeia (23 dos seus 29 esteios são ricamente decorados, numa profusão abstracta que engloba, na sua dinâmica exaustiva, todos os motivos habituais desta arte, estendendo-se à totalidade das superfícies), está situado na ilha do mesmo nome, em pleno golfo do Morbihan. Este monumento tem um corredor longo (13,80 m.) e câmara praticamente quadrada (2,50 X 2,70 m.). Segundo Le Roux (1984: 244), o monumento teria sido construído já no III.º milénio a.C., com uma «vida» relativamente curta (alguns séculos) e «fecho» (bloqueamento da entrada), cerca de

2.500 a.C. (ou seja, aproximadamente na altura em que estariam a ser edificadas os túmulos do Boyne). Com mais de 50 m. de diâmetro e 6 m. de altura antes das escavações, o *cairn* de Gavrinis revelou uma estrutura em degraus não circulares, mas quadrangulares, de que apenas foi restaurada a fachada. Verificou-se que a laje de cobertura da câmara, cuja parte superior apresentava gravuras (invisíveis após a construção), era apenas uma parte de uma enorme «estela» decorada (com motivos vários, entre os quais bovídeos, até então desconhecidos na arte megalítica bretã), cujas duas porções restantes cobrem, respectivamente, a câmara da Table des Marchand e uma estrutura megalítica inserta no *tumulus* alongado de Er Grah, nas proximidades daquele dólmen. Essa «estela», quando inteira, teria uma altura de c. de 14 m., dimensão que não nos surpreende se pensarmos no grande «menir» fragmentado de Locmariaquer, com mais de vinte metros, e que jaz a pouca distância daqueles dois outros monumentos. Tudo indica, assim, que tal «menir» não seria senão mais uma «estela» fragmentada, que não chegou a ser reutilizada, e que o monumento similar cujos fragmentos serviram para cobrir Gavrinis, a Table des Marchand e a citada câmara de Er Grah (ou Er Vinglé), teria estado primitivamente implantado nesta mesma área de Er Grah, onde ainda se encontram duas das suas partes (Le Roux, 1984: 240-245).

A *Table des Marchand* apresenta um dólmen de corredor baixo, e câmara bem diferenciada, com um *cairn* com cerca de 30 m. de diâmetro, conservado até c. de 1,50 m. da sua altura original. O seu excepcional interesse reside não só na já citada laje de cobertura da câmara, mas também no facto da pedra de cabeceira, com a sua famosa ornamentação em múltiplos báculos dispostos em duas séries simétricas, constituir, na verdade, uma grande «estela», aproximável dos «ídolos escutiformes» tantas vezes gravados nos dólmenes de corredor. Não faltam sequer, a essa «estela», os característicos traços periféricos radiais que se observam em diversos daqueles «ídolos» antropomórficos. Ora, a partir das escavações feitas, há todas as razões para pensar que tal «estela» se encontra *in situ*, implantada num paleossolo que revelou numerosos vestígios de actividade humana, incluindo lareiras e buracos de poste, além de cerâmica de tipo Castelic e «taças com peanha» («couples à socle»); umas e outras apareceram também no povoado de Er Lannic (Arzon), hoje numa ilhota ao lado de Gavrinis. Se as «taças com peanha» são características do Chasseense ocidental, as cerâmicas de Castelic são uma criação tipicamente bretã (Helgouach, 1979: 199-208). O mencionado paleossolo está datado pelo C14 de c. de 3.150-3.050 a.C. (Helgouach, 1988: inf. pessoal). Assim, pelos finais do IV.º milénio a.C. deve ter havido nesta zona de Er Grah uma intensa actividade ritual e talvez também doméstica, ligada às grandes estelas mencionadas, uma das quais viria a ser incorporada

num dos dólmenes de corredor, enquanto que as outras, depois de fragmentadas, serviriam de tampas a diversas câmaras funerárias. Estes «ídolos abatidos», como lhes chamou Helgouach, poderiam não ter sido «dessacralizados», mas tão só alvo de uma reelaboração do seu significado inicial. Tudo se passa como se uma peça carregada de sentido religioso tivesse sido, num segundo momento, «partilhada» por vários túmulos, conferindo-lhes um pouco da sua sacralidade própria. Esses grandes símbolos comunais seriam assim como que «apropriados» por uma fracção do grupo, precisamente aquela que inumava os seus mortos em cada sepulcro. Helgouach (inf. pessoal) crê esta nossa hipótese verosímil, embora pense que se não deve por ora generalizar, uma vez que, no seu entender, as situações ligadas a estes «reaproveitamentos» são diversificadas. E acrescenta: «Temos de considerar o desaparecimento total das gravuras do mundo dos vivos como o fenómeno essencial em causa». De facto, se aos túmulos só tinham acesso alguns elementos da comunidade (quicá indivíduos mais velhos, detentores dos «mistérios» do ritual), então essa ocultação poderia ter feito parte das estratégias de secretismo de que nos fala Whittle (1988), destinadas a reforçar o poder «teocrático» de uns quantos. Seja como for, consideramos esta descoberta dos colegas bretões como um dos principais contributos dos últimos anos para o estudo do Neolítico ocidental europeu, na medida em que mostra que, antes da implantação de pelo menos alguns dos dólmenes do golfo do Morbihan, todo um outro «mundo» de rituais aí decorreu, em mais uma manifestação da longevidade e da complexidade de «transformações» que se notam no processo do megalitismo atlântico.

Não podemos abandonar esta região sem fazer uma curta alusão ao *cairn* múltiplo do *Petit-Mont* (Arzon). Mais uma vez estamos perante uma estrutura multi-periodal. Sobre um *tumulus* inicial sub-elíptico (provavelmente da primeira metade do IV.º milénio — c. de 3.700-3.650 a.C.) implantou-se um *cairn* A, ao qual se veio acoplar, posteriormente, um *cairn* B (c. de 3.280 a.C.). Este último contém uma câmara pentagonal (há datas de C14 que provam a sua utilização nos finais do IV.º milénio a.C.), cujo piso é, nem mais nem menos, constituído por mais uma estela antropomórfica reutilizada; o próprio corredor contém fragmentos de «estelas» insculturadas. A referida câmara revelou cerâmicas de tipo Castelleic. Num momento final todo o conjunto foi «regularizado» pela fachada de um *cairn* em degraus que continha duas sepulturas de corredor abrindo-se do lado leste, uma delas em grande parte destruída pela construção de um «bunker» alemão da última guerra (Lecornec, 1987). Mais uma vez se comprova a complexa sobreposição de campanhas de obras de que estes monumentos foram alvo, sem dúvida em relação com transformações dos rituais e das sociedades que os praticaram.

1.3.2 O Centro-Oeste

1.3.2.1 O grupo de Champ-Châlon (Benon, Charente-Maritime)

Esta necrópole situa-se na região de Aunis, entre o «Marais Poitevin» a norte e o «Marais de Rochefort» a sul. Conhece-se, aqui, a existência de 18 monumentos funerários, mas sabe-se que houve muitas destruições ao longo do tempo; foram também identificados 8 a 10 povoados do Neolítico recente, providos de fossos. A zona de Champ-Châlon, com os seus cinco túmulos (A a E) fica a cerca de 40 m. acima do nível do «Marais Poitevin»; no IV.º milénio a.C. porém, a cota do mar seria c. de 6-7 m. mais baixa, o que, na opinião de Joussaume e Cadot (1986: 44), talvez propiciasse a existência de golfos abrigados, favoráveis à implantação humana. As seis campanhas de escavações realizadas até 1985 incidiram sobre os monumentos A, B e C, e permitiram algumas conclusões importantes, ou seja, que na zona do Centro-Oeste se verificaram também, como seria de esperar, algumas das linhas de força do fenómeno megalítico que temos vindo a encontrar por toda a Europa ocidental atlântica.

O *tumulus A* é compósito. A sua parte oriental é construída em unidades alveolares que mutuamente se contrafortam, dispondo-se o conjunto em forma de «telhado de duas águas», com uma aresta central. A parte ocidental apresenta um monumento de corredor «em q», com câmara sub-quadrangular construída em falsa cúpula. Desta câmara abre-se uma célula lateral, cuja parede de fundo coincide com o limite oeste da parte oriental do monumento; continha restos de três enterramentos em posição flectida. Este túmulo revelou material chasseur. Tudo se passa como se à parte oriental se tivesse acoplado, a certa altura, a que contém o sepulcro; como esta tinha inicialmente uma periferia em arco de círculo, terá sofrido em determinado momento um acrescentamento que exigiu o prolongamento do corredor. O monumento final ficou assim com uma planta sub-rectangular. Esta substituição de estruturas circulares ou afins por outras rectangulares é um fenómeno repetitivo em muitos pontos da fachada atlântica; dever-se-á à «influência» dos *tumuli* alongados, megalíticos ou não (estes últimos existentes na região de que tratamos), tão abundantes em todo o Norte e Noroeste da Europa, da Polónia às Ilhas Britânicas? Muitos autores o admitem.

O *tumulus B* situa-se a 25 m. do anterior e é também, e ainda mais nitidamente, multi-periodal, uma vez que resulta da junção de dois *cairns*. O *cairn I* é circular, e possui uma câmara quadrangular, com corredor descentrado, «em q»; a cobertura da câmara seria em falsa cúpula. O sepulcro revelou material chasseur e, na câmara, restos de

5 a 6 inumações, com os crânios junto das paredes laterais. Num segundo momento este *tumulus* viu-se incluído numa construção maior, de forma sub-trapezoidal, com 15 m. de comprimento por 8 m. de largura máxima. A extensão para leste inclui um segundo sepulcro de câmara ligeiramente trapezoidal, paralelo ao primeiro, com o qual partilha a forma «em q». Esta câmara II, também com cobertura em falsa cúpula, tem, no ponto de ligação com o corredor, uma «porta de forno» ou «laje-postigo» («hublot») que, como nos lembram os autores citados, é frequente nos dólmenes de «tipo angoumoisense» (grupo com câmaras quadrangulares, definido por Burnez, 1976) da região. A câmara revelou 5 a 6 indivíduos, também com os crânios encostados aos ortostatos, e cerâmica característica do Chasseense atlântico. Ambos os corredores estavam externamente fechados por muretes que se confundiam com a fachada do *cairn*.

O *tumulus C* localiza-se a 100 metros do B. É ligeiramente trapezoidal, com 25 m. de comprimento e 11 m. de largura máxima, na fachada oeste, e também se compõe de duas partes principais. Apresenta um só sepulcro de corredor, abrindo-se na fachada leste, com uma pequena câmara quadrangular de cantos arredondados; em tal câmara foram exumados restos de um pequeno número de indivíduos, além de um vaso chasseense. No corredor existia uma outra inumação, em decúbito forçado lateral. Este sepulcro está rodeado por um *tumulus* sub-circular com 6 m. de diâmetro, embutido no resto do monumento, no qual se prolonga através de «antenas». Alguns restos humanos foram encontrados na base da construção, junto de uma dessas antenas e entre o *tumulus* circular e a sua delimitação quadrangular externa; neste último caso estavam de novo acompanhados de cerâmicas do Neolítico médio, aliás período ao qual parece de atribuir esta necrópole, pelo menos na sua maior parte. Todo o volume restante do monumento é construído em alvéolos encastoados, dispostos em «telhado de duas águas», que já encontrámos no *tumulus A*, e que, também aqui, mostrou ausência de qualquer material ou estrutura sepulcral. O seu único objectivo parece ter sido o de conferir monumentalidade ao conjunto, que os autores do trabalho aproximam, entre outros, do *cairn F* de Bougon, a que nos referiremos mais adiante.

O *tumulus D* foi parcialmente destruído; seria trapezoidal, com uns 40 metros de comprimento; nele se notou a mesma construção alveolar mencionada antes.

A propósito do conjunto de Champ-Châlon vale a pena acentuar alguns pontos, aliás destacados por Joussaume e Cadot (*op. cit.*): — o sistema de construção de tipo alveolar revela-se prático e eficaz, na medida em que permite a um só trabalhador levantar rapidamente os muretes circulares que delimitam cada «alvéolo», aproveitando todos os

desperdícios no seu enchimento interior; — os *tumuli*, mesmo que inicialmente circulares, acabam por apresentar uma forma final quadrangular, fenómeno de sobreposição de concepções de «design» que é frequente na fachada atlântica; — o espaço sepulcral útil de cada um dos monumentos é minúsculo se comparado com a massa global deles e a energia aí investida, mostrando bem tratar-se de pontos de referência na paisagem e não de simples locais de deposição dos mortos; — a necrópole parece ser mais recente do que outros monumentos funerários colectivos do Centro-Oeste, como a sepultura de Cous (Vendeia) ou os sepulcros E1 e E2 de Bougon (na sua fase antiga), que revelaram cerâmicas anteriores ao Neolítico médio; — finalmente, é também notório o pequeno número de inumados que, se vistos em relação com o conjunto de pessoas que poderão ter estado envolvidas nas edificações, mostra no mínimo que havia selectividade naqueles que tinham acesso à «última morada» no seu interior.

1.3.2.2 *O conjunto de Bougon (Deux-Sèvres)*

Esta famosa necrópole megalítica é conhecida e foi alvo de escavações desde o séc. XIX; as mais importantes foram porém as de Burnez a partir de 1968, e, sobretudo, as de J.-P. Mohen, que começaram em 1972. Compõe-se de cinco monumentos, A, B, C, E e F. Uma vez que a diacronia do conjunto se encontra relativamente bem estabelecida, iremos apresentá-lo segundo a mesma (de forma necessariamente esquemática), e não pela ordem espacial dos monumentos, que mais uma vez corresponde a uma complexa «história» de construções e reutilizações sucessivas (Mohen, 1973; 1977; 1980; 1982; 1984; 1986; 1988). Antes, porém, diga-se que o sítio de Bougon ocupa o centro de uma «paisagem neolítica» com c. de 10 km. de diâmetro na qual se situam pedreiras para a extracção de matérias-primas, povoados e dólmenes dispersos.

A *primeira fase* corresponde aos inícios do IV.º milénio a.C. (c. de 3.850 a.C.) e assiste à construção de câmaras funerárias simples, circulares, com coberturas em falsa cúpula. Os esqueletos são em pequeno número (c. de uma dezena por câmara); o material arqueológico associado pertence a uma fase antiga do grupo de Cous (Neolítico médio). A esta fase correspondem os *tumuli E e Fo*. O primeiro tem uma planta subtrapezoidal (com a base maior arredondada) e duas sepulturas de corredor com câmara circular abrindo da base menor; a sepultura 2 foi, num momento ulterior, tornada quadrangular, mostrando mais uma vez uma mudança de «design» que temos constatado noutros

lados. O *tumulus Fo* é circular, e apresenta uma câmara redonda, com corredor de acesso.

Durante a *segunda fase* assistimos, primeiro, à erecção de dólmenes de construção megalítica propriamente dita, com corredor descentrado, e de pequenas dimensões. Os artefactos que lhes estão ligados enquadram-se num Neolítico médio pré-chasseense. Estão aqui em causa os *tumuli B e C1*. O primeiro tem um aspecto trapezoidal alongado, e dois dólmenes de corredor com câmaras quadrangulares, abertos a SSE. O *tumulus C1* é sub-circular e tem um pequeno dólmen com planta «em q»; na sua câmara foram encontrados quatro esqueletos. Em seguida edificam-se, em Bougon, dois grandes dólmenes com câmaras rectangulares de tipo «angoumoisense»; estamos nos finais do III.º milénio a.C., em pleno contexto chasseense (achados de «vasos-suporte» de estilo local). Trata-se dos *tumuli A e F2*. O primeiro é um grande *cairn* circular com mais de 40 m. de diâmetro; o dólmen é de dimensões consideráveis (8 m. de comp. no corredor por 7 x 4 m. na câmara). Esta última, seccionada em duas partes por pilares transversais, que ajudam a sustentar a enorme laje de cobertura, foi profusamente reutilizada na fase seguinte. As proporções do dólmen *F2* são também consideráveis.

A *terceira fase* corresponde a reutilizações das construções mencionadas, até c. de 2.000 a.C. ou seja, até ao Neolítico final (Peu-Richardense antigo) ou, mesmo, talvez, já à Idade do Bronze antigo. É neste momento que se verificam numerosas inumações em certas câmaras (a do dólmen A revelou c. de 200 esqueletos aos primeiros escavadores do séc. XIX). Seria também nesta fase que se teriam construído prolongamentos monumentais unindo certos túmulos: caso do *cairn F1*, que assim ligaria as sepulturas *F0* e *F2*, dando ao conjunto um aspecto de *tumulus* alongado, e caso do *cairn C2*, de planta rectangular, acoplado ao *C1*. Esta afirmação baseia-se nas mais recentes conclusões do escavador (Mohen, 1988).

O mesmo autor acentua que, durante a primeira fase, os materiais de construção eram obtidos localmente, enquanto que na segunda fase chegaram a ser trazidos de 4 km. de distância; nas palavras do autor (1980: 60), «A mudança do estilo de construção está pois ligada a toda uma nova organização do trabalho». Para melhor apreciar a energia investida nos túmulos durante esta segunda fase, e a forma como eram construídos, aquele pré-historiador realizou em Bougon, em Julho de 1979, uma experiência de transporte de um bloco de betão com 32 toneladas correspondente à forma e peso da laje de cobertura do dólmen *F2*. Verificou-se que essa laje poderia ser arrastada por um grupo de 200 homens, desde que se utilizassem troncos de madeira como «rolos» sobre os quais ela deslizesse; para que esses «rolos» pudessem funcionar,

teriam de rolar sobre «carris» que se prepararam, afeiçoando outros troncos, de modo a criar-lhes uma base plana. Toda a operação foi auxiliada pelo uso de grandes alavancas, constituídas, mais uma vez, por troncos de árvores. Mohen pensa que uma população de cerca de 2 e 3 milhares de pessoas teria de unir os seus esforços para fornecer essas duas centenas de indivíduos necessários em simultâneo para tal trabalho, o que mostra bem quanto ele exigiria uma vincada coesão dos grupos envolvidos e também uma capacidade de planificação e até de «diplomacia» por parte de quem organizasse a tarefa. Mas o autor vai mais longe, dizendo que a manutenção, ao longo de dois milénios, de uma necrópole destas, fazia dela, pelo menos na sua fase final, em que o carácter «colectivo» dos sepulcros se acentua, um verdadeiro santuário, um lugar central sagrado para toda uma vasta população dos arredores. Trabalhos como o deste autor, embora sempre eventualmente discutíveis num ou noutro detalhe, estão entre os que têm produzido significativos progressos no sentido de uma «Arqueologia social» do megalitismo europeu. Mostram-nos que a base desses progressos é o estudo exaustivo de necrópoles, por forma a compreender a dinâmica do seu funcionamento ao longo do tempo e o seu enquadramento sucessivo no espaço envolvente. Mas que se não pode ficar por aí: há que explorar todas as vias, incluindo as da Arqueologia experimental, as da Etno-Arqueologia, as da Arqueologia ambiental, para se vislumbrar as atitudes e as intenções que subjazem aos testemunhos dolménicos.

1.4 *O Noroeste ibérico*

1.4.1 *A Serra de Barbanza (Galiza)*

Situa-se na península do mesmo nome, no Sudoeste da província da Corunha, entre as rias de Muros e Noya, a norte, e a de Arosa, a sul. Tem uma orientação NNE-SSW e pode considerar-se convencionalmente delimitável pela curva de nível de 250 m., embora, num trabalho recente (F. Criado *et alii*, 1986: 21), tenha sido utilizada a de 400 m. para tal fim. De acordo com este último critério, surge como uma superfície aplanada pontuada por elevações, predominantes a ocidente, e interrompida no sentido N.-S. pelo vale do rio Barbanza. Tem uns 15 km. de comprimento por 5 de largura, e atinge uma altitude da ordem dos 600 m. Constitui uma unidade geomorfológica bem definida, com encostas íngremes a isolá-la por todos os lados. A região é fundamentalmente granítica.

Os trabalhos de prospecção, sondagem e/ou escavação e recolha de elementos para estudo do paleo-ambiente, decorreram sobretudo durante Julho de 1983. Foram identificados 29 monumentos megalíticos ou

afins, providos de mamoa. Apenas um deles se encontra abaixo (e por poucos metros) dos 500 m. de cota; 13 ficam entre 500 e 550 m.; e 15 entre 550 e 600 m. de altitude. Alguns agrupam-se em núcleos, outros apresentam-se em condições de relativo isolamento. A caracterização tipológica dos monumentos apenas se pode fazer em alguns casos (uns 9), e mesmo assim com dúvidas, pois nem uma só mamoa foi alvo de um trabalho exaustivo de escavação. Os monumentos para já com mais interesse, porque com mais elementos de «diagnóstico» conservados à vista, são A Casota do Páramo 1, Pozas da Lagoa, Pedra da Xesta 1, Cavada 2, Arca da Barbanza 1 e Casarota do Fusiño. Um dos critérios de caracterização tipológica a que se dá relevância, na monografia citada, é o maior ou menor destaque das câmaras (e corredores quando existem) em relação à massa do *tumulus*; no entanto, como tal aspecto pode depender largamente de factores erosivos diferenciais, não o consideraremos aqui. Baseando-nos na mesma obra (*op. cit.*: 98-99), e com todas as reservas que o estado da investigação aconselha, diremos que talvez se possam considerar, na Serra de Barbanza, os seguintes tipos principais de monumentos:

1 — Câmaras poligonais sem corredor, cobertas por uma mamoa de grandes dimensões, revestida de couraça pétreia.

2 — Câmaras poligonais irregulares, alargadas transversalmente, com corredor curto (um só ortostato de cada lado?), parecendo esboçar uma certa indistinção (apenas em planta) em relação à câmara, cobertas por grande mamoa com couraça pétreia. Ex.: *A Casota do Páramo 1* e talvez *Cavada 2*.

3 — Câmaras poligonais com corredor, bem diferenciado da mesma câmara, em planta e alçado, possuindo dois esteios de cada lado. Grande mamoa recoberta com couraça pétreia. Ex.: *Arca da Barbanza* e possivelmente *A Casarota do Fusiño*.

4 — Cistas megalíticas incluídas em *tumuli* baixos, de pequenas dimensões, que, pelo que foi escavado num deles, parece serem de tipo *cairn* ou afim. Ex.: *Pedra da Xesta 1*. De notar que, ao contrário de todas as outras, estas mamoas apenas são visíveis a pequena distância e delas só se enxerga um espaço relativamente restrito (Criado *et alii*, 1986: 138).

Dólmens simples, dólmens de corredor mais ou menos curto, e cistas megalíticas, parecem configurar uma situação que, junta com condições topográficas não muito diferentes, aproxima a Serra de Barbanza da Aboboreira, no Norte de Portugal. Nesses termos, e a título de hipótese de trabalho, seríamos tentados a sugerir uma cronologia que

iria da 2.^a metade do IV.^o milénio (para algumas das câmaras simples) à primeira metade do II.^o milénio a.C. (para as cistas). Seria extremamente importante que os colegas galegos realizassem neste conjunto, como noutras necrópoles da Galiza, programas de estudo sistemático por meio de escavações, por forma a obter-se dados tipológicos e cronológicos fiáveis, a partir dos quais se poderiam valorizar de maneira muito melhor os estudos de reconstituição da paisagem e da sociedade megalítica a que se têm dedicado, abrindo aliás vias de pesquisa muito úteis, como acontece na obra acima citada.

1.4.2 A Serra da Aboboreira (Norte de Portugal)

Não iremos aqui repetir numerosos dados publicados sobre esta necrópole megalítica do distrito do Porto ao longo de uma década. Tão só dizer que dos 37 monumentos aí seguramente conhecidos 33 foram já escavados. Actualmente, um balanço muito genérico aponta para a tipologia seguinte:

— Estruturas sem corredor, correspondentes a dólmenes de maior ou menor dimensão, sob mamoa em terra revestidas por couraça lítica: 26;

— estrutura «em poço», sob mamoa em terra do mesmo tipo das anteriores (*Chã de Santinhos 2*): 1;

— dólmen de corredor (*Chã de Parada 1*): 1;

— *cairns*, ou seja, mamoa apenas feitas por acumulação de pedras, neste caso todas de pequena altura (*Outeiro de Gregos 1 e 5, Meninas do Crasto 4*): 3;

— cista megalítica de época campaniforme, sob mamoa em terra com revestimento de couraça pétreia (*Chã do Carvalhal ou Cruz de Ferro 1*): 1;

— indefinido (*Chã do Carvalhal ou Cruz de Ferro 2*): 1.

As mamoa que com certeza podemos considerar mais antigas situam-se por volta dos meados do IV.^o milénio a.C., e correspondem a antas sem corredor, que aliás estão em esmagadora maioria na Aboboreira. Uma delas ocorre em posição de relativo isolamento: é a mamoa de Monte da Olheira (data para o topo do solo antigo: 3.450 ± 40 a.C.); outra, pertence a um núcleo de pelo menos três, que se deve ter constituído ao longo do tempo: é *Chã de Parada 4* (datas para lareiras situadas ao nível do topo do «solo antigo»: 3.520 ± 45 a.C.; 3.470 ± 40

a.C.; 3.420 ± 130 a.C.). Ambas se encontram acima da curva de nível dos 700 metros (como, aliás, grande parte dos monumentos da Aboboreira).

Em torno, *grosso modo*, de 3.300 a.C., assiste-se provavelmente à construção de um número considerável de túmulos, entre os quais há que colocar *Furnas 2* (topo do «solo antigo»: 3.320 ± 70 a.C.) e talvez também *Furnas 1* (base do monumento: 3.300 ± 70 a.C.), *Meninas do Crasto 2* (topo do «solo antigo»: 3.310 ± 50 a.C.) e *Outeiro de Gregos 3* (terras do *tumulus*: 3.280 ± 75 a.C.; 3.250 ± 65 a.C.). De novo nos encontramos perante dólmenes sem corredor, de câmara poligonal de pequenas dimensões (*Furnas 1* é difícil de caracterizar, dado o seu grande estado de destruição, mas continha com certeza uma câmara reduzida, sem corredor), um deles relativamente isolado na paisagem (*Meninas 2*), os restantes integrados em núcleos. Continuamos a estar acima da curva de nível de 700 m.

Nos finais do IV.^o milénio a.C. foi construído um monumento de câmara fechada naviforme, a *Mina do Simão*, que se encontra absolutamente isolada numa área deprimida, junto a um ribeiro. As datas não parecem dar lugar a dúvidas: o topo do «solo antigo» foi datado de 3.180 ± 90 a.C., enquanto que a base do enchimento da câmara de 3.100 ± 70 a.C. e de 3.060 ± 70 a.C. Se adoptássemos uma perspectiva evolucionista unilinear relativamente às arquitecturas, diríamos que esta anta parece anunciar monumentos de espaço funerário mais alargado, embora sem corredor, como *Outeiro de Ante 1* (com abertura na câmara) e *Chã de Parada 3* (com pinturas a vermelho em vários dos esteios). É bem possível, de facto, que com o correr do tempo se tenha verificado a tendência para um ou outro monumento aumentar de volume, tornando-se mais imponente no espaço e, eventualmente, ostentando uma nova carga simbólica nas suas paredes internas, ornamentadas. Tal tendência, a ter-se verificado, não acabou com as pequenas construções, como veremos; quando muito, pode ter promovido o seu polimorfismo. Torna-se neste momento prioritário obter datações para *Outeiro de Ante 1* ou *Chã de Parada 3*: mas não nos surpreenderíamos se viessem a posicionarem-se nos fins do IV.^o, princípios do III.^o milénio a.C., ou mesmo mais tardiamente.

A viragem do IV.^o para o III.^o milénio assiste de novo a uma proliferação de construções; umas, como em *Chã de Santinhos 1 e 2*, criam um novo núcleo abaixo da curva de nível dos 700 m.; outras, como *Meninas do Crasto 3*, aparecem em relativo isolamento (pelo menos de acordo com os nossos dados actuais); outras ainda, como *Outeiro de Gregos 2*, acrescentam-se a áreas onde já existia, pelo menos, uma mamoa. Aliás, de todos os núcleos da Aboboreira, são os de *Outeiro de Gregos* e de *Chã de Parada* que parecem mostrar uma mais notável

pervivência. Se considerarmos em conjunto os núcleos de Outeiro de Gregos, da Abogalheira e de Outeiro de Ante, com uma totalidade de 11 mamoas todas situadas nas imediações daquele último outeiro, verificamos que estamos perante a maior aglomeração da Aboboreira, num dos pontos mais elevados da «Serra». Para Chã de Santinhos 1 (3.030 ± 50 a.C.) e 2 (3.040 ± 50 a.C.; 2.980 ± 50 a.C.) temos datas que correspondem a lareiras situadas ao nível do topo do «solo antigo». Relativamente a Outeiro de Gregos 2 as datas referem-se a carvões oriundos também do solo enterrado sob o *tumulus*, sendo de assinalar a sua coincidência (3.080 ± 70 a.C. e 3.000 ± 50 a.C.). Finalmente, para Meninas do Crasto 3 a data de 3.010 ± 70 a.C. corresponde, mais uma vez, ao topo do «solo antigo» enterrado sob o *tumulus*. Acrescente-se que em todos estes casos estamos perante pequenas câmaras poligonais, com excepção do exemplar *sui generis* de Chã de Santinhos 2 que, como dissemos, é uma estrutura «em poço» escavada na alterite granítica, de um tipo raro na Península Ibérica (no Norte de Portugal, tem certos paralelos na mamoa do Barreiro, Mogaçouro - V. Sanches, Lebre e Santos, 1987).

Durante a primeira metade do III.º milénio a.C. (Neolítico final — inícios do Calcolítico) a construção dolménica atinge o seu apogeu na Aboboreira. E então que se erige o dólmen de *Chã de Parada 1*, com corredor curto, e grande câmara poligonal alargada. Trata-se de um monumento provido de uma espécie de «átrio» fronteiro ao corredor (à semelhança do que se tem encontrado noutras áreas do Noroeste, como em Trás-os-Montes ou na Corunha) e com uma série de gravuras praticadas nos seus esteios. Estas, se nuns casos são típicas desta região da Península — motivo da laje de cabeceira, a que E. S. Twohig (1981) chama «*the thing*» —, noutros parecem integrar-se numa imagética largamente espalhada na Península durante o III.º milénio («face oculada», figura esteliforme). O investimento em trabalho humano que estes monumentos representam articula-se bem com um amplo período de utilização, que no caso de Chã de Parada deve ter atingido os inícios do II.º milénio. Eram espaços cénicos — tal como observámos noutros pontos da Europa — para a realização de cerimónias de culto, em que certamente a comunidade se revia em antepassados cuja descendência directa era reivindicada por uma certa fracção do corpo social. O solo antigo do grande dólmen aboboraico deu-nos, entre outras, as datas de 2.685 ± 100 a.C. e 2.660 ± 45 a.C., que balizam um momento a partir do qual a construção se pode ter realizado. A data de 1.990 ± 80 a.C. para carvões provenientes dos interstícios das pedras da chamada «estrutura de fecho», fronteira à entrada na câmara, indica com toda a probabilidade uma fase terminal de utilização do sepulcro. Datas recentemente obtidas de 2.230 ± 110 a.C. e 2.180 ± 45 a.C. para a base do monumento, em

frente ao corredor, referem-se provavelmente a momentos em que o «átrio» se encontrava em pleno uso.

A primeira metade do II.^o milénio a.C. corresponde a uma última fase de construções providas de mamoa na Aboboreira. Por um lado, tais construções situam-se numa longa tradição de assinalar os monumentos no terreno; mas, por outro, é já óbvia a tendência para o «individualismo» dos rituais, para o «disfarce» de certos elementos ligados aos mortos, que perdem o carácter de referências comunitárias antes presente. Assim, na cista megalítica de *Chã do Carvalhal 1* (cuja volumosa mamoa ostenta ainda as técnicas de construção em terra tradicionais), os objectos mais preciosos foram depositados no *tumulus* (dois punhais de tipo campaniforme, cinco pontas Palmela, todos em cobre), e não na câmara, que apesar de tudo terá contido vasos campaniformes, destruídos e espalhados pelas violações. Estes integram-se em vários estilos, desde o «pontilhado de bandas», ao «pontilhado geométrico» e ao «inciso», havendo, neste último caso, tanto exemplares próprios do «complexo Palmela» como do «complexo Ciempozuelos». Não há dúvida de que estamos perante um monumento tardio, embora situado na proximidade de outras mamoas, algumas das quais poderão ser-lhe anteriores (todas abaixo da curva de nível de 700 m.). Esta tendência é ainda mais patente no topo da «Serra», onde embora se construam sepulcros relativamente isolados (*Meninas do Crasto 4*, próxima de um dos pontos mais elevados), outros integram-se num núcleo já existente (*Outeiro de Gregos 1* e, eventualmente, *Outeiro de Gregos 5* — a cronologia deste último monumento, um *cairn* desprovido de estrutura interna, levanta ainda dúvidas, dada a ausência de espólio e o facto das datas, conseguidas a partir de carvões situados sob a mamoa, onde podem ter sofrido contaminações, serem discrepantes entre si). Todos estes três últimos sepulcros são, como dissemos, *cairns*, isto é, estruturas totalmente construídas com pedras. Em *Outeiro de Gregos 1* temos uma câmara baixa, cistóide, embora de forma poligonal, que nos revelou uma espiral em prata, atribuível ao Bronze antigo; o *cairn* propriamente dito é rodeado por um pavimento horizontal, que se prolonga inusitadamente para leste, constituindo uma superfície trapezoidal em cuja extremidade existiu uma estrutura sub-rectangular possivelmente relacionada com o culto. Resultante de qualquer ritual de fundação, ou de uma eventual ocupação (imediatamente?) anterior, foram encontrados os restos de um vaso decorado com mamilos, e provido de asa, sob o pavimento da estrutura periférica; tal vaso integra-se numa «família» de formas frequente no NW. peninsular, e igualmente atribuível à Idade antiga do Bronze. Sob a grande laje horizontal que, segundo tudo indica, dava acesso à mencionada estrutura rectangular, foram recolhidos carvões

datados de 1.670 ± 50 a.C. e 1.410 ± 50 a.C. Quanto a *Meninas do Crasto 4*, podemos dizer que era um monumento rodeado por um anel de grandes lajes megalíticas, muito remexido no seu interior; tal não nos impediu de encontrarmos, nas terras revolvidas, uma outra espiral em prata e parte de um vaso tronco-cónico, com mamilos alongados sob o bordo. Mais importante que tudo foi, porém, a detecção de um «solo antigo», bem selado por um nível de construção, cujo topo nos revelou, uma vez mais, abundantes carvões, que puderam ser datados: 1.880 ± 50 a.C. e 1.850 ± 50 a.C. Na alterite granítica da base encontrámos apenas o que deverão ser indícios de antiga(s) estrutura(s), com toda a probabilidade de tipo cistóide.

Como vemos, a diacronia da necrópole pré-histórica da Aboboreira está hoje bem estabelecida: vai de meados do IV.º milénio (se não antes: é um assunto ainda a esclarecer) aos princípios do II.º milénio a.C., ou seja, de um Neolítico médio a um Bronze antigo. Aparentemente, os monumentos começaram por se implantar nas chãs altas, de forma isolada, ou, quando muito, agrupados em núcleos de dois (Furnas). Na passagem do IV.º para o III.º milénio a.C., se não antes, encontramos também já mamoadas abaixo da curva de nível dos 700 m., num caso agrupadas (Chã de Santinhos). Mas os núcleos do alto da «Serra», como Outeiro de Gregos, resultam de adições, ou daquilo que chamámos «processo de necropolização» (Jorge, 1986), efectuado ao longo de mais de 1.500 anos. Esse facto pressupõe estabilidade de tradições funerárias, e possivelmente mesmo de populações, que mantiveram viva na sua memória a carga sagrada de determinados locais formalmente afectos aos mortos e, como tal, fundamentais para a «organização simbólica» dos territórios dos vivos. Também nós pensamos que esses sítios não eram meros cemitérios, mas autênticos «santuários». A sua sacralidade não se constituiu apenas na fase das primeiras edificações, mas foi objecto de uma manutenção, que se traduziria em novos enterramentos, em rituais que aí se praticariam talvez periodicamente, e, sobretudo, em construções mais recentes às quais não deveria ser indiferente a presença dos monumentos anteriores. Pelo contrário: cada acrescentamento a essa «paisagem dos mortos» poderá significar, ou uma estabilidade de certas populações, que continuariam a sentir-se ligadas ao espaço ancestral dos seus antepassados, ou a vontade de novos grupos, ou fracções destes, legitimarem a sua posição (de liderança?) unindo-se na morte ao local sagrado em que toda a comunidade tradicionalmente se revia. Ao contrário de outras regiões europeias que observámos, e em que tal manutenção era assegurada pelo engrandecimento e complexificação dos mesmos túmulos (embora sem exclusão, muitas vezes, de novos monumentos «periféricos»), aqui foi-se acrescentando, em certas chãs

— significativamente as mais elevadas e dominantes da «Serra» — outras mamoas às já existentes, multiplicando num certo espaço os sinais que acentuavam a sua sacralidade. Esses «sinais» eram de início de modestas dimensões — como que a insinuar uma certa igualdade dos grupos a eles ligados. Mas quando se edificam monumentos do porte de um Outeiro de Ante 1 ou de uma Chã de Parada 1, que são mamoas concebidas para se verem a considerável distância e destinadas a terem uma utilização mais ou menos dilatada no tempo — não há dúvida de que estamos perante comunidades com novas dimensões, capazes de investirem nestes «túmulos-templos» uma força de trabalho que exigia a concorrência de uma mão de obra muito maior do que anteriormente. Inspirando-nos num útil trabalho de colegas galegos (Bello Dieguez *et alii*, 1983), calculámos genericamente o volume e a energia aplicada na erecção de três túmulos, respectivamente Meninas do Crasto 2, Mina do Simão e Outeiro de Ante 1, tendo chegado a valores que, embora apenas grosseiramente aproximados, ilustram o que acabamos de afirmar:

Meninas 2 (c. de 3.300 a.C.):

vol.: c. 64,12 m³; mínimo de horas de trabalho para a edificação do *tumulus*: 213; dias de trabalho (de 8 horas): 26,6; n.º de homens necessários ao arrastamento de um dos esteios: sem a utilização de troncos como «rolos» — 20; com tal utilização — 7 a 8. População global do grupo envolvido: 90 pessoas (no primeiro caso) ou 36 pessoas (no segundo).

Mina do Simão (c. de 3.200-3.100 a.C.):

vol.: c. 270, 42 m³; mínimo de horas de trabalho para a edificação do *tumulus*: 901,4; dias de trabalho: 112,6; n.º de homens necessário ao arrastamento de um dos esteios: sem a utilização de troncos — 16,64; com tal utilização — 6,24. População global do grupo envolvido: 74-75 pessoas (no primeiro caso) ou 28 pessoas (no segundo).

Outeiro de Ante 1 (inícios do III.º milénio a.C.):

vol.: c. 444,9 m³; mínimo de horas de trabalho para a edificação do *tumulus*: 1.483; dias de trabalho: 185,3; n.º de homens necessário ao arrastamento de um dos esteios: sem a utilização de troncos — c. 100; com tal utilização — 36. População global do grupo envolvido: 450 pessoas (no primeiro caso) ou 162 pessoas (no segundo).

Assim, pois, entre o primeiro e o terceiro monumentos o número de horas de trabalho necessário à edificação do *tumulus* septuplicou, e a população envolvida na construção da câmara terá quintuplicado; isto, repita-se, em cálculo apenas aproximado.

Entretanto, quando chegamos à primeira metade do II.º milénio a.C., e descontando o caso de Chã do Carvalhal, cujo *tumulus*, embora de época campaniforme tardia, vem na tradição das grandes mamoas em

terra, encontramos *cairns* muito mais baixos e «disfarçados» na paisagem, como Meninas do Crasto 4 ou Outeiro de Gregos 1; este último, integrado num núcleo tradicional, encontra-se numa posição periférica em relação ao mesmo, como que a demarcar-se das grandes referências comunitárias que jaziam perto, no centro da chã.

Fazendo os mesmos cálculos muito aproximados (até porque aqui o processo de construção é diferente), para *Meninas do Crasto 4* (c. 1.850 a.C.), temos:

vol.: c. 49,5 m³; mínimo de horas de trabalho para a edificação do *tumulus*: 162; dias de trabalho: 20, 2; n.º de homens necessário ao arrastamento de uma das lajes do anel megalítico periférico: sem a utilização de troncos — 17,4; com tal utilização — 6,5. População global do grupo envolvido: c. 78 pessoas (no primeiro caso) ou c. 29 pessoas (no segundo). Estamos pois perante valores inferiores (ou, quando muito, da mesma ordem) aos achados para a pequena anta de Meninas 2, cerca de um milénio e meio anterior a este *cairn*. Tudo parece apontar, pois, no caso da construção mais tardia, para um pequeno grupo de pessoas envolvido na mesma, proporcional ao diminuto número de inumados na cista ou cistas que o *cairn* conteria, em relação com um ritual funerário mais individualizado. Tudo isto nos faz pensar que a grande época da prática da inumação colectiva terá *grosso modo* correspondido, na Aboboreira, à primeira metade do III.º milénio a.C., altura em que provavelmente se edificam e utilizam os sepulcros de câmara espaçosa, como Outeiro de Ante 1 ou Chã de Parada 1.

Perante a nossa ignorância sobre os povoados dos construtores de mamoa, perguntamo-nos agora: onde estariam, em cada momento, tais habitats, e qual a relação que entreteceriam com os núcleos sepulcrais? Parece-nos que a situação poderá ter evoluído ao longo do tempo. As sugestões que se seguem são meras conjecturas, minimamente apoiadas em certos indícios, mas que poderão ser úteis para a orientação das pesquisas.

A nossa base de trabalho cartográfica é um «Esboço da Carta geral de Ordenamento Agrário» feito pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, na escala de 1:25.000, folhas 113 e 125. Tal esboço foi elaborado com base na capacidade de uso do solo apreciada essencialmente por foto-interpretação e visando posterior redução à escala de 1:250.000. Nessa carta prevêem-se áreas para: I — utilização agrícola (classe de capacidade de uso A e/ou B e/ou C); II — classe de capacidade de uso indeterminada — socalcos implantados em declives naturais superiores a 8-10%); III — I+II; IV — utilização não agrícola (classe de capacidade de uso D e/ou E). Verificamos que na Aboboreira todas as mamoas, sem excepção, estão implantadas em solos considerados,

hoje, como de utilização não agrícola, situação que pode ter sido muito diferente no passado (v. discussão do assunto em Jorge, coord. de, 1988, vol. I). Delimitando a Serra da Aboboreira pela curva de nível dos 400 m., e traçando *polígonos de Thiessen* (v. Renfrew, 1973: 539-558) (quando se trata de núcleos, tomámos como ponto de referência ou a mamoa mais antiga deste, ou um ponto central do mesmo), obtivemos 18 territórios diferentes, de dimensões variadas, dos quais apenas três (n.ºs 3 — Meninas do Crasto, 7 — Mina do Simão, e 10 — Abogalheira) correspondem em exclusivo a terrenos actualmente classificados como de utilização não agrícola. Trata-se, porém, de uma conclusão que não só é genérica, como, mais uma vez, não pode ser tomada à letra para o Neolítico; os terrenos em causa possuem água abundante e zonas de «lameiro» que não só teriam permitido a agricultura, como evidentemente seriam propícios à pastorícia, como ainda hoje acontece. É de notar, também, que estes «territórios» só teriam sentido se todos os monumentos em que se baseia o seu traçado fossem contemporâneos, se não na sua construção, pelo menos na sua utilização; ora sabemos que as coisas não se passaram desse modo: por ex., o território n.º 16, Cruz de Ferro, poderia não ter sido considerado. Mesmo assim, é de admitir a hipótese de que a construção de certos *tumuli* por vezes «evitasse» as proximidades de monumentos anteriores que, embora já fora de uso como sepulcros, poderiam conservar o seu sentido como «santuários», locais de culto, desde que, por ex., eles fossem identificados com grupos alheios. Com todas as limitações que tem esta experiência, ela indica-nos talvez uma linha de pesquisa: muitas das mamoas, pelo menos das que datam do IV.º, ou da viragem para o III.º milénio a.C., poderão estar relacionadas com territórios de forma alongada, contendo terrenos agricultáveis e úteis à pastorícia, zonas planas e áreas de declive, encontrando-se os monumentos em posição de destaque nessa paisagem. Esse destaque é dado pela sua implantação topográfica, e não pela sua posição central, uma vez que segundo este modelo é manifesto o carácter periférico das mamoas em relação aos seus territórios. Em termos de qualidade aparente de solos agrícolas, os «territórios» melhores seriam os n.ºs 1 (Perredendo), 2 (Furnas), 5 (Touta), 13 (Chã de Santinhos), 14 (Outeiro da Coroa) e 18 (Chã do Loureiro).

Partindo do princípio de que a visibilidade poderia ser um factor importante na colocação das mamoas no interior do território explorado por cada grupo, fizemos a experiência de cartografar alguns desses «territórios de visibilidade» (espaços situados nas imediações dos túmulos, visíveis a um observador postado nestes, e por sua vez correspondendo, pelo menos em princípio, às áreas das quais o monumento é observável; se os sepulcros eram marcas simbólicas de um território,

poderia *a priori* ser importante que eles fossem visíveis de qualquer ponto desses territórios). A aplicação deste método a terrenos muito acidentados é morosa e difícil; a sua comprovação nos locais pode ser prejudicada pela vegetação actual, etc., pelo que aquilo que realizámos se deve ver simplesmente como um primeiro ensaio. Os espaços assim delimitados são muito pequenos quando comparados com os definidos pelos polígonos de Thiessen; no entanto, tanto em Furnas como em Chã de Santinhos as áreas de visibilidade estão integralmente incluídas nos territórios anteriormente considerados, e em Cabritos e Mina do Simão apenas ultrapassam um pouco os seus limites, para um dos lados. O maior desfasamento entre um e outro critério, no que a este aspecto da «inclusão» diz respeito, refere-se a Chã de Parada, cujo território de visibilidade «invade», por assim dizer, o espaço atribuído a Meninas do Crasto pelo método dos polígonos. Em conclusão, a colocação dos monumentos em áreas de boa visibilidade seria importante provavelmente apenas ao nível local, do território imediatamente adjacente ao monumento, e de maneira alguma condicionadora da delimitação do espaço explorado por uma comunidade.

Em vários trabalhos temos defendido a hipótese de os construtores da maior parte das mamoa da Aboboreira habitarem nas suas proximidades. Um alto teor em fosfatos de alguns «solos antigos» subjacentes aos túmulos; a presença de artefactos e, às vezes, alguns buracos de poste encontrados nesses solos; a abundância de moinhos manuais aparentemente reaproveitados como material de construção, parecem indicar que os frágeis habitats, feitos em materiais perecíveis, se deveriam encontrar nas imediações dos sepulcros, adentro de um padrão de povoamento provavelmente disperso. Nem por isso temos que imaginar os territórios dos construtores de megálitos confinados às chãs da «Serra»; um bom conhecedor do terreno sabe com que facilidade, ainda hoje, pessoas e gado se deslocam dos vales ao «monte», e vice-versa; os *plateaux* são aliás, desde tempos imemoriais, os mais fáceis e óbvios lugares de passagem, de trânsito de uma área para outra. É até possível que os territórios de exploração — como nos sugeri a aplicação dos polígonos de Thiessen — se organizassem, já então, no sentido «vertical», incluindo diferentes tipos de recursos e de «nichos» ecológicos, desde os vales às terras altas; mas seria nas áreas de solos poucos fundos que, provavelmente, cada comunidade faria a sua agricultura e apascentaria o seu gado.

Se assumíssemos que túmulos e povoados conviviam dentro de um espaço próximo, e até que certos locais habitados teriam, volvido um intervalo de tempo mais ou menos breve, sido ocupados por uma mamoa, então talvez pudéssemos utilizar a localização destas últimas para definir *territórios de exploração preferencial*, seg. o método

exposto por Davidson e Bailey (1984: 31). Essa legitimidade é reforçada por Renfrew (1979: 222) ao escrever: «Não há qualquer razão pela qual as técnicas da análise do território de exploração preferencial [*site catchement analysis*] não sejam aplicadas com tanto sucesso a este material [mamoas] como aos próprios vestígios de povoados ou a paróquias medievais». Assim, aplicámos o método às mamoas de Chã de Parada 4, Monte da Olheira, Furnas 2, Meninas do Crasto 2, Outeiro de Gregos 3, Mina do Simão, Cabritos 1, Igrejinhas, Meninas do Crasto 3, Chã de Santinhos 2, e Chã do Carvalhal (ou Cruz de Ferro) 1. Definimos os territórios teóricos de 30 minutos, 1 hora e 2 horas, tanto sobre a carta topográfica com curvas de nível equidistantes de 50 m., como sobre o esboço de carta de Ordenamento Agrário atrás referido, sempre na escala de 1.50.000. Resumamos esquematicamente algumas das conclusões obtidas, monumento a monumento:

Chã de Parada 4

O seu território de 30 min. atinge, na periferia, a mamoa do Monte da Olheira, igualmente antiga. O de 1 h. permite chegar ao Ovil, afluente do Douro. Dentro do território de 1 h. encontram-se terrenos do grupo I, atrás definido.

Monte da Olheira

O território de 30 min., de configuração ovóide, mais alongada do que o anterior, abrange todos os núcleos de mamoas que se encontram em torno de Outeiro de Ante (a maior concentração da «Serra»). O território de 1 h. não atinge o Ovil, mas chega-lhe perto. Adentro deste último espaço, existe uma mancha de solo de tipo I, a mesma, aliás, que a da mamoa anterior.

Furnas 2

Território muito mais «orientado» para a parte setentrional da Serra do que nos casos anteriores. Só com c. de hora e meio de caminho se atinge o Ovil, o mesmo acontecendo com o rio Fornelo. No território de 30 min. inclui-se o mesmo troço de terreno de tipo I já referido para as outras mamoas.

Meninas do Crasto 2

O território de 30 min. tem uma configuração alongada, aproximando-se do de Monte da Olheira, o que é natural, dada a vizinhança dos dois monumentos. Só em 1 h. se atinge o Ovil. No território de 1 h. continua a aparecer o mesmo troço de solo de tipo I.

Outeiro de Gregos 3

Só em c. de 1 hora e meia se atinge o Ovil, a partir desta mamoa. Nas suas proximidades fica a maior concentração de monumentos da «Serra». O território de 1 h. abarca uma nova mancha de solo da categoria I, que se situa para SW do monumento.

Mina do Simão

Também só o território de 2 h. abarca o Ovil, bem como o Fornelo. O de 1 h. volta a incluir a mesma mancha de terrenos de tipo I, referida para as primeiras mamoas.

Cabritos 1

Só o território de 2 h. atinge o Ovil e, a NW, o rio Ovelha. O território de 1 h. intersecciona três manchas de terrenos do grupo I; segundo este critério, seria uma das mamoas mais bem posicionadas agricolamente de entre as observadas até agora. O monumento está nitidamente «orientado» para o sector NW da «Serra».

Igrejinhas

Também só o território de 2 h. abarca o rio Ovil. No de 1 h. situa-se maioritariamente o troço de solos de tipo I mencionado para Out.º de Gregos 3. Os territórios destas duas mamoas são bastante semelhantes.

Meninas do Crasto 3

Só o território de 2 h. abarca os rios Ovil e Fornelo. O de 1 h. volta a incluir a mancha de solos de categoria I referida para as primeiras mamoas.

Chã de Santinhos 2

Apenas o território de 2 h. inclui o rio Ovil. O de 30 min. abarca grande parte de uma mancha de solos de tipo I já referida para Out.º de Gregos 3. Juntamente com Furnas 2, é o único monumento até agora observado que tem na sua proximidade imediata terras daquele tipo.

Chã de Carvalhal 1

De novo só o território de 2 h. atinge o rio Ovil. O seu território de 1 h. abarca, a NE, a estação do Tapado da Caldeira, onde ocorreram também cerâmicas campaniformes. A mamoa fica próxima de uma mancha de solos de tipo III e o território de 2 h. intersecta duas manchas de tipo I. Na altura em que este monumento foi construído porém, é

possível que a dissociação espacial habitats-sepulcros se tivesse acentuado em relação a fases anteriores.

Que concluir da análise feita segundo este critério, para a amostragem escolhida? Que os territórios de exploração preferencial teóricos obtidos são em regra sub-circulares ou alongados, sub-elípticos ou ovóides, tendendo (mesmo os de 30 min.) a interseccionar-se mutuamente. Se cada monumento ou grupo de monumentos (núcleo) estivesse relacionado com um pequeno grupo social (reclamando-se eventualmente todos da mesma filiação «tribal»), como parece decorrer da análise da energia humana necessária à construção dos mesmos monumentos (a qual apenas para os maiores poderia fazer apelos a uma mais ampla conjugação de esforços, num momento avançado da «vida» da necrópole, onde os líderes já teriam a capacidade de congregar um grande número de braços para o trabalho), então parece-nos mais verosímil o modelo aproximado obtido através dos polígonos de Thiessen. Por outras palavras, e relativamente aos túmulos do IV.º milénio, voltamos a insistir na ideia de «territórios» não circulares, centrados nas chãs, mas mais provavelmente poligonais, dispostos de forma a interseccionar as curvas de nível e a permitirem o acesso a terrenos de planalto (onde os monumentos «presidiriam» ao espaço colectivo), de encosta e eventualmente de vale.

As análises antracológicas indicam-nos que a Serra da Aboboreira deveria estar coberta, durante o IV.º e o III.º milénios, por uma vegetação esparsa de carvalhos, acompanhados de gramíneas, onde queimadas controladas poderiam abrir clareiras necessárias à agricultura. E esta, que muito possivelmente não utilizaria ainda o arado, teria mais facilidade em se exercer nos solos magros das chãs, do que nas terras pesadas dos vales, quiçá ocupadas, então, por vegetação mais densa e, até certo ponto, não muito acessível à penetração, pelo menos da actividade agrícola. As terras baixas seriam então utilizadas para a caça, a recollecção, a pesca. Os túmulos, em sítios proeminentes, como dissemos, parecem por vezes estar em relação com linhas de água (o caso da Mina do Simão é paradigmático), ou com nascentes (a mamoa do Monte da Olheira ou o núcleo de Outeiro de Ante são bons exemplos), não sendo impossível que eles simbolizassem, entre outras coisas, o acesso de uma comunidade a esses recursos. À medida, porém, que os territórios disponíveis se foram tornando escassos, ou esgotados pelas repetidas queimadas (v. Criado *et alii* 1986: 172), e que a tecnologia disponível permitiu uma intensificação da produtividade agro-pastoril, é bem provável que as populações tenham estendido cada vez mais a sua actividade aos vales mais férteis. Cerâmicas companiformes apareceram, como dissemos, na estação do Tapado da Caldeira, próximo de áreas ainda hoje intensamente agricultadas; e a mamoa de Chã do Carvalhal 1, da mesma época

genérica, não está longe de terrenos actualmente aproveitados com o mesmo fim (área da aldeia de Lavra). São zonas mais baixas da «Serra», longe das grandes aglomerações de mamoas dos altos. Que estas continuavam, porém, a manter uma tradição funerária, provam-nos as cerâmicas campaniformes encontradas em Chã de Parada 1 ou Outeiro de Ante 2, bem como os *cairns* da Idade do Bronze antigo. É provável que por essas épocas — fins do III.º, inícios do II.º milénios a.C. — já se tivesse acentuado a dissociação espacial habitats — sepulcros. Tal dissociação só se romperia na segunda metade do II.º milénio a.C., quando nos aparecem pela primeira vez nesta região sepulturas sem *tumulus*, no Tapado da Caldeira, provavelmente relacionadas com a fase inicial de ocupação do grande povoado contíguo da Bouça do Frade (S. O. Jorge, 1988).

2. PERSPECTIVAS DE SÍNTESE

2.1 *Questões prévias*

«(...) very few sites have been well excavated».

(Kinnes, 1981: 83)

Um dos primeiros aspectos que surpreende o observador do megalitismo europeu é o relativamente pequeno número de escavações sistemáticas, sobretudo não centradas em monumentos mas em necrópoles inteiras e na sua relação com o espaço, que até hoje foram feitas neste tipo de estações. Os trabalhos de qualidade realizados e publicados são ínfimos em comparação com as dezenas de milhar de túmulos existentes na Europa ocidental, com a importância das informações que nos podem dar sobre a vida e a mentalidade dos homens do Neolítico, e com a ameaça constante que pesa sobre este património mundial único. Em muitas, para não dizer na maior parte, das regiões da Europa, a hipótese de uma «Arqueologia espacial» dos sepulcros megalíticos ter-se-á já perdido irremediavelmente, dada a sistemática destruição de que foram alvo para facilitarem os trabalhos de uma agricultura industrializada, cujos efeitos estão igualmente a chegar ao Noroeste peninsular. Um outro aspecto que também surpreende é o relativamente pequeno número de datações radiocarbónicas de que se dispõe, quando este método de datação absoluta existe há 40 anos, e tem vindo a ser constantemente aperfeiçoado. Se é certo que se não pode escavar para recolher carvões,

como antes se escavava para recolher materiais, não é menos certo que uma cronologia do megalitismo europeu tem de assentar no maior número de datas seguras disponíveis, e que mesmo os níveis considerados bem datados devem se possível ser testados por datações de controlo em diferentes laboratórios. É nomeadamente inconcebível que se pretenda datar um monumento — tantas vezes complexo, até multiperiodal, e sujeito a utilização mais ou menos prolongada — com uma só análise de C14, mesmo relativa a um contexto selado. Finalmente, parece à partida difícil de compreender que existam, na Europa ocidental, tão poucos especialistas do megalitismo, ou seja, pré-historiadores que efectivamente façam deste assunto o tema básico da sua investigação. Normalmente a escavação deste tipo de estações tem apenas um carácter episódio na vida dos investigadores do Neolítico, cujo grande objectivo é mais tarde ou mais cedo o estudo de um povoado.

Tudo isto não nos surpreenderá tanto se pensarmos que o «paradigma estratigráfico» imperou até há relativamente pouco tempo na Arqueologia europeia: o fundamental era estabelecer o quadro crono-estratigráfico das várias regiões, arrumar a sua pré-história em estádios (na vertical) ou fácies (na horizontal) normalmente caracterizados com base em estilos cerâmicos. Não se contesta a importância nem mesmo a prioridade de tais esquemas: um esquema é sempre a primeira plataforma de abordagem de um tema, embora esteja destinado a ser superado mal a nossa compreensão progrida. Ora os monumentos megalíticos, sobretudo se a escavação se concentra nas câmaras e corredores, raramente fornecem estratigrafias; e podemos mesmo dizer que é pouco frequente revelarem depósitos verdadeiramente selados, que fazem a atracção de outros tipos de sepulturas menos denotáveis na paisagem. Alvo de reutilizações e de violações ao longo do tempo, estes sepulcros também raramente revelam espólios ricos, que ainda constituem a motivação principal de muitos arqueólogos (embora não o declarem explicitamente). Em contrapartida, a sua escavação põe problemas técnicos consideráveis, exigindo com frequência o recurso a maquinaria pesada e a estruturas de contenção para poder realizar-se com segurança e não pôr em causa a estabilidade dos monumentos. Finda a escavação propriamente dita, levantam-se problemas de conservação e restauro que só nos últimos anos vêm a ser encarados em toda a sua problemática interdisciplinar, que transcende o arqueólogo isolado. A acrescentar a tudo isto, há que referir que por detrás do relativo desinteresse pelos sepulcros megalíticos está também um preconceito ideológico, que resulta da projecção no passado de um aspecto da nossa mentalidade actual. Estudar túmulos é estudar mortos, realidade afastada da vida de todos os dias, mundo marginal em relação aos mecanismos do funcionamento básico das comunidades, nos seus aspectos económicos

e sociais, das grandes linhas da sua estruturação e da sua evolução no tempo. Ora essa perspectiva distorcida e redutora está em vias de ser superada, reconhecendo-se em todos os quadrantes das ciências humanas que o momento da morte e o tratamento que uma sociedade dá aos seus defuntos (nesse momento e ao longo do tempo) é dos elementos mais vitais, se não o mais vital, para o entendimento de toda a estrutura social no seu conjunto, desde as relações de poder às formas de mentalidade, desde o funcionamento da economia à estruturação simbólica do espaço, real e imaginário. E se isto é verdadeiro nas nossas sociedades contemporâneas «desenvolvidas», ainda mais o é nas ditas «primitivas» (actuais ou passadas), em que as instâncias sociais ainda não se desagregaram de uma espécie de sincretismo originário, em que o social, o económico, o religioso, o político, o artístico, etc., não vivem como realidades separadas e apartáveis pela análise (como «sub-sistemas»), mas como um todo, cujo entendimento coloca desafios especiais à investigação. Um sepulcro megalítico é uma obra de arquitectura, de «design», tanto como monumento em si, como enquanto volume inscrito numa paisagem, que assim transforma. Nesse sentido, pela própria localização topográfica escolhida, pela força de trabalho mensurável nele contida, pela concentração num edifício de todo um conjunto de recursos técnicos e de conhecimentos empíricos, ele fossilizou, por assim dizer, um determinado estádio da apropriação do meio e da organização das forças produtivas. É um receptáculo de um certo saber, que ao mesmo tempo manifesta e esconde: manifesta, porque se exprime grandiosamente aos olhos da comunidade; mas esconde, porque cria um interior e um exterior, as bases de uma sabedoria, que desde sempre se expressa como fonte de poder na medida em que instaura uma dicotomia entre os que sabem e os que não sabem. É uma obra de arte e de ciência empírica, onde por vezes (como manifestamente em Newgrange —v. Ray, 1989) estiveram envolvidos conhecimentos astronómicos. É um túmulo, mas é também um «santuário», um sítio onde se realizaram cultos, e em muitos casos também actividades «profanas» a eles associadas: consumos de alimentos, trocas de produtos, realizações de alianças, intercâmbio de informações, afirmação de líderes. Em suma, é um edifício que uma vez construído passou a ser um pólo da actividade humana num território. Para além de tudo o mais, um sepulcro megalítico, ao implantar-se num sítio com todo o seu volume, selou frequentemente vestígios de actividades anteriores no local (habitats, marcas de arado, sepulturas anteriores, enfim, todo um troço de paisagem «humanizada» que de outro modo se teria perdido), ou conservou solos subjacentes que fixaram de forma única uma determinada fase da evolução do meio. E, *last but not least*, é um tipo de estação arqueológica que, mau grado a sua imensa variabilidade, acusa certas constantes que

permitem comparações transculturais à escala europeia. Para o estudioso do Neolítico, é, como temos visto, uma informação de primeira importância, a mais abundante e a mais acessível nos espaços que nos rodeiam.

2.2 Ponto de vista diacrónico: o desenvolvimento de uma arquitectura

Torna-se hoje evidente que a arquitectura megalítica é, em alguns pontos da Europa atlântica, muito precoce. No Ocidente da França, ela data dos inícios do IV.º milénio a.C.; e não surpreenderá se datas C14 semelhantes vierem um dia a ser obtidas para pequenos dólmenes do Sul de Portugal. No Centro-Oeste francês (Bougon) está perfeitamente estabelecido que os túmulos mais antigos correspondem a câmaras circulares com corredor, envoltas em *cairns* circulares também. Na Bretanha alguns dos monumentos com datas mais antigas, como Barnenez, são compósitos, mas é cada vez mais admissível que eles resultem de adições de protótipos simples, onde as câmaras circulares são também as primeiras a aparecer.

Por outro lado, esta arquitectura não nos parece resultar em parte alguma, e ao contrário do que pensam, por ex., certos colegas franceses, de uma «evolução explosiva», mas antes de um remoto e complexo jogo de factores que apenas agora começamos a descortinar; como também só nos últimos anos se vem compreendendo a antiguidade da neolitização do mundo atlântico, onde se entremeiam diferentes «correntes» culturais. Não podemos, para entender essa neolitização, apartá-la arbitrariamente do modo de vida mesolítico que, como está amplamente provado em Portugal, na Bretanha ou na Dinamarca, sobreviveu até muito tarde, lado a lado com formas de subsistência agro-pastoris. Assim, o «quadro» cultural em que o megalitismo ocorre na fachada atlântica tem de entrar em linha de conta com diversos «protagonistas». Por um lado, densas populações «mesolíticas» há muito aqui instaladas, sabendo tirar partido de um amplo espectro de recursos marinhos e terrestres (do qual não está ausente, mesmo, a pesca de espécies de alto mar), e por vezes praticando formas de ritual funerário padronizadas que podem prenunciar os futuros enterramentos sob *tumuli*. Por outro, «influências» mais ou menos esbatidas da corrente neolitizadora da Europa média, como o atestam cerâmicas derivadas da tradição da *Bandkeramik* encontradas na Normandia (e na Bretanha?), e nas próprias ilhas anglo-normandas (Les Fouillages, Guernsey — Kinnes, 1982; 1983). Finalmente, no Neolítico antigo do Centro-Oeste estão presentes cerâmicas impressas articuláveis com o mundo mediterrânico em pontos tão setentrionais como Brétignolles-

-sur-Mer (Vendeia) e Bellefonds (Vienne) (Scarre, s/d. : 226-228). Não é de estranhar, assim, que as mutações económico-sociais que vão promover o megalitismo ocorram tão precocemente em áreas onde todos esses vectores confluíram.

Por outro lado, entroncam nesta primeira arquitectura de prestígio, nitidamente, duas concepções monumentais à partida diferentes: a do *tumulus* alongado, provido ou não de câmaras sepulcrais em pedra, e a do *tumulus* circular, também nas duas modalidades de megalítico ou não. O primeiro é caracteristicamente norte-europeu, ocorrendo desde a Polónia (Kujava) até aos países nórdicos, Ilhas Britânicas e Centro-Oeste francês. O segundo, sobretudo quando contém um dólmen simples ou de corredor, é uma forma muito espalhada, desde a Península Ibérica, onde ocorre quase em exclusivo, até ao Norte de Europa. Numerosos têm sido os autores a quererem ver nas casas alongadas dos contextos *Bandkeramik* a origem do *tumulus* alongado. Por outro lado, são também já antigas as sugestões de que os túmulos neolíticos europeus seriam a transcrição, para a arquitectura funerária de pedra, ou de madeira e terra, das cabanas dos seus autores, ou de um modelo ancestral de casa em que aqueles pretendiam assim continuar a fazer «viver» os seus defuntos. Quem foi mais longe nesta linha foi I. Hodder que, num dos seus polémicos artigos (Hodder, 1984: 51-68), identifica oito pontos de semelhança entre as casas compridas centro-europeias do Neolítico antigo e os *tumuli* alongados acima referidos, considerando que os túmulos representam uma transformação simbólica das casas, e tirando daí ilações sociais de grande (embora evidentemente discutível) alcance.

Presentemente é óbvio, como dissemos de início, que a emergência dos túmulos monumentais na Europa ocidental, e em particular dos sepulcros megalíticos, é um fenómeno extremamente diversificado nas formas tipológicas que assume, nos rituais a que está ligado, nas «culturas» e modos de vida económica em que se integra, na sua própria cronologia. Vimos como esta é remota na fachada atlântica francesa e certamente ibérica. Muito mais recente será nas Ilhas Britânicas, ou nos países nórdicos. Por ex., na Dinamarca os primeiros *tumuli* alongados sem câmara são dos inícios do III.º milénio, ocorrendo os dólmenes simples a partir de cerca de 2.800 a.C e os de corredor cerca de 2.600 a.C. (Nielsen, 1984 : 376-387). Na Grã-Bretanha os *tumuli* não megalíticos são datáveis da segunda metade do IV.º e do III.º milénios a.C., e os sepulcros megalíticos dos finais do IV.º e de todo o III.º milénios a.C. (Masters, 1981 : 161-176). Como vimos, tanto nas Órcades como na região de Cotswold-Severn os túmulos em causa são basicamente um fenómeno do III.º milénio, o mesmo acontecendo, genericamente, na Irlanda.

Em vários trabalhos temos insistido em que o desenvolvimento da arquitectura megalítica europeia, mau grado o seu carácter polifacetado, se deu no sentido do simples para o complexo, acentuando porém que isso «(...) não implica que tal evolução seja unilinear e que não tenham coexistido, em vários momentos, arquitecturas «simples» e «monumentais», (Jorge, 1986: 235). Atendendo apenas à forma das câmaras poderíamos dizer, seguindo sugestões de Fleming (1972; 1973) e de Kinnes (1975), que aquele desenvolvimento se processou de uma forma modular, a partir do protótipo mais simples possível, o da câmara com aspecto de «caixa», visível nos primeiros exemplares escoceses do grupo do Clyde (Henshall, 1974: 137-164; Scott, 1969: 175-222) ou nos «portal dolmens» do País de Gales (Lynch, 1976: 65 e seg.). Por junção linear de «módulos» ter-se-ia assim chegado às câmaras segmentadas do mencionado grupo do Clyde, às câmaras tripartidas e «em estábulo» que encontramos nas Órcades, e aos «*court cairns*» da Irlanda. Por articulação aglomerada de módulos, chegar-se-ia aos túmulos com transepto do grupo de Cotswold-Severn ou da foz do Loire, aos «*court cairns*» também providos de transepto, ou mesmo aos túmulos «cruciformes» do vale do Boyne. Finalmente, por agrupamento disperso dos mesmos módulos, atingir-se-ia, por ex., os *cairns* com câmaras laterais de Cotswold-Severn. Trata-se de uma sugestão interessante, na medida em que permite encarar as diversas variantes de sepulcros como outras tantas resoluções de um problema de *design*, como uma espécie de «linguagem» em que, a partir dos mesmos temas-base, cada comunidade local exprimiu as suas opções próprias. Veja-se a extrema variedade que existe na Bretanha, por exemplo, no que toca aos dólmenes de corredor: câmaras múltiplas, câmaras em transepto, câmaras compartimentadas... Toda essa necessidade de dividir o espaço sepulcral pode reflectir o comportamento de sociedades segmentárias, desejando manter na morte uma divisão dos seus «segmentos»; pode também, como sugere Kinnes (1981: 85), reflectir uma maior complexidade social, e o desejo de reservar certas áreas específicas para grupos divididos pela idade ou pelo sexo. Seja como for, ela não deixa de espelhar uma grande criatividade e imaginação no encontrar de soluções arquitectónicas à partida condicionadas pelo simples uso da pedra em bruto ou sumariamente afeiçoada, sem o recurso a instrumentos metálicos.

Qualquer que tenha sido o seu momento de «arranque», e a sua «história» específica em cada região, a arquitectura megalítica tendeu, em muitos sítios, para o monumental ou, pelo menos, para a criação de uma paisagem fortemente marcada pela presença dos *tumuli*. Estes, que em certos casos eram inicialmente circulares, tornaram-se alongados, de forma trapezoidal ou rectangular, forma essa que, para um mesmo

consumo de energia e de matéria-prima, permite dar muito maior impressão de relevo à construção. Fosse por «influência» dos monumentos alongados sem câmara ou não, resultasse esse facto de sucessivas campanhas de obras ou de um projecto inicialmente previsto, o que é certo é que os grandes monumentos se constituíram em autênticos «cenários» de rituais, dispondo por vezes de átrios, de fachadas monumentais, de dispositivos em «andares» escalonados, e, mesmo, de círculos basais de pedras ricamente ornamentadas, como acontece no vale do Boyne. Em todos os momentos, aliás, a função simbólica e cerimonial destas construções terá preponderado sobre a puramente funerária, pois que o número de defuntos encontrados em muitos monumentos das fases iniciais assim o indica; mas esta dicotomia entre aquelas duas «funções» é apenas nossa, e deve ter sido alheia à mentalidade do homem neolítico. Aliás, sabemos que em muitos casos um monumento foi finalmente «selado», e o seu acesso bloqueado. Mas isso não significa, de modo algum, que tenha perdido a sua importância como local de culto, antes pelo contrário: fechado, inacessível, o seu «segredo» mantido intacto tinha muito maiores potencialidades de «jogo ideológico», nomeadamente por parte de quem era, ou se investia como, depositário desse saber para sempre guardado. Por outro lado, e em relação com o que acaba de se dizer, é de acentuar mais uma vez a longevidade de certas necrópoles, onde foram construídos monumentos ao longo de séculos ou de mais de um milénio, para já não falar das reutilizações de que os mais antigos foram alvo. Essa longevidade só se explica pela manutenção de uma sacralidade atribuída a certos locais. As transformações de que um sítio sepulcral pode ter sido alvo estão, por ex., bem expressas na estação suíça do Petit Chasseur, exemplarmente escavada por Boksberger e depois por Gallay (veja-se resumo em Gallay 1986).

Convém ainda lembrar um aspecto muitas vezes esquecido, e que é acentuado por Kinnes (1975:17). Sabemos que nos monumentos sem câmaras megalíticas a construção do *tumulus* se deu, comprovadamente em diversos casos, numa etapa muito posterior à dos primeiros enterramentos; quer dizer, a erecção de uma mamoa era apenas a etapa final de um prolongado ritual funerário focalizado num sítio. Um princípio semelhante pode ter ocorrido quando um grande *tumulus* alongado se vinha sobrepor a pequenas sepulturas anteriores, como aconteceu tipicamente com os *cairns* circulares de Mid Gleniron (Escócia), entre tantos outros. O aspecto monumental podia representar em muitos casos, como acentua aquele autor, apenas uma prática final numa série de acções separadas que faziam parte dos rituais que se estendiam ao longo do tempo, não representavam um momento específico, sequente à morte, mas se encastoavam no quotidiano destas populações. E já que falamos

de morte e de quotidiano, convém também lembrar (Kinnes, 1975) que a forma normal de enterramento, ao longo de todo o Neolítico, não seria a dolménica, mas a não monumental, como nos indicam sepulturas, encontradas acidentalmente, deste último carácter, e o relativamente pequeno número de inumados presente nas primeiras câmaras, onde se tem seriamente de questionar, pelo menos para muitas regiões, o propalado carácter de «monumentos de acesso generalizado». Claramente, em muitos casos não o foram: aí seria apenas colocada uma parcela dos defuntos, e não temos para isso de imaginar sociedades hierarquizadas. Basta pensar nas diferenças de poder existentes em tantas sociedades «segmentárias» entre homens mais velhos e mais novos, e entre homens e mulheres. O «igualitarismo» primitivo, se entendido num sentido total, resulta evidentemente de uma perspectiva ideológica, tendente a ver nas sociedades «simples» qualquer éden perdido ou qualquer realidade ideal que não é mais do que uma projecção fantasmática, no passado, de certos modelos de futuro.

Uma das linhas de força do desenvolvimento da arquitectura megalítica é a tendência tardia para o alongamento das câmaras em detrimento do corredor, seja por indiferenciação deste último, seja pelo seu atrofiamento. O fenómeno é bem conhecido, e leva, na Bretanha, dos monumentos em V às áleas cobertas e dos dólmens de corredor descentrado às sepulturas de entrada lateral. Está também representado nas «Hunebedden» holandesas, nas áleas cobertas da Bacia de Paris e da região nórdica, e, na Península, nos monumentos de câmara e corredor indiferenciado, de que também temos bons exemplos no Noroeste português (por ex., Eireira, Viana do Castelo). Trata-se, em geral, de um fenómeno tardio do III.º milénio a.C., em certos casos (Bretanha, Bacia de Paris), comprovadamente, da sua segunda metade. Nestas câmaras alargadas, sempre que os ossos se conservaram, verifica-se um muito maior número de inumados do que anteriormente, a maior parte das vezes correspondente a um longo período de utilização do sepulcro, mais raramente a uma inumação colectiva momentânea (por ex., hipogeu de Roaix, Vaucluse, Sul de França — cit. por Mohen, 1984: 1537). Um outro aspecto importante é o tratamento dado ao espaço interior, individualizado em zonas sepulcrais diversas, como se verifica, por exemplo, nas áleas cobertas da Bacia de Paris (Scarre, 1984).

Muitos destes monumentos do megalitismo final já não são tão grandiosos como os seus antecessores do IV.º ou dos inícios do III.º milénios. As áleas cobertas da Bacia de Paris são enterradas no sub-solo, as sepulturas escavadas na rocha evidentemente não têm qualquer destaque externo. Nos próprios monumentos que contêm um *tumulus* este ajusta-se por vezes ao estritamente indispensável para cobrir a

câmara alongada. Se fizéssemos uma *ratio* volume do *tumulus* / área sepulcral, a balança penderia agora nitidamente para o segundo aspecto, ao contrário do que em regra tinha acontecido antes. A função da monumentalidade transfere-se, em certos casos, para grandes recintos colectivos como os «*henges*» da Grã-Bretanha, que envolviam uma força de trabalho gigantesca (da ordem de 1 milhão de horas de trabalho, seg. Renfrew, 1981:76), muito superior à das maiores *mamoas* até então construídas. Aproximadamente por essa altura — finais do III.º, inícios do II.º milénios a.C. —, e à medida que o ritual de enterramento se torna individual, o prestígio da monumentalidade transfere-se cada vez mais para o luxo dos objectos de excepção. Mas não podemos generalizar totalmente esta linha de força, porque em «culturas» do Bronze antigo como as da Bretanha e do Wessex, o *tumulus*, embora ligado ao sepulcro de um indivíduo, continua a atestar uma antiga tradição. A monumentalização, sepulcral ou não, parece ser um fenómeno recorrente na história humana, ligado sobretudo a fases de mudança social e da afirmação de novos «equilíbrios», como está bem patente nas pirâmides egípcias ou centro-americanas.

2.3 *Ponto de vista espacial: túmulos e territórios*

Em todas as áreas europeias em que foi possível detectar povoados articuláveis com os túmulos megalíticos, verificou-se que uns mantêm com outros uma relação de proximidade, naturalmente maior ou menor conforme os casos. Está também aqui implicado, obviamente, o problema da posição dos sepulcros no conjunto do espaço mais genericamente humanizado. Para alguns autores, como Renfrew, sendo os monumentos marcas territoriais, ligadas a um certo *stress* relacionado com pressão populacional e direitos comunitários de posse sobre a terra, os monumentos tenderiam a situar-se no centro do território explorável por cada comunidade. Estudiosos como Chapman ou Fleming vão na mesma linha, quando acentuam a vizinhança dos sepulcros em relação a recursos críticos (caso do primeiro), ou quando dão ênfase à sua função como pontos nodais, simbólicos, de organização do espaço (caso do segundo). Trata-se portanto de variantes da mesma posição explicativa. Outros investigadores, baseados na posição proeminente de muitos túmulos e na sua localização em zonas por vezes menos propícias para a agricultura, pensam que eles se encontrariam sobretudo em áreas economicamente marginais ou de fronteira entre grupos, numa espécie de «*no man's land*». Os dois modelos implicam uma concepção da morte e dos mortos algo diferente, como é óbvio, o que não impede que num e noutro caso possamos

continuar a advogar uma certa indivisibilidade genérica dos espaços dos vivos e dos mortos, já invocada neste estudo (Cooney, 1983 : 189). Num trabalho recente (Hodder, 1989, inéd.: 8) escreve-se: «Também no Neolítico do Norte e Ocidente da Europa, nos fins do IV.º e no III.º milénios a.C, são construídos grandes monumentos no contexto de uma economia agrícola, mas aqui os monumentos não são casas lineares mas túmulos lineares. Nesta área, o povoamento neolítico é com frequência relativamente disperso e as casas são pequenas e frágeis. Não parecem ser focos de elaboração cultural. Antes, o cultural é construído em relação com a morte, tanto quanto em relação com o selvagem. (...) A morte é trazida para o túmulo, e em muitas áreas os túmulos são colocados do lado da realidade não domesticada, selvagem, nas margens das zonas habitadas». Assim, este autor alinha com a segunda posição acima apontada, conotando a morte nestas sociedades neolíticas com uma forma de domesticar a realidade selvagem, anti-cultural e anti-social (*Op. cit.* 9). Aliás, já em 1981 Kinnes (87) chamava a atenção para o facto de poderem ter existido, no Neolítico europeu, territórios sociais, religiosos e conceptuais não obrigatoriamente coincidentes com os espaços de efectivo domínio político-ecómico, como sugere o estudo de Bloch (1971) sobre os Merina de Madagáscar. Neste povo, os defuntos de um mesmo grupo, já reduzidos a esqueleto, vão reunir-se, através de um ritual de enterramento secundário, no túmulo existente no território ancestral dos seus antepassados situado bem longe da sua residência em vida. Esse ritual tende a acentuar até ao paroxismo a unidade eterna do grupo, negando simbolicamente a dispersão do mesmo na vida real. Trata-se, de facto, de uma «sociedade contra o indivíduo», no mesmo sentido em que Clastres falou de uma «sociedade contra o Estado»; ou seja, toda a ideologia e todo o ritual funerário tende a reforçar, à viva força, a noção da unidade e da perenidade comunitárias em detrimento das pessoas singulares. Esta circunstância de os rituais funerários negarem explicitamente a realidade de uma sociedade, em vez de a reflectirem passivamente, é um dos «cavalos de batalha» em que Hodder (1982) se estriba para atacar a Arqueologia «processual», como ele lhe chama, e as interpretações sobre as práticas funerárias que partem do histórico artigo de Binford em 1971 para, através de Saxe, Renfrew, Tainter, Shennan e Goldstein, chegarem às mais modernas propostas de Chapman e outros. No entanto, excessivo pessimismo neste campo pode levar à paralisação. Já sabemos que a posição de um indivíduo numa sociedade «segmentária» (para utilizarmos um «chavão» cómodo) é determinada pela sua situação na teia das relações de parentesco ou de grupos com afinidades entre si, e que a sua «deposição» após a morte é função dessas regras que estabelecem toda uma série de «transformações» da sua situação enquanto vivo. O que nos

importa é, com a ajuda da Etno-Arqueologia, determinar o quadro das situações possíveis no que toca à relação entre tipos de sociedades, formas de apropriação material do espaço, e modos de organização simbólica do mesmo (incluindo os espaços funerários). Evitaremos assim simplismos e pseudo-interpretações demasiado gerais, bem como anacronismos. E um dos anacronismos possíveis seria o de atribuir a sociedades neolíticas comportamentos sugeridos por situações baseadas na análise antropológica de comunidades actuais, que, por se encontrarem em momentos de mudança ou até de integração em sociedades mais complexas, podem não constituir exemplos «típicos» de sociedades passadas.

Num sentido que consideramos construtivo, Renfrew (1971:75) procurou enunciar todas as relações espaciais possíveis entre formas de povoamento e tipos de enterramento pré-históricos, em função da oposição aglomerado/disperso. Um cemitério, ou distribuição aglomerada de túmulos, pressupõe que estes se não encontrem separados entre si por mais de 100 metros (é aquilo a que temos chamado «núcleos» nos nossos trabalhos); um povoamento disperso implicará uma distância de mais de 1 km. entre unidades residenciais. Encontrou sete padrões possíveis, assim esquematizáveis:

- 1a. *Povoamento aglomerado (aldeia) / enterramento disperso.*
Ex.: Merina de Madagáscar.
- 1b. *Povoamento aglomerado / enterramento aglomerado (cemitério).*
Ex.: Los Millares (SE. espanhol).
- 1c. *Povoamento aglomerado / enterramento aglomerado (num só túmulo comunitário).*
Ex.: Túmulos de Mesara (Creta).
- 1d. *Povoamento aglomerado / enterramento aglomerado (intra-muros).*
Ex.: Nea Nicomedeia (Grécia); El Argar (SE. espanhol).
- 2.a *Povoamento disperso / enterramento disperso.*
Ex.: «Marae» (Tahiti). Possiv.e Serra da Aboboreira (1.^a fase — IV.º milénio a.C.; última fase — cairns do Bronze antigo?).
- 2b. *Povoamento disperso / enterramento aglomerado (cemitério).*

Ex.: Alguns *tumuli* da I. do Bronze e da I. do Ferro europeia. Necrópoles megalíticas como a de Carrowmore (Irlanda). Possiv.º Serra da Aboboreira (núcleos do III.º mil. a.C?).

2c. *Povoamento disperso / enterramento aglomerado (enterramento comunitário num grande túmulo).*

Ex.: «Ahus» (Ilha da Páscoa). Serra da Aboboreira (grandes dólmens, incluindo o de corredor, do III.º mil. a.C?).

Como se vê, tentámos integrar a realidade conhecida no nosso campo de estudo — a Serra da Aboboreira — no «quadro dos possíveis» de Renfrew. Deve no entanto sublinhar-se que o fazemos com todas as reservas. De facto, não encontramos naquela região, até à segunda metade do II.º milénio a.C. — altura em que surge o início do desenvolvimento do povoado da Bouça do Frade, que haveria de durar até cerca do século VIII.º a.C. (S. O. Jorge, 1988) — qualquer indício de povoamento concentrado de tipo aldeia. Não podemos continuar eternamente a atribuir tal facto à inexistência de prospecções adequadas. Tudo indica que as primeiras aldeias sedentárias ocorreram no Norte de Portugal a partir dos inícios do III.º milénio a.C. (S. O. Jorge, 1986), mas até agora não temos qualquer indício da sua presença na área da «Serra». Os vestígios mais próximos figuram em Pepim (Amarante), a cerca de 4 km. do limite norte (definido pela isométrica de 400 m.) da «Serra», e não temos indicações de que tenham qualquer relação com os túmulos desta. Assim, admitimos que os habitats — casais, ou lugarejos —, dos construtores de megálitos fossem de natureza dispersa. Isso não significa que os seus territórios de exploração económica e de organização simbólica (relação com os túmulos) tenham permanecido idênticos ao longo de cerca de 2.000 anos. Aventamos assim a seguinte hipótese de trabalho, sob a forma de um modelo diacrónico:

1.º — Pequenas comunidades dispersas no território, auto-suficientes, cada uma construindo o seu modesto túmulo megalítico, para enterramento de um relativamente restrito número de pessoas (chefes? homens mais velhos?). Não podemos mesmo descartar a hipótese de em alguns casos estarmos perante enterramentos individuais, funcionando o túmulo, após tal enterramento, como local de culto do antepassado do grupo. Proximidade entre locais habitados, áreas de utilização económica e túmulos. IV.º milénio, inícios do III.º milénio a.C. Neolítico médio-Neolítico final.

2.º — Ascensão de uma elite capaz de congregar os esforços de pequenas comunidades espalhadas na região para a construção de túmulos de relativamente grandes dimensões, com ou sem corredor, mas de

utilização mais dilatada no tempo (Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 1, Chã de Parada 3). Esses túmulos tornam-se mais «colectivos», no sentido de permitirem o enterramento de um maior número de indivíduos, reclamando-se da descendência de um antepassado comum, mas pertencendo em exclusivo à referida elite. Certos núcleos dolménicos transformam-se numa espécie de «lugares centrais» de culto. Possível existência de um sistema económico baseado na reciprocidade; a elite distinguindo-se apenas pelo domínio de um «saber» (arte de construir, imagética parietal), pela organização de contactos a distância com outras elites de nível semelhante, e pela capacidade «carismática» de congregar temporariamente seguidores para incrementar o sistema produtivo e para produzir grandes monumentos. Manutenção dos territórios tradicionais, mas possibilidade temporária de um deles funcionar como «lugar central» em relação aos demais, e, através desse sistema precário, articulação de toda a «Serra» e zonas envolventes numa estrutura produtiva frouxamente integrada. Enterramento das pessoas comuns em sepulturas simples, térreas, e possível reutilização ou construção de pequenos dólmenes para deposição de «chefes» ou homens mais velhos das comunidades dispersas tradicionais. III.º milénio a.C. — Neolítico final-Calcolítico.

3.º — Imposição mais duradoura de certas elites (herança do poder disputada entre algumas linhagens mais proeminentes?) através da utilização de objectos de prestígio, como o vaso campaniforme, ou artefactos metálicos (punhais ou pontas de cobre, espirais em prata). Continuação da utilização de túmulos colectivos construídos anteriormente, como Outeiro de Ante 2 ou Chã de Parada 1; mas construção de novos tipos de monumentos, do género cista, quer em mamoas de terra de carácter tradicionalizante (Chã de Carvalhal 1), quer em *tumuli* baixos, feitos com pedras, mas mantendo certas tradições construtivas «megalíticas» (anel periférico de Meninas do Crasto 4, por ex.). Retorno ao enterramento individual, ou de um número muito restrito de pessoas no mesmo túmulo. Ideologicamente, a elite continuaria a reclamar-se da descendência dos antepassados tradicionais. Provável dissociação habitats-sepulcros, com tendência para o povoamento alastrar para áreas mais baixas da «Serra», mais férteis e mais protegidas (Tapado da Caldeira, por ex.); mas continuação do carácter basicamente disperso do mesmo povoamento, bem adaptado à fisionomia da região e à exploração de pequenos campos de cultivo. Provável utilização das chãs mais altas para fins predominantemente pastoris. Sistema económico redistributivo? Fins do III.º — 1.ª metade do II.º milénio a.C. Calcolítico final — Idade do Bronze antigo.

Como vemos, e a verificar-se, pelo menos nas suas linhas gerais, a evolução traçada, a Aboboreira traduz, ao seu modo local, as grandes

transformações que se operaram em toda a Europa atlântica entre o IV.º e o II.º milénios a.C. Só que neste ambiente «serrano» e relativamente pobre (ainda hoje na região escasseiam os bons terrenos agrícolas), afastado dos grandes «núcleos» mais progressivos, não se assiste à concentração do povoamento senão na segunda metade do II.º milénio a.C, durante a qual chegam a esta área produtos exóticos que mostram intercâmbios a larga distância. A bacia do Ovil, senão uma mais vasta zona, durante o Bronze Final (fins do II.º, inícios do I.º milénios a.C) será integrada num único sistema económico-social, possivelmente com hierarquia e especialização de povoados. Mas nessa altura as mamoa da «Serra» da Aboboreira e dos planaltos contíguos nada mais seriam do que, como hoje, ruínas arqueológicas, sobre as quais o gado pastava para aproveitamento dos solos empobrecidos por milénios de queimadas. A vida tinha-se definitivamente deslocado para os vales contínuos, num movimento de intensificação agro-pastoril que continuaria até à actualidade.

2.4. Ponto de vista social: quem construía os túmulos, quem era enterrado neles

O tema da presente alínea já foi abordado diversas vezes nesta exposição; contudo, ela permitir-nos-á acentuar melhor algumas ideias.

Começemos pela nossa área de trabalho, a Aboboreira. Para cerca de 2.000 anos de construção tumular, correspondentes a umas 80 gerações, ela apresenta-nos 37 monumentos conservados. Admitamos que originariamente existiriam ali pelo menos 40. Tais números dão-nos uma relação de aproximadamente uma mamoa por cada duas gerações. Isto mostra-nos, de imediato, que as ditas populações «megalíticas» só como um acto excepcional construía um megálito; e possuindo este, na maior parte das vezes, um espaço sepulcral ínfimo, também forçosamente seriam excepcionais, como dissemos antes, os que tinham acesso a tais «honras» fúnebres. Exigindo as construções, como vimos, um número mínimo simultâneo de pessoas capazes de arrastar grandes lajes (uns 20 a 100 homens, caso não recorressem ao auxílio de «rolos», o que implicaria uma população total de cerca de uma a cinco centenas de indivíduos) é mais uma vez evidente a disparidade numérica entre os construtores e os futuros potenciais «utilizadores» de tais sepulcros, sobretudo se multiplicarmos uma cifra média de 250 habitantes na região por 80 gerações, o que nos daria 20.000 pessoas. Não é de todo crível que tal população alguma vez tenha sido enterrada nos dólmenes aboboraicos. Sepulturas muito mais modestas existiriam, decerto, e uma fossa ovóide

encontrada casualmente em Outeiro de Gregos em 1979 (Jorge, 1980), e que não continha qualquer espólio, poderia ser um exemplo de um desses sepulcros, que praticamente não deixaram rastros, ou são muito difíceis de descobrir.

Conclusões muito semelhantes às nossas são obtidas pelos colegas galegos que estudaram a Serra de Barbanza, em cuja monografia F. Criado (F. Criado *et alii*, 1986:174) acaba por escrever, em abono do que já atrás dissemos: «Como corolário destas observações é possível que as sociedades megalíticas não sejam as sociedades igualitárias que tradicionalmente se consideraram; ou pelo menos haverá que ter muita cautela na utilização que se faça deste termo (...)».

Estas considerações vêm na sequência de uma já longa série de constatações no mesmo sentido. Em 1968, Atkinson (89) afirmava, referindo-se aos «*unchambered long barrows*» do Sul de Inglaterra, que «(...) só uma fracção, digamos um décimo, da população contemporânea era objecto da distinção de ser enterrada numa mamoa alongada». Acentuando que a força de trabalho exigida pela construção de um *tumulus* megalítico da zona de Cotswold seria pelo menos tripla da necessária à erecção dos acima citados (Atkinson, 1968:91), e perante o facto de nas mamoas megalíticas o número de enterramentos ser cerca de duas vezes e meia superior ao das outras, sem câmaras dolménicas, conclui que «(...) os túmulos com câmara nas terras baixas da Inglaterra eram usados apenas para o enterramento de membros seleccionados da população, e não para a população no seu conjunto» (92). Por seu turno, falando do carácter selectivo das inumações nos sepulcros colectivos europeus, J. Leclerc e C. Masset puderam escrever (1982:54) que «certas sepulturas arcaicas, entre as mais colossais, continham um número de mortos muito inferior ao dos pares de braços que foram precisos para os construir». Também Mohen, a propósito da necrópole de Bougon, em relação à qual já o temos citado várias vezes neste trabalho, indica (1982:62) que os seus cálculos o conduzem «(...) no máximo a uma dezena de indivíduos inumados por geração na necrópole, para uma população de algumas centenas de habitantes c. de 4.000 A.C, e mesmo de alguns milhares provavelmente cerca de 3.500-3.000 A.C.» [Atenção ao facto destas datas serem calibradas]. E acrescenta (*ib.*): «A condenação sistemática das entradas das câmaras sepulcrais e a longa tradição de utilização dos monumentos leva-nos a pensar que a necrópole não respondia às necessidades funerárias totais da população, mas a uma necessidade seleccionada. Esta selecção corresponde provavelmente a uma hierarquia indispensável à realização dos grandes trabalhos colectivos dos megalitos e dos fossos dos habitats. A descoberta frequente de restos humanos nos habitats desta época confirmaria esta discriminação social:

nem todos os membros do grupo humano em causa seriam inumados na necrópole megalítica». Outro especialista do Neolítico, J. Guilaine (1982:65) refere-se ao «conteúdo osteológico» das sepulturas megalíticas dizendo que ele «(...) representa muitas vezes apenas uma escolha de indivíduos de acordo com certos critérios: família, classe social, grupo etário, etc.» Parece pois ser um ponto em que a maioria dos autores está de acordo, em contraste com as posições de Renfrew, que tem encarado algumas das primeiras sociedades «megalíticas» como essencialmente simples, de pequena escala, de nível equivalente, numa palavra, «segmentárias». Por tal entende que «são celulares e modulares: celulares na medida em que os grupos são claramente definidos e operam em muitos sentidos independentemente, e modulares no sentido de que têm aproximadamente as mesmas dimensões. Os segmentos são autónomos, económica e politicamente, e em regra são compostos por entre 50 e 500 pessoas». (1981:76). Correspondem geralmente a uma unidade residencial, quer seja uma aldeia ou uma associação de casas dispersas. A partir deste tipo de sociedades — para as quais o autor começou por apresentar os exemplos das ilhas de Arran (Escócia) ou de Rousay (Órcades) (Renfrew, 1979: 151), e, mais tarde, dos construtores de monumentos de tipo Quanterness, também nas Órcades (Renfrew, 1979, 1981) — ter-se-iam dado evoluções, necessariamente diferentes conforme as zonas, que teriam levado à emergência de comunidades hierarquizadas, organizadas em torno de centros, que podiam estar representados por grandes monumentos rituais. Seria o caso dos círculos líticos como o Ring of Brogar (Órcades), ou, no Wessex, dos enormes recintos de tipo «henge», do Neolítico final. Nesta última região toda uma hierarquia de sítios se teria implantado paulatinamente ao longo do Neolítico (com prolongamentos para o Bronze inicial através de Stonehenge III), fossilizada no *input* de energia necessária à edificação dos vários tipos de estruturas aí existentes: mamoa alongada («long barrow») — 10.000 horas de trabalho; «causewayed camp» — 100.000 horas; «henge» — 1.000.000 de horas; Stonehenge III — 30.000.000 de horas. Estes números foram mais tarde alvo de uma correcção por parte de Startin e Bradley (1981), que em vez de uma evolução regular propõem antes um modelo de aumento descontínuo, considerando que o grande contraste se dá entre o nível dos «causewayed enclosures» e o dos «henges», que estariam separados por cerca de meio milénio e pertenceriam a tradições completamente diferentes. Seja como for, importa reconhecer que os já clássicos artigos de Atkinson (1968) e de Renfrew (1973), e outros trabalhos subsequentes deste último autor, vieram abrir importantes perspectivas à compreensão do significado social dos megálitos europeus, e um debate que continua vivo. Deve também advertir-se para um ponto muito importante: de uma hierarquia

de túmulos (na sua monumentalidade, na sua «imposição» diferencial num território) não deve inferir-se automaticamente uma hierarquização social; de uma evidente selecção de pessoas inumadas nas câmaras megalíticas não poderá concluir-se de imediato que nos encontramos perante uma sociedade não segmentária. É preciso correlacionar os dados dos túmulos com os do contexto cultural coevo, e só fazer afirmações quando existam elementos que nos permitam caracterizar precisamente as sociedades em causa, para as quais a tipologia neo-evolucionista de «tribos» ou «chefados» é manifestamente inadequada, e redutora. Esta problemática deve considerar-se em aberto. Só parte de quem construiu os túmulos era enterrado neles — parece ser um facto geral; a sua explicação completa passa por um aprofundamento maior dos nossos conhecimentos sobre estas sociedades, para o qual os próprios túmulos continuam, repetimos, a ser uma informação de primeira importância.

2.5 Ponto de vista simbólico: a função das arquitecturas na legitimação de uma ideologia

Por tudo quanto deixámos dito até aqui, parece que se pode concluir que por detrás dos megálitos funerários europeus, entendidos na sua distribuição cronológica e geográfica, estão diferentes sociedades, diferentes ideologias, diferentes «papéis» atribuídos a tais dispositivos mais ou menos monumentais. É arriscado ver na religião (e correlativamente na arte) a invariante de tal diversidade, como sugere Mohen, ao falar de uma religião «ligada à experiência da morte e ao ritmo celeste» (Mohen, 1984: 1.529). Que manifestação religiosa humana não estará, de forma mais ou menos explícita, relacionada com esses dois aspectos capitais da inserção do homem no cosmos? A própria E. Shee Twohig (1981) acentuou as diferenças existentes entre os principais núcleos da arte megalítica europeia, o irlandês, o bretão e o ibérico. M. Eliade (1978) explicitou mais precisamente o que poderia ser o traço comum às religiões megalíticas escrevendo que aquilo que as caracteriza «(...) é o facto das ideias de perenidade e de continuidade entre a vida e a morte serem perspectivadas através da exaltação dos antepassados identificados, ou associados, às pedras». (138). Trata-se de uma sugestão verosímil, mas tão geral, que pode aplicar-se praticamente a todas as sociedades que tumularam em megálitos ao nível mundial, desde a Pré-história até praticamente à actualidade.

Giot, um dos autores franceses que, como Mohen, mais atento se tem mostrado aos desenvolvimentos da «Arqueologia social» anglo-saxónica, ao tratar, numa recente brochura (1985: pp. 97 e seg.), da

«dimensão humana» dos dólmenes, junta-se ao conjunto dos que acentuam uma diferença básica entre as sepulturas mais antigas, com um número limitado de defuntos, e as dos finais do Neolítico, estas verdadeiramente «colectivas». E escreve (op. cit.: 99-100): «Parece que geralmente estes túmulos monumentais foram construídos tanto para os vivos como para os mortos; eram relicários para o culto dos ossos dos antepassados, dispositivos arquitectónicos duráveis num sistema sequencial de actos complexos associados com os funerais e o culto dos mortos. Há casos em que um local de armazenagem temporária dos esqueletos pode ter sido diferente do do depósito parcial definitivo dos respectivos ossos. Há regiões (Alemanha do Norte) em que se demonstrou que a descarnação se produziu noutro lado, que as câmaras funerárias e os seus compartimentos apenas continham pacotes de ossos seleccionados (...). Comprovou-se também que se vinha recolher ossos aos túmulos para os utilizar em cerimónias exteriores: em West Kennet, na Inglaterra, tanto se recolhia crânios, como ossos longos, e estes eram de novo parcialmente colocados no túmulo, mas não forçosamente dispostos nos mesmos sítios em que estavam antes, embora tenha havido neste *long barrow* uma certa especialização em função dos sexos e de acordo com os compartimentos». Realmente, é neste sentido que vai a reanálise do conteúdo do túmulo feita recentemente por Thomas e Whittle (1986), a que já nos referimos atrás. Mais drástico é ainda Kinnes (1981:85) quando afirma que «(...) estas câmaras não eram, *sensu stricto*, sítios de enterramento, mas constituíam locais onde se armazenavam ou se abrigavam temporariamente os mortos, sendo a remoção tão comum como a deposição. O número real de indivíduos registados em cada contexto não constitui certamente qualquer guia para sabermos quais os efectivos da população coeva».

Qual a razão de ser desta movimentação, à primeira vista inusitada, de ossos entre o exterior e o interior dos túmulos, e dentro do espaço destes? Shanks e Tilley (1982) dedicaram um estudo a esta questão, sugerindo que «a selecção e a disposição dos ossos em classes transforma o estado natural do esqueleto num produto cultural» (152), numa «metáfora da organização social» (150). Na linha das ideias de Turner (1969) sobre o significado geral dos rituais, e de Hodder (1982) sobre o carácter frequentemente «mistificador» das práticas funerárias em relação à ordem cultural em que se inserem, e sem dúvida muito inspirados também pelas obras de Bloch já algumas vezes aqui evocadas, os autores propõem uma ousada interpretação das transformações do esqueleto a que se aludiu. Tais transformações ritualizadas teriam como fim acentuar o colectivo em relação ao individual, a solidariedade e coesão do grupo em relação aos interesses particulares ou estranhos a ele, em resumo, os valores de uma organização simétrica baseada em laços de parentesco,

negando as reais diferenças de poder existentes, derivadas do efectivo controlo exercido pelos cabeças de linhagem.

Quer se adira ou não a este tipo de interpretações, elas servem para nos advertir mais uma vez de que, a todos os títulos, a construção, manutenção e utilização das sepulturas megalíticas atlânticas não se relacionava com uma simples marcação apropriadora de um território e dos seus recursos, nem com uma mera manifestação de «culto dos antepassados», nem com uma fórmula para reforçar a coesão dos grupos. Era tudo isso e muito mais. Estes monumentos, mesmo que de tal os seus autores não tivessem consciência, eram reguladores de conflitos sociais, peças de um jogo de poder, não ainda entificado e especializado como «instância política», mas profundamente mergulhado nas relações quotidianas. Antes da emergência de estruturas formalizadas de tal poder, nas sociedades de pequena escala, este constituía sempre um equilíbrio precário, que se disputava, por assim dizer, em todas as instâncias da vida, e particularmente numa em que a ordem do cosmos universal e do microcosmos humano era temporariamente alterada pelo trauma de uma morte. Construídos de forma duradoura, estes monumentos transformavam o tempo em espaço, permitindo que ele fosse manipulado pelos homens de forma a tranquilizá-los em relação ao devir, repondo a ordem e a harmonia perturbadas. Mas, através de todo um saber que neles se guarda, e que continua a resistir às nossas interpretações, sabemos que essa ordem era, já então, um peão do jogo social. Ao longo destas últimas décadas de investigação, não aprendemos ainda tudo o que queríamos sobre esses homens do Neolítico, mas pelo menos podemos fazer-lhes uma justiça: os prodigiosos esforços que fizeram para construir os seus túmulos estavam muito longe de serem gratuitos. Tinham a ver e punham em acção toda a ideologia e toda a sociedade em que eles se inseriam. Mais: foram peças capitais no paulatino movimento que, por avanços e recuos, terá levado às sociedades mais complexas da Idade do Bronze.

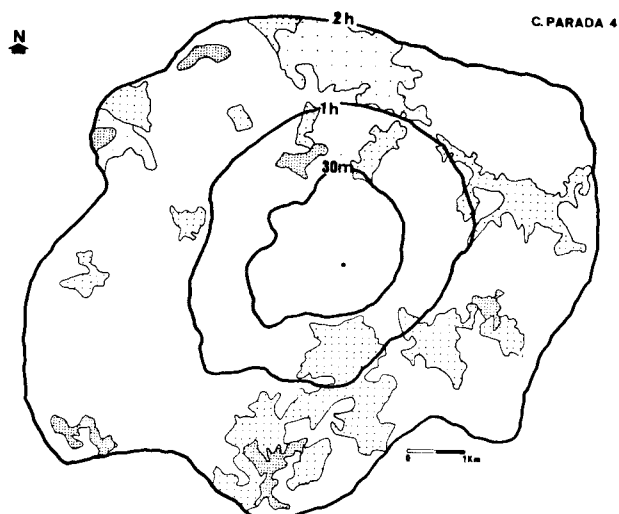
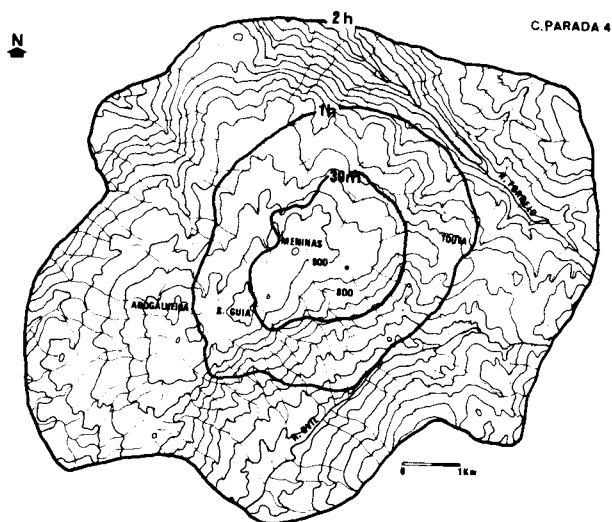
BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- APSIMON, A. (1985/86), Chronological contexts for Irish megalithic tombs, *The Journal of Irish Archaeology* III, pp. 5-15.
- ATKINSON, R. J. C. (1961), Neolithic engineering, *Antiquity*, XXXV, pp. 292-299.
- Idem (1968), Old mortality: some aspects of burial and population in neolithic England, *Studies in Ancient Europe* (ed. Coles e Simpson), Leicester, pp. 83-93.
- BELLO DIEGUEZ, J. M., F. Criado Boado e J. M. Vázquez Varela (1983), Medio físico y sociedades megalíticas. Aproximaciones a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular, *Gallaecia*, 7/8, pp. 86-108.
- BLOCH, M. (1971), *Placing the Dead*, London & New York, Seminar Press.
- Idem (1982), Death, women and power, *Death and The Regeneration of Life*, Cambridge University Press (ed. M. Bloch e J. Parry), pp. 211-230.
- BRADLEY, R. (1984), *The Social Foundations of Prehistoric Britain. Themes and variations in the Archaeology of Power*, London & New York, Longman.
- Idem (1985), The archaeology of monuments, *Consumption, Change and the Archaeological Record*, Univ. Edinburg, pp. 3-20.
- BRADLEY, R. e R. Chapman (1984), Passage graves in the European Neolithic — a theory of converging evolution, *The Archaeology of Carrowmore* (ed. Burenhult), Stockholm, Institute of Archaeology at the University, pp. 348-356.
- BURENHULT, G. (1980a), *The Archaeological Excavation at Carrowmore, Co. Sligo, Ireland. Excavation season 1977-79*, Stockholm, Institute of Archaeology at the University.
- Idem (1980b), *The Carrowmore Excavations. Excavation Season 1980*, Stockholm, Institute of Archaeology at the University.
- Idem et alii (1984), *The Archaeology of Carrowmore. Environmental archaeology and the megalithic tradition at Carrowmore, Co. Sligo, Ireland*, University of Stockholm, Institute of Archaeology.
- BURNEZ, Claude (1976), *Le Néolithique et le Chalcolithique dans le Centre-Ouest de la France*, Paris, Société Préhistorique Française.
- CAULFIELD, S. (1983), The Neolithic settlement of North Connaught, *Landscape Archaeology in Ireland* (ed. T. Reeves-Smyth e F. Hammond), Oxford, B. A. R., pp. 195-215.
- CHAPMAN, R., I. Kinnes e K. Randsborg (eds.) (1981), *The Archaeology of Death*, Cambridge University Press, pp. 71-81.
- COONEY, G. (1983), Megalithic tombs in their environmental setting: a settlement perspective, *Landscape Archaeology in Ireland* (ed. T. Reeves-Smyth e F. Hammond), Oxford, B. A. R., pp. 179-194.
- CORCORAN, J. X. W. P. (1969), The Cotswold-Severn Group, *Megalithic Enquiries in the West of Britain. A Liverpool Symposium*, Liverpool University Press, pp. 13-105.

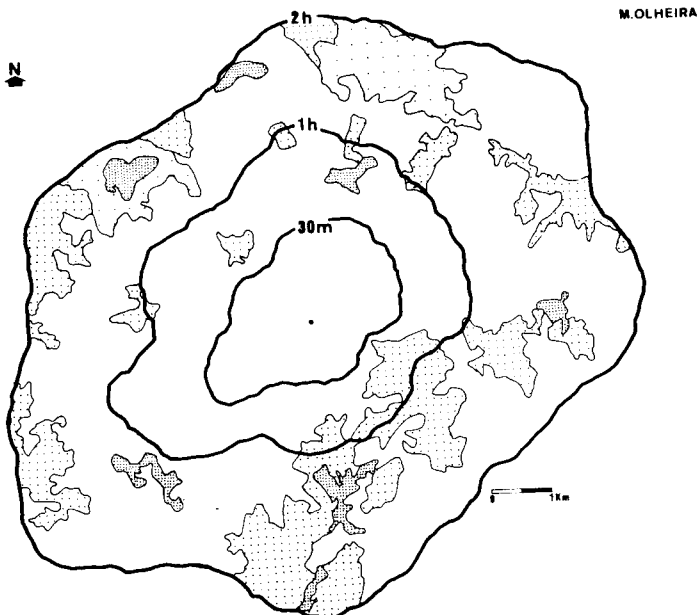
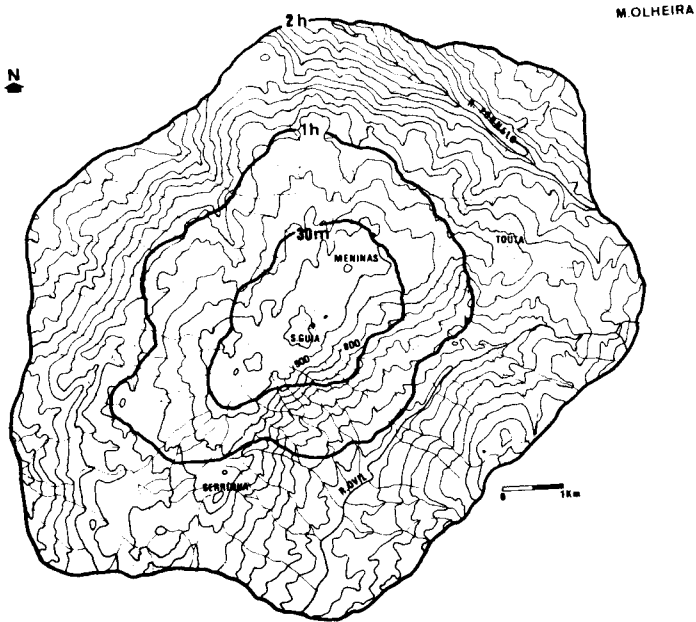
- CRIADO BOADO, F., M. J. Aira Rodriguez e F. Díaz-Fierros Viqueira (1986), *La Construcción del Paisaje. Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza (Galicia)*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- DARVILL, T. C. (1982), *The Megalithic Chambered Tombs of the Cotswold-Severn Region*, Highworth, Vorda Publ..
- DAVIDSON, I. e G. N. Bailey (1984), Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, t. II, n.º 1, pp. 25-46.
- DEMOULE, J.-P. e J. Guilaine (dir. de) *Le Néolithique de la France*, Paris, Picard.
- ELIADE, M. (1978), *Histoire des Croyances et des Idées Religieuses. 1. De l'Âge de la Pierre aux Mystères d'Eleusis*, Paris, Payot.
- EOGAN, G. (1984), *Excavations at Knowth 1. Smaller passage tombs, Neolithic occupation and Beaker activity*, Dublin, Royal Irish Academy.
- Idem (1986), *Knowth and the passage-tombs of Ireland*, London, Thames and Hudson.
- FLEMING, A. (1972), Vision and design: approaches to ceremonial monument typology, *Man*, vol. 7, n.º 1, pp. 57-73.
- Idem (1973), Tombs for the living, *Man*, 8, pp. 177-193.
- GALLAY, A. (1986), *L'Archéologie Demain*, Paris, Pierre Belfont.
- GIOT, P.-R., J. L'Helgouach e J.-L. Monnier (1979), *Préhistoire de la Bretagne*, Rennes, Ouest-France.
- GIOT, P.-R. (1984), L'ensemble mégalithique de Quelarn en Plobannaec. Suite et fin. *Journée Préhistorique et Protohistorique de Bretagne*, Univ. de Rennes, pp. 8-11 (polic.).
- Idem (1988), *Préhistoire en Bretagne, Menhirs et dolmens*, Chateaulin, Ed. Jos.
- GUILAINE, J. (1982), La relation habitat/sépulture en Préhistoire. «La Mort dans la préhistoire», *Histoire et Archéologie — Les Dossiers*, n.º 66, pp. 64-67.
- HEDGES, J. W., *Isbister. A chambered tomb in Orkney*, Oxford, B. A. R., 1983.
- HENSHALL, A. (1974), Scottish chambered tombs and long mounds, *British Prehistory — a new outline* (ed. C. Renfrew), London, Duckworth, pp. 137-164.
- Idem (1985), The chambered cairns, *The Prehistory of Orkney* (ed. C. Renfrew), Edinburgh University Press, pp. 83-117.
- HERITY, M. e G. Eogan (1977), *Ireland in Prehistory*, London, Routledge & Kegan Paul.
- HIBBS, J. (s/d), The Neolithic of Brittany, *Ancient France* (ed. C. Scarre), Edinburgh University Press, pp. 271-323.
- HODDER, I. (1982), *Symbols in Action. Ethnoarchaeological studies of material cultures*, Cambridge University Press.
- Idem (1984), Burials, houses, women and men in the European Neolithic, *Ideology, Power and Prehistory* (ed. D. Miller e C. Tilley), Cambridge University Press, pp. 51-68.
- Idem (1989), The domestication of society (paper prepared in advance for participants in symposium n.º 108 of the Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, Cascais) (no prelo).
- JORGE, S. O. (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, G.E.A.P..
- JORGE, V. O. (1986), «Monumentalização» e «necropolização» no megalitismo europeu, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXVI, 1-4, pp. 233-237.
- Idem (1987), Em torno de alguns problemas do megalitismo europeu, *Projectar o Passado. Ensaio sobre Arqueologia e Pré-história*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 227-240.
- Idem (1988), Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira. Arqueologia do Concelho

- de Baião. Resultados de 10 anos de trabalho, *Arqueologia*, n.º 17, pp. 5-27.
- JOUSSAUME, R. (1985), *Des Dolmens pour les Morts. Les Mégalithismes à Travers le Monde*, Paris, Hachette.
- Idem e R. Cadot (1986), Les tumulus de Champ-Chalon à Benon, Charente-Maritime (France). Présentation préliminaire, *Arqueologia*, n.º 14, pp. 44-58.
- KINNES, I. (1975), Monumental function in British Neolithic burial practices, *World Archaeology*, 7, pp. 16-29.
- Idem (1981), Dialogues with death, *The Archaeology of Death* (ed. Chapman, Kinnes e Randsborg), Cambridge University Press, pp. 83-91.
- LECLERC, J. e C. Masset (1982), Les tombes colectives, «La Mort dans la Préhistoire», *Histoire et Archéologie — Les Dossiers*, n.º 66, pp. 52-59.
- LECORNEC, J. (1986), Le complexe mégalithique du Petit-Mont. Arzon (Morbihan). Bilan de huit années de fouilles (1979-1986), *Réunion de la Société Préhistorique Française. Journée Préhistorique et Protohistorique de Bretagne*, Université de Rennes, pp. 26-28(políc.).
- Idem (1985), *Gavrinis et les Îles du Morbihan. Les mégalithes du golfe*, Paris, Ministère de la Culture.
- L'HELGOUACH, J. (1983), Les idoles qu'on abat... (ou les vicissitudes des grandes stèles de Locmariaquer), *Archéologie Armoricaïne*, t. 110, pp. 57-68.
- Idem (1984), Signification et place des tombes mégalithiques dans les sociétés atlantiques aux Ve et IVe millénaires, *Éléments de Pré et Protohistoire Européenne. Hommages à Jacques-Pierre Millotte*, Paris, Les Belles Lettres, pp. 283-287.
- Idem e C.-T. Le Roux (1986), Morphologie et chronologie des grandes architectures de l'Ouest de la France d'après les travaux récents, *Les Néolithique de la France*, Paris, Picard.
- LYNCH, F. (1969), The megalithic tombs of North Wales, *Megalithic Enquiries in the West of Britain*, Liverpool University Press, pp. 107-148.
- MASTERS, L. (1981), Chambered tombs and non-megalithic barrows in Britain, *Antiquity and Man*, Thames and Hudson, pp. 161-176.
- MOHEN, J.-P. (1973), Les tumulus de Bougon, nécropole néolithique, *Bull. Soc. Histor. Scient. Deux-Sèvres*, 2-3, pp. 303-354.
- Idem (1977), Les tumulus de Bougon, cinq années de recherches (1972-1977), *Bull. Soc. Histor. Scient. Deux-Sèvres*, 2-3, pp. 3-48.
- Idem (1980), Aux prises avec des pierres de plusieurs dizaines de tonnes, «Revivre la Préhistoire», *Dossiers de l'Archéologie*, n.º 46, pp. 58-67.
- Idem (1982), La nécropole mégalithique, «La Mort dans la Préhistoire», *Histoire et Archéologie — Les Dossiers*, n.º 66, pp. 60-63.
- Idem (1984), Les Architectures mégalithiques, *La Recherche*, n.º 161, vol. 15, pp. 1528-1538.
- NIELSEN, P. O. (1984), Flint axes and megaliths — the time and context of the early dolmens in Denmark, *The Archaeology of Carrowmore* (ed. G. Burenhult), Stockholm, Institute of Archaeology, Univ. of Stockholm, pp. 376-387.
- O'KELLY, M. J. (1981), The megalithic tombs of Ireland, *Antiquity and Man*, London, Thames and Hudson, pp. 177-190.
- Idem (1984), *Newgrange. Archaeology, Art and Legend*, Londres, Thames and Hudson.
- RAY, T. P. (1989), The winter solstice phenomenon at Newgrange, Ireland: accident or design?, *Nature*, vol. 337, pp. 343-345.
- RENFREW, C. (1973), Monuments, mobilization and social organization in neolithic Wessex, *The Explanation of Culture Change — Models in Prehistory*, Gloucester Crescent, G. Duckworth and Co, Ltd.

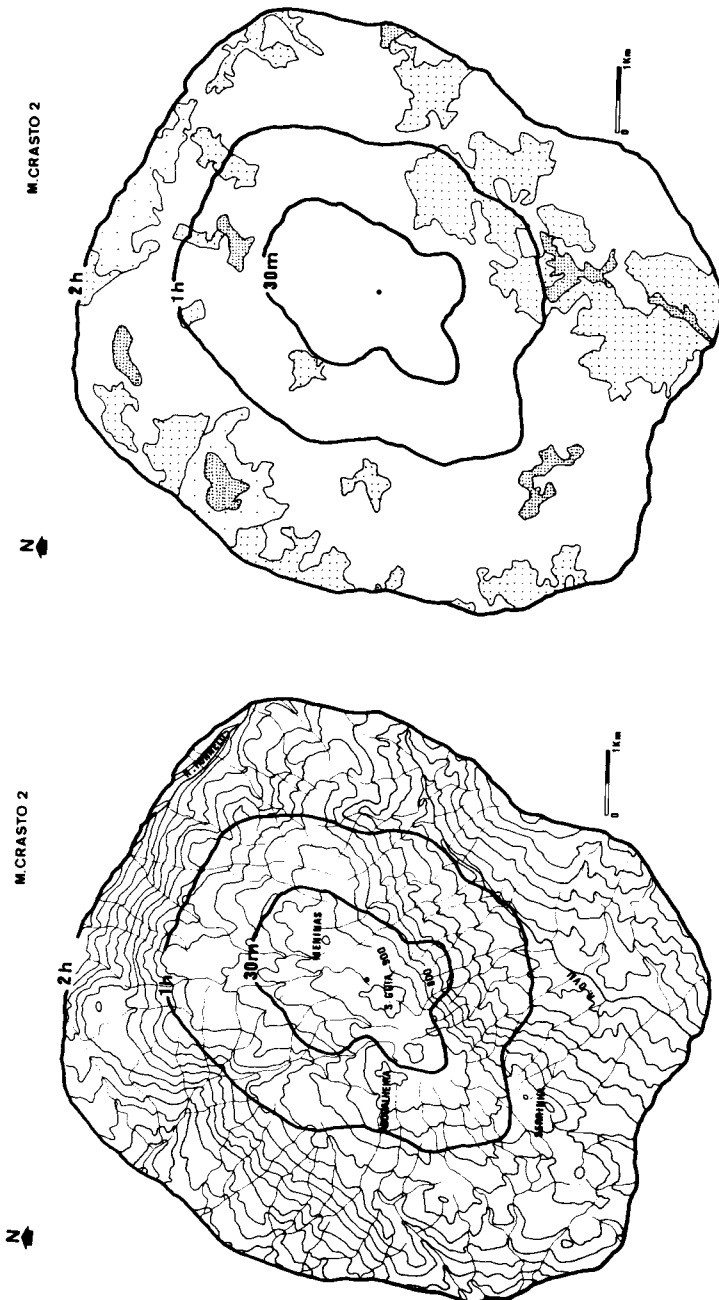
- Idem (1979), *Investigations in Orkney*, Londres, The Society of Antiquaries of London.
- Idem (1981), Introduction: The megalith builders of Western Europe, *Antiquity and Man*, London Thames and Hudson, pp. 72-81.
- Idem (1983a), The social archaeology of megalithic monuments, *Scientific American*, vol. 248, n.º 11, pp. 152-163.
- Idem (1983b), *The Megalithic Monuments of Western Europe. The Latest Evidence Presented by Nine Leading Authorities*, Londres, Thames and Hudson.
- SANCHES, M. J., A. G. Lebre e A. M. Santos (1987), A Mamoia do Barreiro — um *tumulus* do Leste de Trás-os-Montes, *Trab. Antrop. Etnol.*, vol. XXVII (fasc. 1-4), pp. 89-112.
- SCARRE, C. (ed.) (s/d), *Ancient France. Neolithic Societies and Their Landscapes: 6000-2000 b.C.*, Edinburg University Press.
- Idem (1984), Kin-groups in Megalithic burials, *Nature*, vol. 311, pp. 512-513.
- SCOTT, J. G. (1969), The Clyde cairns of Scotland, *Megalithic Enquiries in the West of Britain*, Liverpool University Press, pp. 175-222.
- SHANKS, M. e C. Tilley (1982), Ideology, symbolic power and ritual communication: a reinterpretation of Neolithic mortuary practices, *Symbolic and Structural Archaeology* (ed. I. Hodder), Cambridge University Press.
- SHARPLES, N. (1985), Individual and community: the changing role of megaliths in the Orcadian Neolithic, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 51, pp. 59-74.
- STARTIN, B. e R. Bradley (1981), Some notes on work organisation and society in Prehistoric Wessex, *Astronomy and Society in Britain during the Period 4000 to 1500 BC* (ed. C. Ruggles e A. Whittle), Oxford, B. A. R., pp. 289-296.
- THOMAS, J. e A. Whittle (1986), Anatomy of a tomb — West Kennet revisited, *Oxford Journal of Archaeology*, 5, pp. 29-51.
- THORPE, I. e C. Richards (1984), The decline of ritual authority and the introduction of Beakers into Britain, *Neolithic Studies* (ed. Bradley e Gardiner), Oxford, B. A. R., pp. 67-84.
- TURNER, V. (1969), *The Ritual Process*, Harmondsworth, Penguin.
- TWOHIG, E. S. (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.
- WHITTLE, A. (1988), *Problems in Neolithic Archaeology*, Cambridge University Press.



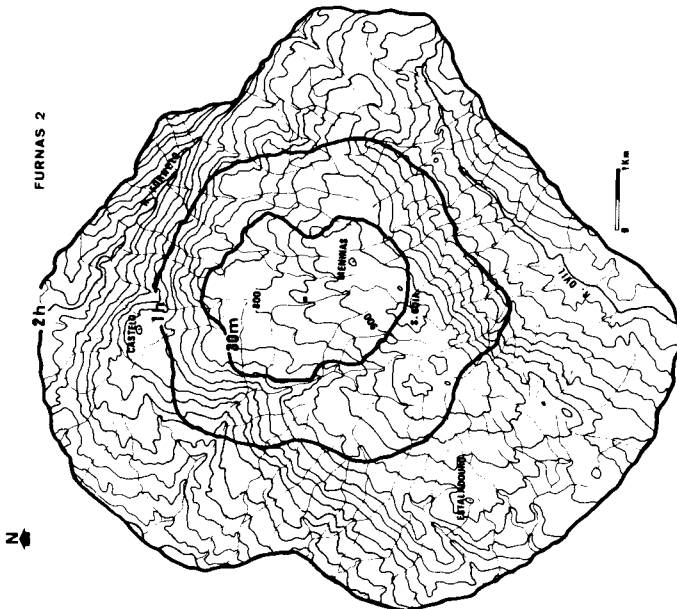
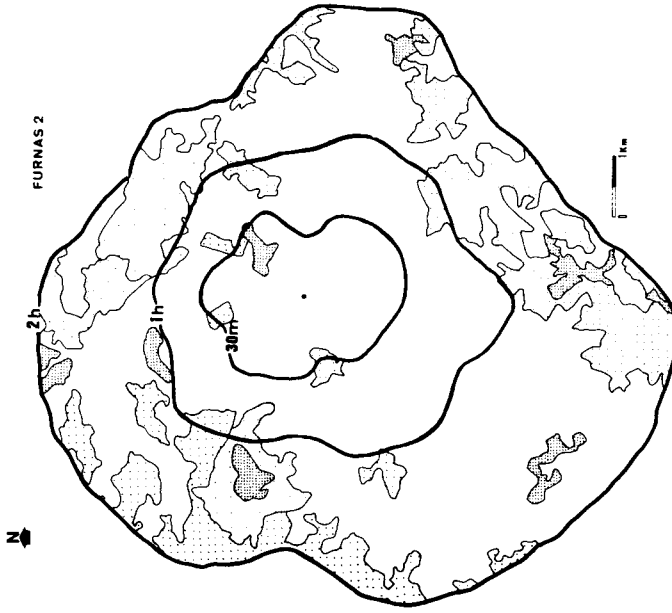
1. *Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial (de 30 min., 1 h. e 2 h.) dos construtores da mamoa de Chã de Parada 4 (Aboboreira). Até à fig. 6 inclus., utilizou-se como base cartográfica (para cada monumento): carta topográfica (equidistância das curvas de nível: 50 m.) e esboço de carta de solos (os de maior produtividade actual estão marcados por ponteados de malha mais cerrada; os que não têm utilização agrícola correspondem ao fundo a branco — para maior detalhe v. legenda da fig. 12).*



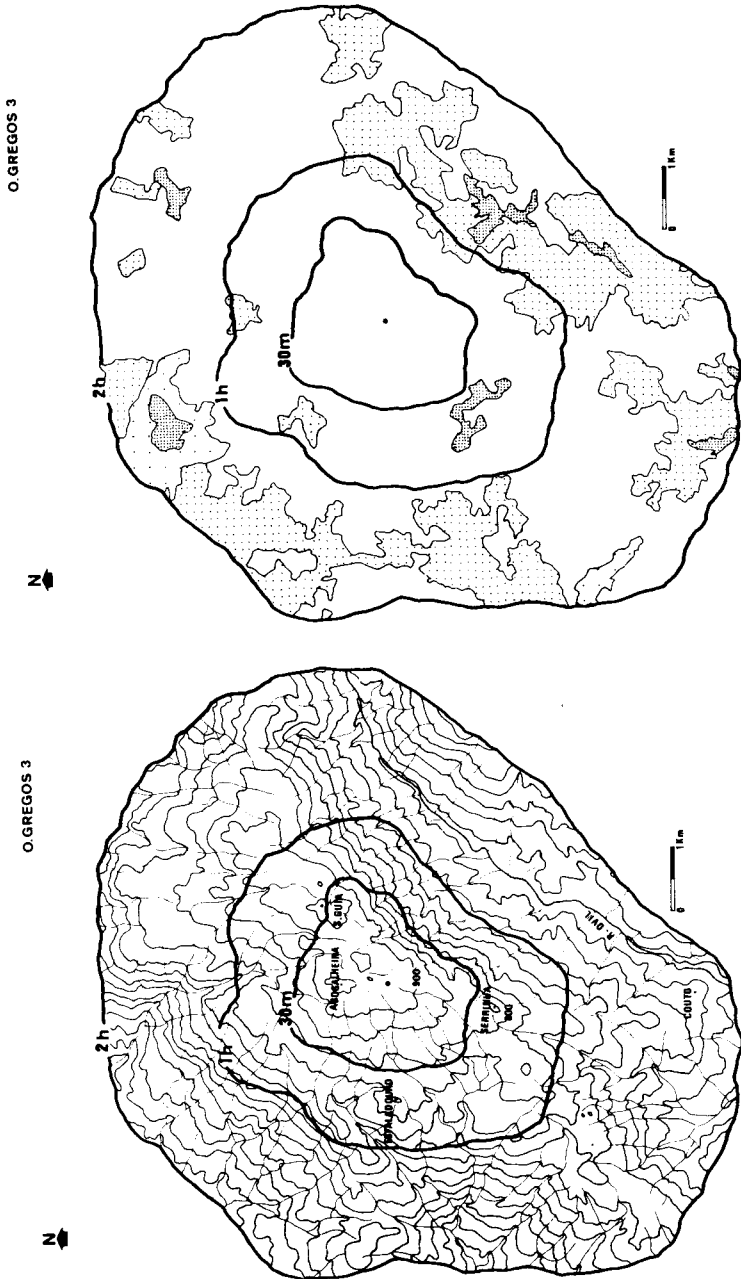
2. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa do Monte de Olheira.



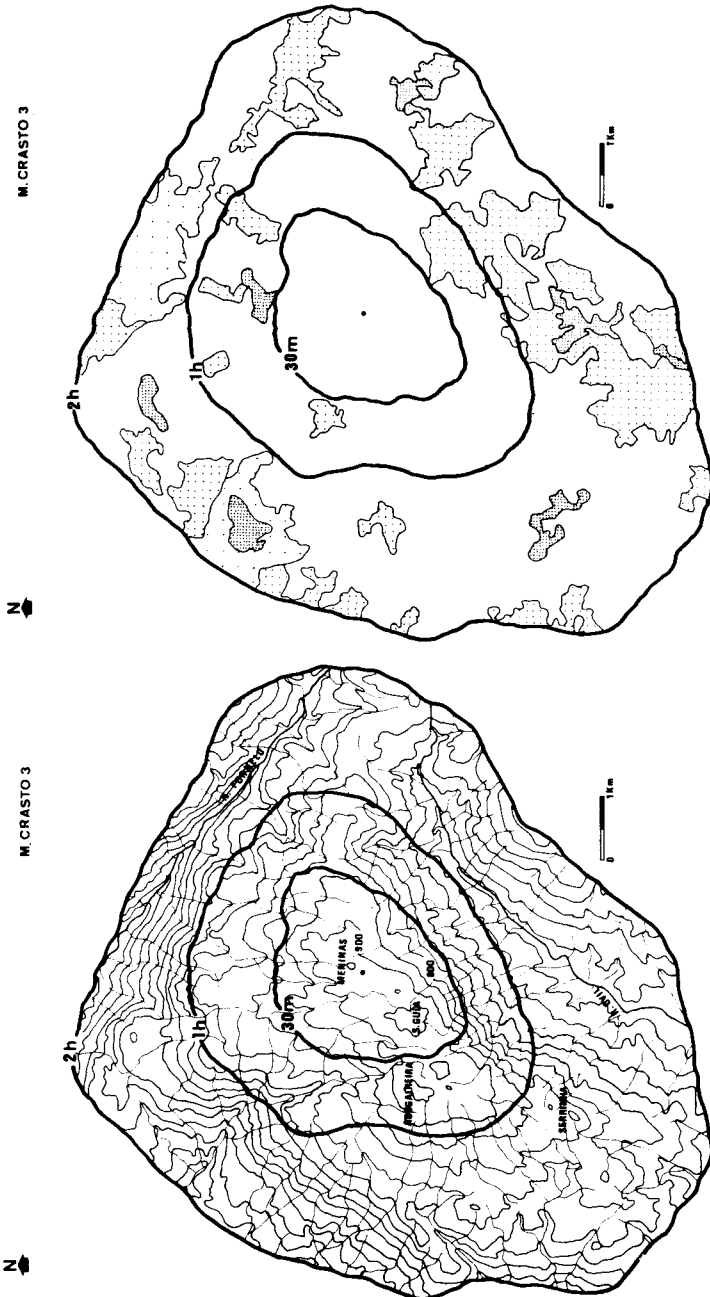
3. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa de Meninas do Crasto 2.



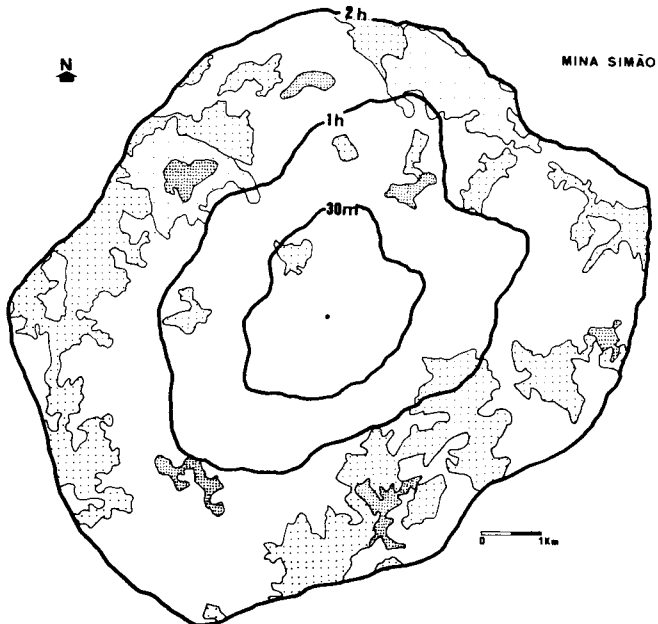
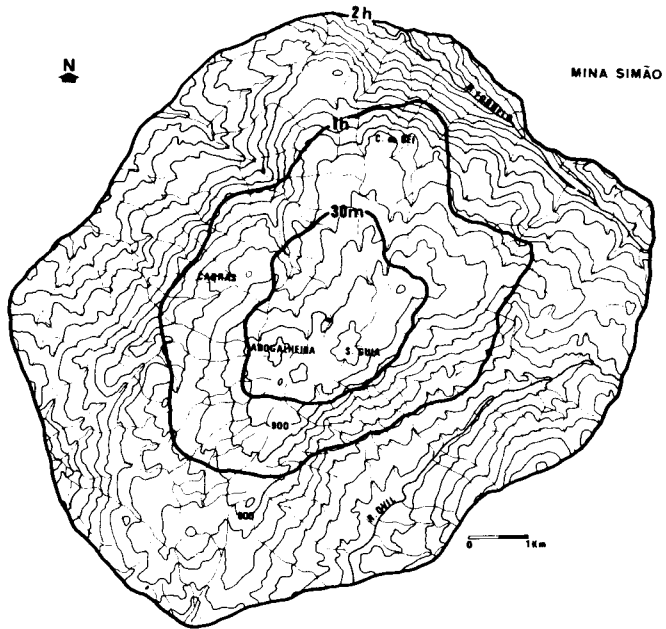
4. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa de Furnas 2.



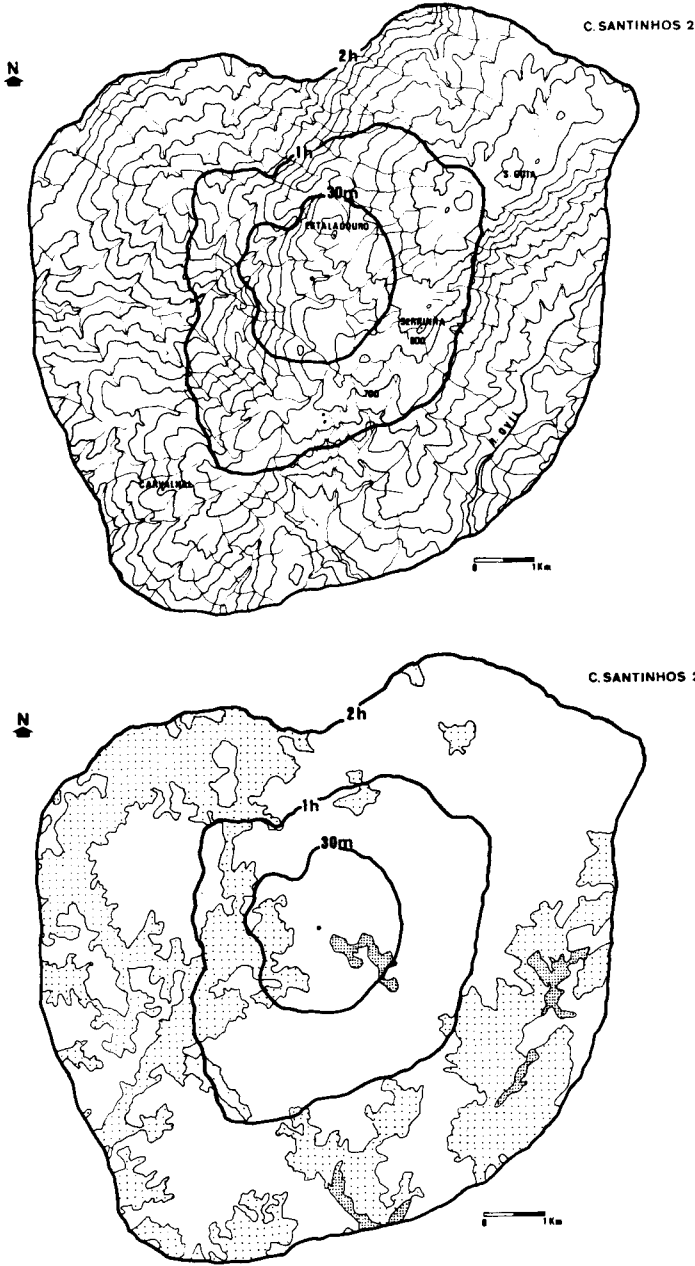
5. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa de Outeiro de Gregos 3.



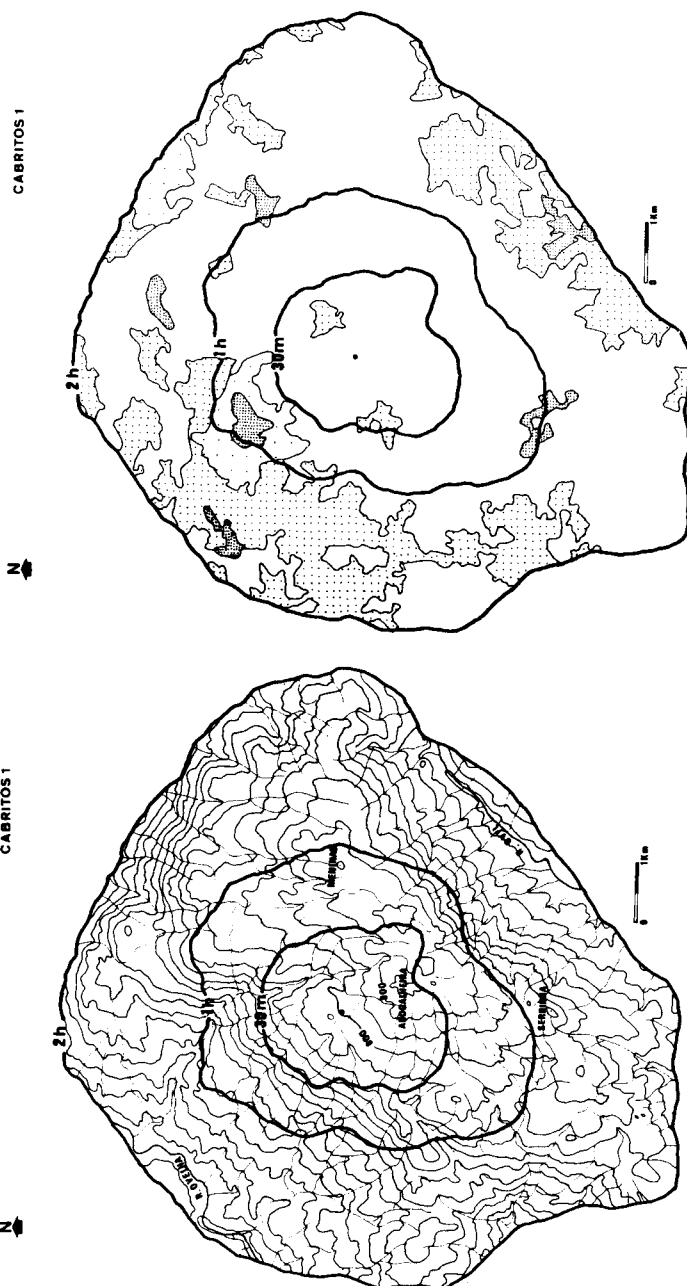
6. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial da mamoa de Meninas do Crasto 3.



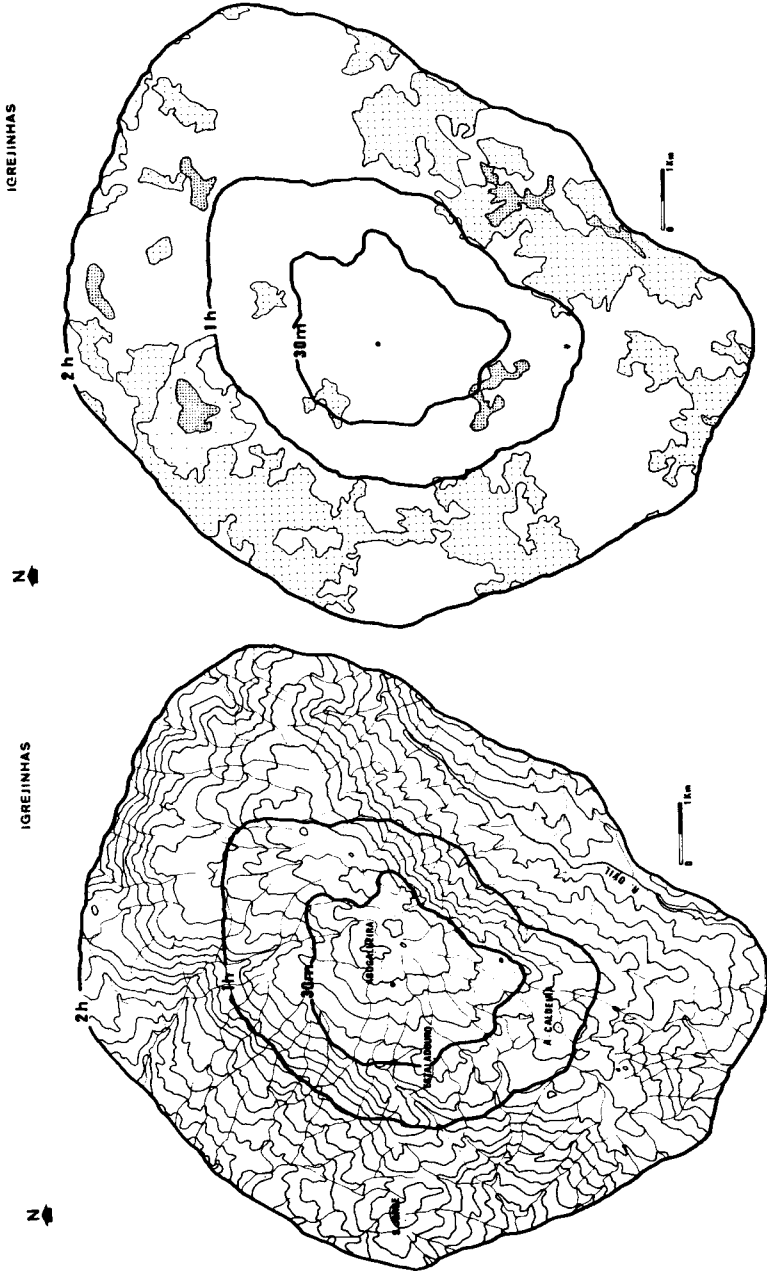
7. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos contrutores da mamoa de Mina do Simão.



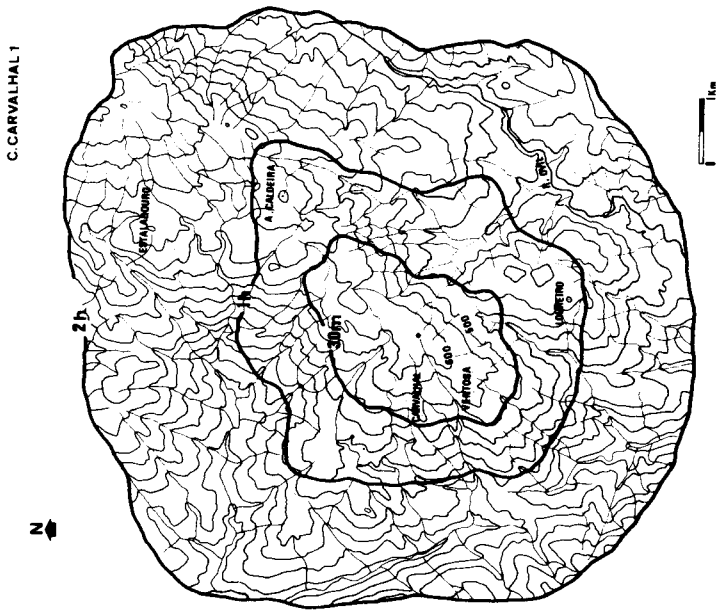
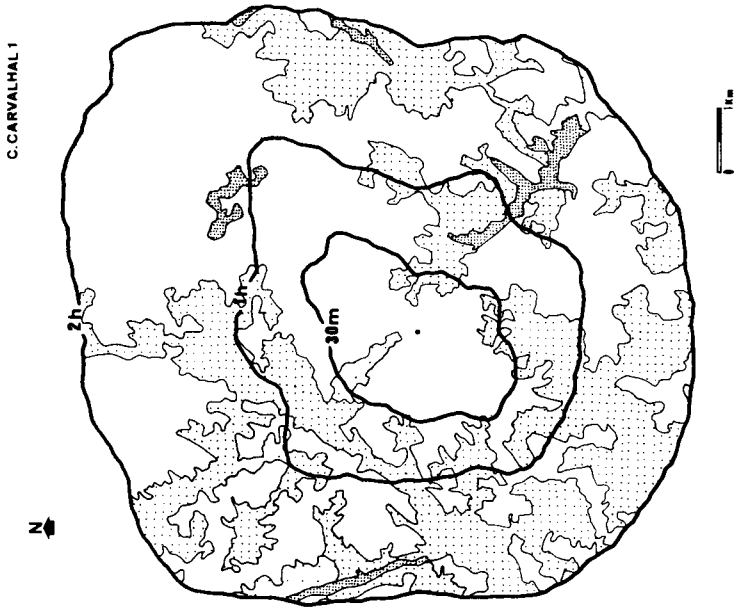
8. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial da mamoa de Chã de Santinhos 2.



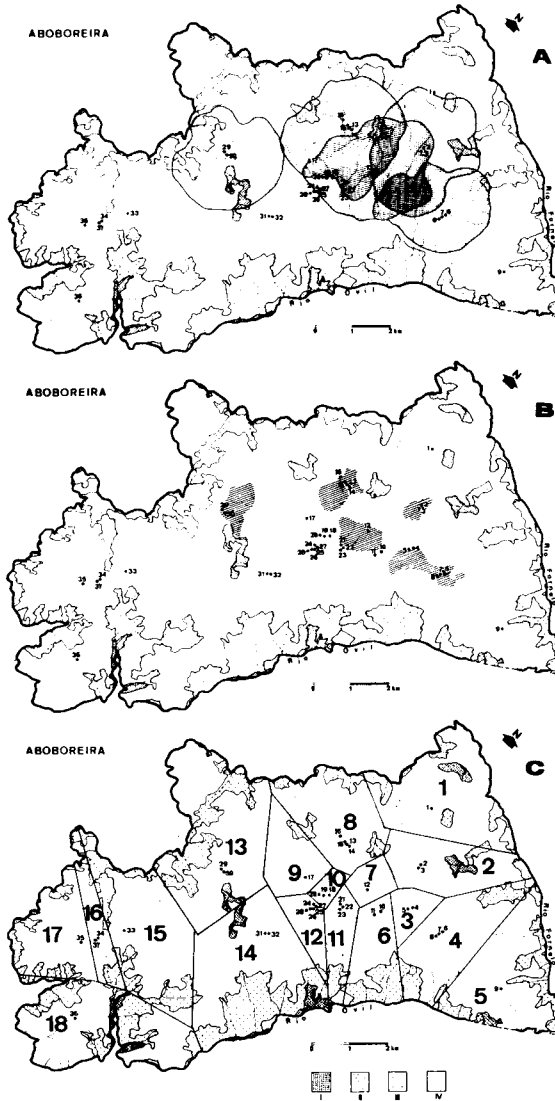
9. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa de Cabritos 1.



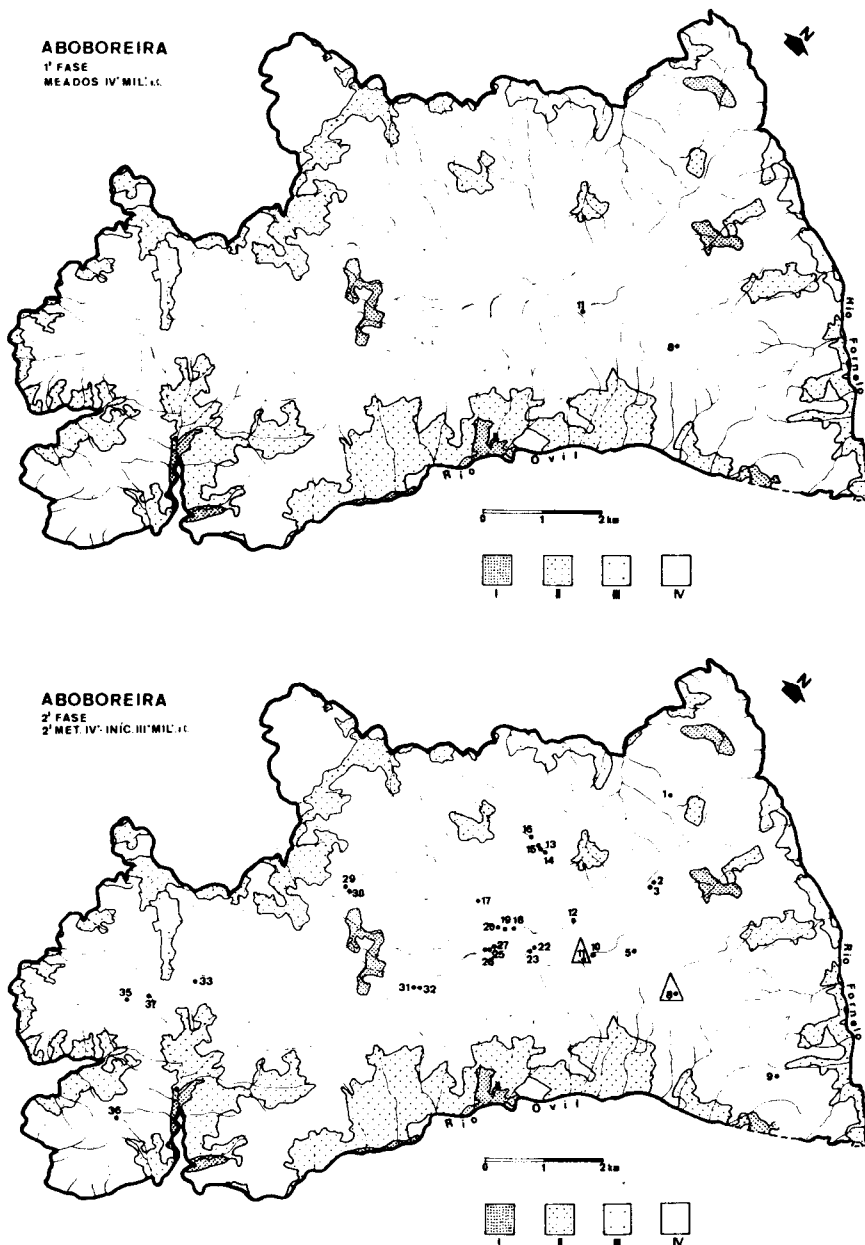
10. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial da mamoa de Igrejinhas.



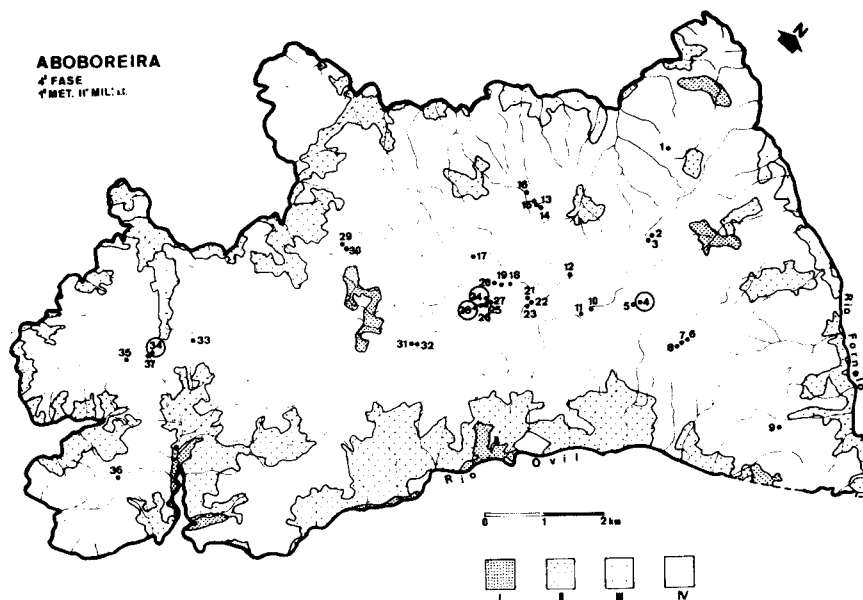
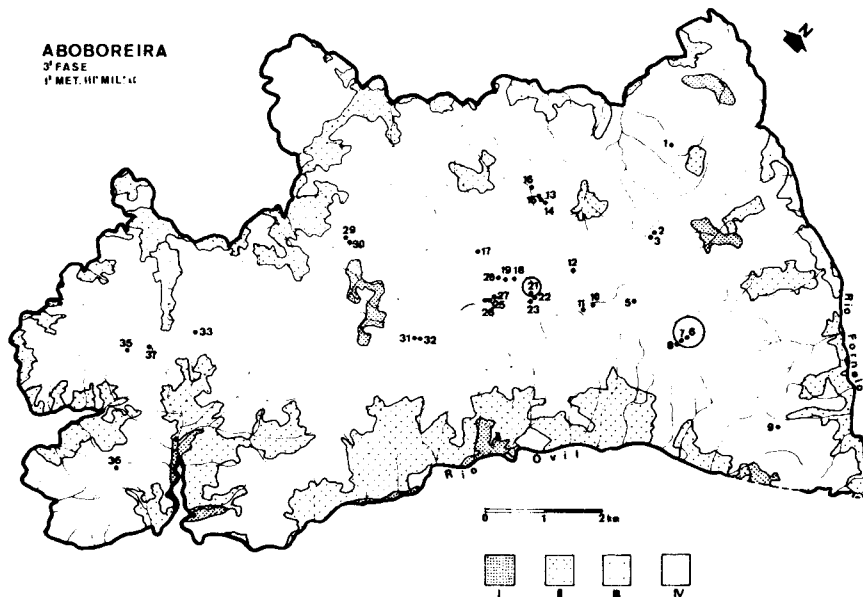
11. Possíveis territórios teóricos de exploração preferencial dos construtores da mamoa de Chã do Carvalho (ou Cruz de Ferro) 1.



12. A — Intersecção dos possíveis territórios de exploração preferencial de 1 hora dos construtores das seguintes mamoas (de leste para oeste); Chã de Parada 4 (8), Furnas 2 (3), Mina do Simão (12), Cabritos 1 (13) e Chã de Santinhos 2 (30). B — «Territórios de visibilidade» aproximada das mamoas anteriores (mesma numeração). C — Tentativa de aplicação de polígonos de Thiessen a mamoas ou núcleos de mamoas da Serra da Aboboreira, permitindo delimitar 18 territórios hipotéticos. Base cartográfica: «Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário». Tipos de solos: I — utilização agrícola; II — indeterminado — socalcos em declives naturais; III — I + II; IV — utilização não agrícola.



13. Modelo muito genérico de evolução da necrópole da Aboboreira com base nas datações conhecidas: fase 1 (construção das mamoads de Chã de Parada 4-8 — e de monte da Olheira-11); e fase 2 (construção de um grande número de monumentos — os anteriores estão marcados por triângulos).



14. Modelo de evolução da necrópole da Aboboreira: fase 3 (construção das mamoas de Chã de Parada 1-6 —, Chã de Parada 3-7 —, e Outeiro de Ante 1-21 — assinaladas por círculos); e fase 4 (construção das mamoas de Meninas do Crasto 4-4 —, Outeiro de Gregos 1-24 —, Outeiro de Gregos 5-28 — e Chã do Carvalho 1-34 — assinaladas por círculos).

